

JOCELI CATARINA STASSI SÉ

**SUBORDINAÇÃO DISCURSIVA NO PORTUGUÊS À LUZ DA
GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**

São José do Rio Preto
2012

JOCELI CATARINA STASSI SÉ

**SUBORDINAÇÃO DISCURSIVA NO PORTUGUÊS À LUZ DA
GRAMÁTICA DISCURSIVO-FUNCIONAL**

Tese apresentada ao Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista, Câmpus de São José do Rio Preto, para obtenção do título de Doutor em Estudos Linguísticos (Área de Concentração: Análise Linguística)

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Erolilde Goreti Pezatti

São José do Rio Preto
2012

Stassi-Sé, Joceli Catarina.

Subordinação Discursiva no Português à luz da Gramática Discursivo-Funcional/ Joceli Catarina Stassi Sé. - São José do Rio Preto: [s.n.], 2012.

194 f. : il.14; 30 cm.

Orientadora: Erolde Goreti Pezatti

Tese (doutorado) – Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas

1. Subordinação Discursiva. 2. Gramática Discursivo-Funcional. 3. Função Interacional. I. Pezatti, Erolde Goreti. II. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas. III. Título.

CDU -

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca do IBILCE
Campus de São José do Rio Preto - UNESP

JOCELI CATARINA STASSI SÉ

Subordinação Discursiva no Português à Luz da Gramática Discursivo-Funcional

COMISSÃO JULGADORA

Titulares

Prof^a. Dr^a. Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof^a. Dr^a. Erotilde Goreti Pezatti – Orientadora
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof. Dr. Juliano Desiderato Antônio
UEM – Universidade Estadual de Maringá

Prof^a. Dr^a. Maria Beatriz Decat
USP – Universidade de São Paulo

Prof^a. Dr^a. Marize Mattos Dall’aglio Hattnher
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Suplentes

Prof^a. Dr^a. Sanderleia Roberta Longhin-Thomazi
UNESP – Câmpus de São José do Rio Preto

Prof^a. Dr^a. Taísa Perez Oliveira
UFMS – Câmpus de Três Lagoas

Prof^a. Dr^a. Talita Storti Garcia
FAIMI – Faculdades Integradas de Mirassol

Dedico este trabalho aos meus pais, João e Célia, e ao meu marido, Marcelo, que estiveram sempre ao meu lado, apoiando minhas decisões e dividindo comigo todas as alegrias e angústias desses anos de doutorado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela oportunidade, força e coragem para eu seguir em frente e concluir mais essa etapa de minha vida.

À minha família, que me deu todo o suporte necessário para que eu pudesse insistir na realização desse sonho.

Aos amigos Edson, Cássio e Fábio que me estimularam a iniciar o doutorado, permitindo que eu voltasse a frequentar os corredores do IBILCE, instituição que tanto prezo, e a fazer pesquisa, algo de que tanto gosto.

À minha orientadora, por quem guardo grande admiração, Prof^a. Dr^a. Erotilde Goreti Pezatti, pelo profissionalismo, sensibilidade, paciência, apoio e estímulo constantes.

À FAPESP, que possibilitou que eu exercesse a atividade de pesquisa com exclusividade nos dois últimos anos de doutorado.

À CAPES, que possibilitou o enriquecimento do meu período de doutorado, fomentando minha permanência na Universidade de Amsterdam (UvA) - Holanda durante um semestre, período crucial para o desfecho da tese.

Ao Prof. Dr. Kees Hengeveld, meu co-orientador na Universidade de Amsterdam e grande precursor da teoria da Gramática Discursivo-Funcional, norteadora deste trabalho, pela dedicação na orientação de minha tese e pela profunda generosidade.

À Prof^a. Dr^a. Beatriz Decat, pelo apoio em relação à escolha do tema da pesquisa e pela prontidão. Afinal, durante grande parte do trabalho “todos os caminhos, me levavam à Decat”.

À Prof^a. Dr^a. Clélia Cândida Abreu Spinardi Jubran, pela inspiração gerada por suas aulas.

Aos professores do Grupo de Pesquisa em Gramática Discursivo-Funcional (GPGDF), em especial à Prof^a. Dr^a. Marize Mattos Dall’Aglío Hattner, pelas contribuições e estímulo, tanto para a pesquisa em si, quanto para as participações em Congressos e em atividades desafiadoras, como o Doutorado Sanduíche na UvA.

Aos amigos do Grupo de Pesquisa em Gramática Discursivo-Funcional (GPGDF), em especial à Norma, à Talita, à Lizângela, à Ana Maria, à Aliana, à Flávia, à Taísa e ao Michel, pelo suporte nos momentos em que tudo parecia não fazer mais sentido, e pela companhia constante em tantos momentos bons, que guardarei para sempre.

Aos meus tios e tias, que me deram suporte nos momentos decisivos desse período de doutorado.

À minha sogra, Maria Inêz, e ao meu sogro, Antônio Camilo, por torcerem por mim e por darem apoio ao meu marido durante minha ausência.

Aos meus cunhados e cunhadas, pelo suporte e apoio constantes durante toda essa etapa.

À minha mãe, Célia, pelo amor incondicional e pelo apoio para que eu nunca sentisse medo de enfrentar novos desafios.

Ao meu pai, João, pelo incentivo para que eu sempre buscasse me superar em tudo.

Ao meu marido, Marcelo, pelo apoio, pela compreensão, por suportar a saudade no período em que permaneci um semestre na Holanda, e por permanecer firme em nosso propósito, mesmo quando muitas pessoas interpretavam minha ausência em razão dos estudos como abandono.

“O tema aqui é a gramática. E o tema é o usuário. O tema é, afinal, o homem. Porque, afinal, se o homem fala de linguagem, ele fala do homem.”

(NEVES, 2002, p. 17)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I: ABORDAGENS FUNCIONALISTAS: CONCEITOS E UNIDADES DE ANÁLISE	26
1.1 Das correntes Teóricas Funcionalistas	26
1.2 A Gramática Funcional	32
1.2.1 Um modelo de interação verbal	32
1.2.2 A estruturação hierárquica da oração em camadas	34
1.2.3 Em direção a uma gramática do discurso	37
1.2.3.1 O discurso e seus gêneros	38
1.2.3.2 A estruturação hierárquica do discurso em camadas	40
1.3 A Gramática Discursivo-Funcional	42
1.3.1 A Arquitetura da GDF	43
1.3.2 Níveis de representação e camadas	46
1.3.2.1 Nível Interpessoal	48
1.3.2.2 Nível Representacional	52
1.3.2.3 Nível Morfosintático	55
1.3.2.3.1 A ordenação	59
1.3.2.4 Nível Fonológico	61
1.4 A Perspectiva Textual-Interativa	65
1.4.1 O Tópico Discursivo como unidade de análise	68
1.4.2 A Parentetização	70
CAPÍTULO II: A SUBORDINAÇÃO E A “NÃO” SUBORDINAÇÃO ADVERBIAL NA LITERATURA	75
2.1 Dos diferentes tratamentos da Subordinação e da Coordenação	75
2.1.1 Dos diferentes tratamentos das relações semânticas de Explicação, Concessão, Modo, e Condição	83
2.1.1.1 Explicação	84
2.1.1.1.1 Conjunções explicativas	85
2.1.1.1.1.1 Usos do <i>porque</i>	88
2.1.1.2 Concessão	89
2.1.1.2.1 Conjunções Concessivas	91

2.1.1.3 Modo	92
2.1.1.3.1 Conjunções Modais	95
2.1.1.4 Condição	96
2.1.1.4 Conjunções Condicionais	98
2.2 Dos domínios das “construções independentes”	100
2.2.1 A noção de (in)dependência	100
2.3 A coordenação e a subordinação na Gramática Discursivo-Funcional (GDF)	106

**CAPÍTULO III: CONSTRUÇÕES ADVERBIAIS SEM ORAÇÃO PRINCIPAL:
CORPUS E CRITÉRIOS DE ANÁLISE** 109

3.1 Porque as adverbiais independentes não são casos de subordinação morfossintática	110
3.2 Relações Adverbiais: delimitação da investigação	117
3.3 Delimitando o objeto de estudo: Corpus Lusófono e critérios de análise	119

**CAPÍTULO IV: UMA PROPOSTA DISCURSIVO-FUNCIONAL PARA
AS ADVERBIAIS INDEPENDENTES: A SUBORDINAÇÃO DISCURSIVA** 125

4.1 Organização de uma proposta teórica para a subordinação discursiva.....	127
4.2 Dados à luz dos critérios de análise: determinando propriedades	133
4.2.1 Nível Interpessoal	134
4.2.2 Nível Representacional	140
4.2.3 Nível Morfossintático	142
4.2.4 Nível Fonológico	144
4.3 Distribuição das ocorrências com relação às Funções Interacionais	146
4.4 Das diferentes subordinações discursivas	148

**CAPÍTULO V - CARACTERIZAÇÃO FUNCIONAL DA
SUBORDINAÇÃO DISCURSIVA** 162

5.1 Propriedades das Funções Interacionais	162
5.2 Usos discursivos das relações adverbiais independentes nas variedades portuguesas: Funções interacionais dos Movimentos	165
5.3 Escala de dependência discursiva: propriedades de maior dependência pragmática e menor dependência semântica	169
5.4 Implicações para a GDF	173

CONSIDERAÇÕES FINAIS	181
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

LISTA DE FIGURAS, ESQUEMAS E QUADROS

Capítulo I

Figura 1: Modelo de Interação Verbal (adaptado de Dik, 1997:410).....	33
Esquema 1: Camadas de organização formal da Estrutura Subjacente da Oração (adaptado de Dik,1997a)	34
Figura 2. Modelo de representação linguística da Gramática Funcional (adaptado de DIK, 1997a, p.60)	36
Esquema 2: Organização hierárquica do discurso (Dik, 1997b:423)	40
Esquema 3: Esquema Geral da GDF (adaptado de HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 13)	44
Quadro 1: Categorias semânticas (adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 136)	55
Quadro 2: Correspondência entre Palavras Gramaticais e Palavras Lexicais. (Adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 401)	59

Capítulo II

Quadro 3: A constituição da Expressão Linguística	108
---	-----

Capítulo III

Esquema 4: Hierarquia de “degradação” adverbial (CRISTOFARO, 2003)	113
Figura 3: Dessentencialização (adaptada de LEHMANN, 1988, p.189)	114

Capítulo IV

Quadro 4: Distribuição das Propriedades das Funções	145
Quadro 5: Estrutura das ocorrências de subordinação discursiva	146

Capítulo V

Figura 4: Escala de Subordinação Discursiva	173
Figura 5: Atribuição de Função Interacional na GDF	175

RESUMO

A presente pesquisa, intitulada *Subordinação Discursiva no Português à Luz da Gramática Discursivo-Funcional*, investiga construções introduzidas pelas conjunções *porque*, *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)*, *como* e *se* que não exibem dependência morfossintática nem semântica em relação a uma oração principal imediatamente anterior ou posterior. Esse fenômeno é investigado nas variedades lusófonas que têm o português como língua oficial, quais sejam: (i) Brasil; (ii) Portugal; (iii) São Tomé e Príncipe; (iv) Angola; (v) Cabo Verde; (vi) Guiné-Bissau; (vii) Moçambique; e (viii) Timor Leste. O universo de investigação é constituído por ocorrências reais de uso, extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de *Toulouse-le-Mirail* e a Universidade de *Provença-Aix-Marselha*. As construções em foco, denominadas aqui *subordinadas discursivas*, são compreendidas como porções textuais que constituem Movimentos, e que, apesar de apresentarem a forma de uma oração subordinada, não dependem de nenhuma oração anterior ou posterior a elas, sendo destacadas prosodicamente por pausas, por Atos Interativos, ou por ambos, como o exemplo que segue, da variedade do português do Brasil: “*então, como eu estava falando, então, no direito romano, a mulher não tinha direito*”. Partindo das hipóteses de que 1) as estruturas aqui tratadas não constituem casos de subordinação adverbial, apresentando ilocução própria, envolvendo o falante e o ouvinte e contendo um conteúdo comunicado; 2) essas construções constituem minimamente Atos Discursivos; e 3) qualquer relação adverbial pode ocorrer como independente, este estudo objetiva determinar os tipos de relação que acontecem como subordinadas discursivas, bem como suas propriedades, sua funções interacionais e, por fim, contribuir para o modelo teórico que embasa este trabalho, expandindo o domínio discursivo de análise no Nível Interpessoal. Todas as relações adverbiais identificadas como Movimentos são analisadas de acordo com suas propriedades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas, à luz da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008). Os resultados mostram que o fenômeno é determinado no Nível Interpessoal, sendo que 1) as construções introduzidas por *porque* representam a Função Interacional *Transição*, que organiza o discurso em relação à apresentação de novos conteúdos; 2) as construções introduzidas por *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)* representam a Função Interacional *Adendo*, que atua na organização do discurso, acrescentando informação contrastiva em relação ao conteúdo que vinha sendo desenvolvido; 3) as construções introduzidas por *como* representam a Função Interacional *Resgate*, que orienta o monitoramento da interação, já que o falante busca resgatar na memória do ouvinte informações dadas; e 4) as construções iniciadas por *se* representam a Função Interacional *Salvaguarda*, que também atua no monitoramento da interação, propiciando a preservação da face do falante frente a algo que ele introduziu no discurso.

PALAVRAS-CHAVE: Subordinação Discursiva, Gramática Discursivo-Funcional, Função Interacional

ABSTRACT

This study, entitled *Discourse Subordination in Portuguese in a Functional Discourse Grammar view*, investigates constructions introduced by conjunctions as *porque* (because), *apesar de (que)* (despite), *embora (que)* (although), and *mesmo (que)* (even if), *como* (as) and *se* (if) that do not exhibit morphosyntactic nor semantic dependency in relation to any main clause immediately anterior or posterior to them. This phenomenon is investigated in the Portuguese varieties that consider Portuguese as an official language, as it follows: (i) Brazil; (ii) Portugal; (iii) Sao Tome and Principe; (iv) Angola; (v) Cape Verde; (vi) Guinea-Bissau; (vii) Mozambique; and (viii) East Timor. The *corpus* is composed by real occurrences extracted from the oral *corpora* organized by the *Centro de Lingüística da Universidade de Lisboa*, in partnership with the University of Toulouse-le-Mirail and the Provence-Aix-Marseille. The constructions in focus, denominated here *discourse subordinates*, are understood as large textual portions that constitute Moves, and that although presenting the form of a subordinate clause, do not depend of any anterior or posterior clause, being intonationally highlighted by pauses, Interactive Acts, or by both, as the example that follows, from the Brazilian Portuguese variety: “*então, como eu estava falando, então, no direito romano, a mulher não tinha direito*”(so, **as I was saying**, so, in the roman rights, the woman did not have rights). Based on the following hypothesis: 1) the structures investigated do not constitute cases of adverbial subordination, presenting their own illocution, involving a speaker and a listener and containing a Communicated Content; 2) these constructions constitute minimally Discourse Acts; and 3) any of the adverbial relations can occur independently, this study aims at determining the types of relation that occur as discourse subordinates, as their properties and interactional functions, and, also it aims at contributing to the theoretical model that bases this research, expanding the discourse domains of Interpersonal Level. All the relations identified as Moves were investigated in order to have their pragmatic, semantic, morphosyntactic, and phonological properties determined in a Functional Discourse Grammar view (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008). The results show that the phenomenon is determined in the Interpersonal Level, since 1) the constructions introduced by *porque* (because) represent the Interactional Function of *Transition*, that organizes the discourse in relation to new content presentation; 2) the constructions introduced by *apesar de (que)* (despite), *embora (que)* (although), and *mesmo (que)* (even if) represent the Interactional Functional of *Adding*, that perform the organization of the discourse, adding contrastive information in relation to the previous content; 3) the constructions introduced by *como* (as) represent the Interactional Function of *Rescue*, that monitors the interaction, since the speaker tries to rescue given information in the mind of the listener; and 4) the constructions introduced by *se* (if) represent the Interactional Function of *Preservation*, that also monitors the interaction, once the speaker tries to preserve its integrity from any uncertainty he/she might have introduced in the discourse.

KEY WORDS: Discourse Subordination, Functional Discourse Grammar, Interactional Function

INTRODUÇÃO

1. Palavras Iniciais

Nesta pesquisa, norteadas pelo modelo teórico da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD, & MACKENZIE, 2008), procuramos aprofundar as discussões acerca da adverbialidade e da (in)dependência entre orações utilizando, para isso, as variedades da língua portuguesa.

Muitos são os pesquisadores que argumentam em favor das noções de “parataxe”, de “hipotaxe,” e de “encaixamento”, em detrimento da dicotomia “coordenação x subordinação”, para explicar as relações de maior ou menor grau de integração ou dependência formal e semântica entre orações. No entanto, embora reconheça o valor dessas pesquisas no tratamento da adverbialidade, este estudo apresenta uma nova proposta para a determinação dessas construções adverbiais sem núcleo realizado: leva em conta a dependência *pragmática* entre essas construções e porções textuais maiores para investigar funções discursivas por elas exercidas em contextos de interação de língua falada, propondo a categorização dessas funções em diferentes níveis de análise linguística.

A iniciativa para o desenvolvimento da presente pesquisa se deu a partir dos trabalhos propostos pelo Projeto de Pesquisa *Gramática do Português* apresentado na ALFAL, em Montevideu, Uruguai, no ano de 2008, quando Roberto Gomes Camacho, coordenador do projeto, propôs uma reflexão sobre a sua continuidade. Entre as propostas para futuros trabalhos, foi sugerido que se investigasse a gramática do português em termos de lusofonia, não apenas comparando-a com a gramática da variedade européia, como muito já se fez, mas comparando-a

com a gramática das variedades africanas do português, o que permitiria compreender o real estatuto da variedade brasileira de português em relação a seu próprio processo de formação. Essa proposta foi aceita pelos integrantes do projeto, entre os quais me incluo, que em estudos futuros investigariam as variedades do português nos seus mais diferentes aspectos.

Outro estímulo para o estudo aqui proposto, que segue como consequência do que se argumentou acima, é a proposta do Grupo de Pesquisa em Gramática Funcional (GPGF), do qual participo, coordenado pela pesquisadora Erotilde Goreti Pezatti, de investigar as construções subordinadas nas variedades portuguesas, com o projeto *Construções subordinadas nas variedades lusófonas: uma abordagem discursivo-funcional*, cujo objetivo é descobrir as motivações funcionais subjacentes às estruturas morfossintáticas usadas para codificar as relações subordinadas e as situações conceituais que elas expressam, tarefa essa que representa a primeira tentativa sistemática de relacionar todos os tipos de subordinação mediante os mesmos critérios aproximados de análise.

Tendo isso em vista, esta pesquisa procura contribuir para a sistematização dos estudos sobre a subordinação na medida em que investiga a “(in)dependência” das relações adverbiais na lusofonia, determinando suas propriedades discursivas, pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas, perspectiva de trabalho que difere drasticamente daquelas que investigam o fenômeno em foco sem considerar o domínio mais amplo de estudos de articulação entre orações em que ele se insere.

Pesquisas de diferentes correntes teóricas funcionalistas, como as de Decat (1999), Lima (2002; 2004) e Garcia (2010), que descreveram esse fenômeno na língua portuguesa, já agregaram ao ponto de vista tradicional evidências que expandem as noções de “(in)dependência” oracional, demonstrando que sua caracterização exige uma preocupação em

examinar o contexto situacional em que os enunciados são produzidos, caso contrário, seu funcionamento e sua contribuição na organização do discurso não conseguem ser explicados.

Decat (1999; 2011) define esses tipos de estrutura como orações “desgarradas”, que representam opções organizacionais para o falante, e que, apesar de apresentarem a forma de estrutura subordinada, não dependem de nenhuma oração anterior ou posterior a elas, sendo destacadas prosodicamente por pausas, por marcadores discursivos ou por ambos, como o exemplo que segue, do português do Brasil: “*então, como eu estava falando, então, no direito romano, a mulher não tinha direito*”.

Partindo dessa definição, à luz da Gramática Discursivo-Funcional, doravante GDF, busca-se explicar e categorizar os diferentes usos das construções “independentes”, com base nas diferentes camadas e níveis de análise propostos pela teoria, contribuindo, na medida do possível, para a expansão do modelo no que concerne à dimensão interpessoal a qual parece determinar o uso desse tipo de construção.

Para atingir esses objetivos, partimos dos pressupostos teóricos da GDF, que considera a oração adverbial como constituinte de uma oração principal, num processo de subordinação, estabelecido na camada da oração, no Nível Morfossintático, para, a partir daí, contrapor essas estruturas àquelas em que não há uma oração principal à qual a oração adverbial se subordine.

Com a identificação dessas construções no *corpus* lusófono proposto pela pesquisa, pretendemos verificar qual nível determina esse tipo de uso, e apresentar suas propriedades interpessoais, representacionais, morfossintáticas e fonológicas.

2. Hipóteses de Trabalho

Subjacente a este estudo encontram-se três hipóteses de trabalho, de caráter teórico. A principal é a de que as orações adverbiais aqui tratadas não constituem casos de subordinação adverbial, uma vez que não são constituintes de outras orações; pelo contrário, são estruturas que apresentam ilocução própria, envolvem o falante e o ouvinte e contêm um conteúdo comunicado. Isso nos leva à segunda hipótese, a de que essas construções constituem Atos Discursivos Comunicativos (HENGEVELD, & MACKENZIE, 2008). Já a terceira hipótese é a de que qualquer relação adverbial aqui investigada, seja ela de *explicação*, *concessão*, *modo*, ou *condição*, pode ocorrer como independente.

Importante esclarecer que, inicialmente, a pesquisa se propôs a analisar as relações de *propósito*, *posterioridade temporal*, *anterioridade temporal*, *simultaneidade temporal*, *condição de realidade*, *causa*, *razão*, *explicação*, *concessão*, *adição* e *modo* (CRISTOFARO 2003, DIK *et. al.*, 1990; e HENGEVELD, 1998b), restringindo a análise, em um segundo momento, para as relações de *explicação*, *concessão*, *modo*, e *condição*. Esse recorte se deu em função do percurso natural da investigação, que foi tomando proporções bastante amplas conforme o levantamento das ocorrências se desenvolvia e conforme as análises preliminares eram realizadas. Somado a isso, as orientações recebidas, acrescidas das contribuições advindas dos eventos acadêmicos e científicos em que apresentei trabalho desencadearam a necessidade de se fazer um redimensionamento na pesquisa, para que se pudesse chegar à conclusão dos objetivos propostos. Para isso as reuniões de que participei do Grupo de Pesquisa de Gramática Discursivo-Funcional do IBILCE/UNESP foram, também, de extrema relevância.

O referido redimensionamento restringiu as relações adverbiais levadas em conta no trabalho, uma vez que o próprio percurso da pesquisa mostrou que algumas relações adverbiais

levantadas não tinham estatuto autônomo, e, além disso, havia relações adverbiais que realmente não ocorreram como independentes nos inquéritos investigados. Assim, durante refinamento dos critérios para o levantamento de dados, não foram encontradas todas as relações adverbiais como independentes em todas as variedades do português investigadas, ou seja, uma das hipóteses subjacentes ao trabalho não se comprovou durante a primeira etapa de estudos.

Essa hipótese propunha que quaisquer das relações adverbiais investigadas – *propósito, posterioridade temporal, anterioridade temporal, simultaneidade temporal, condição de realidade, causa, razão, explicação, concessão, adição e modo* (CRISTOFARO 2003, DIK *et al.*, 1990 e HENGEVELD, 1998b) - poderiam ocorrer como independentes.

A partir dessa constatação, possível justamente pela investigação exaustiva das ocorrências levantadas, a pesquisa se restringiu ao estudo das relações *explicativas, concessivas, modais e condicionais* quando iniciadas pelas conjunções *porque* (explicação), *apesar de (que), embora (que), mesmo (que)* (concessão), *como* (modo/conformidade) e *se* (condição), que se mostraram mais produtivas no contexto do *corpus* de língua falada utilizado neste estudo.

3. Objetivos da Pesquisa

O objetivo geral desta pesquisa é analisar, sob o paradigma da GDF, as relações adverbiais “independentes” nas variedades lusófonas, e assim contribuir para o aperfeiçoamento desse modelo de gramática no tratamento das orações adverbiais.

Considerando o redimensionamento que a pesquisa sofreu por conta do que foi acima explicitado, este estudo apresenta como eixo central os seguintes objetivos específicos:

- I. rastrear as construções “independentes” iniciadas por conectores adverbiais, considerando as seguintes conjunções e relações adverbiais: *porque* (explicação), *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)* (concessão), *como* (modo/conformidade) e *se* (condição);
- II. determinar as propriedades fonológicas, morfossintáticas, semânticas e pragmáticas das “construções adverbiais independentes” no português;
- III. buscar, dentro do aparato teórico da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008), evidências sobre o estatuto de “independência” desse tipo de construção, considerando os níveis de representação desse modelo de gramática – (i) nível interpessoal, (ii) nível representacional, (iii) nível morfossintático e (iv) nível fonológico;
- IV. investigar a função discursiva das “construções adverbiais independentes”, tomando por base as noções de estratégias discursivas (DIK, 1997b) e de marcadores discursivos (KROON, 1997), e as noções de tópico discursivo (JUBRAN, 2006) e de classes parentéticas (JUBRAN, 2006).

Depois de levantadas as ocorrências das construções “independentes” iniciadas por *porque* (explicação), *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)* (concessão), *como* (modo/conformidade) e *se* (condição) no *corpus* lusófono aqui investigado, são analisadas tanto as funções interpessoais, como as funções representacionais, morfossintáticas e fonológicas expressas por esses elementos na língua.

4. *Corpora* de Análise e Metodologia de Trabalho

Como universo de investigação, são utilizadas ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha.

Tal amostragem recebe o nome de “Português oral” e se desenvolveu no âmbito do Projeto “Português Falado: Variedades Geográficas e Sociais”, do qual resultou um *corpus* de amostragens de variedades do português falado em Portugal, no Brasil, nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Macau.

O *corpus* é constituído por gravações de conversas informais entre pessoas conhecidas ou entre amigos e familiares, e de intervenções mais formais como, por exemplo, as de programas radiofônicos. São textos exemplificativos do português falado em Portugal (30), no Brasil (20), nos países africanos de língua oficial portuguesa: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe (5 de cada), em Macau (5), em Goa (3) e em Timor-Leste (3), e correspondem a 8h e 44m de gravação e a 91.966 palavras gráficas. As gravações abrangem um período de tempo que vai de 1970 a 2001, com uma incidência de cerca de 70% na última década.

Este estudo restringe-se às seguintes variedades que têm a língua portuguesa como língua oficial, quais sejam: (i) Brasil; (ii) Portugal: gravações da década de 70, 80 e 90; (iii) África: São Tomé e Príncipe, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique; e (iv) Timor Leste.

Nesse *corpus* são identificadas as construções “independentes” iniciadas por *porque* (explicação), *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)* (concessão), *como* (modo/conformidade) e *se* (condição), que serão analisadas qualitativamente segundo suas propriedades discursivas, pragmáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas.

Como pesquisa de cunho qualitativo, a análise de dados é efetuada em ocorrências encontradas no *corpus*, sem preocupação de quantificação, uma vez que o importante, para esse tipo de investigação, é o *type* (tipo de ocorrência) e não o *token* (número de ocorrências).

5. Organização Geral da Tese

Este trabalho está organizado em cinco capítulos, nos quais articulamos resultados de leituras, análises de ocorrências e investigações teóricas em relação ao objeto de pesquisa discutido, objetivando não só expor criticamente questões teóricas envolvidas no âmbito do fenômeno aqui investigado, como também contribuir com a perspectiva que o fundamenta.

No primeiro capítulo, intitulado *Abordagens Funcionalistas: Conceitos e Unidades de Análise*, mostramos um breve histórico da perspectiva teórica adotada para o presente trabalho, a abordagem funcionalista, e algumas de suas vertentes, ampliando comentários sobre o modelo da Gramática Funcional de Dik (1997a, 1997b), importante pelas estratégias discursivas de organização do discurso e monitoramento da interação que apresenta, da Gramática Discursivo-Funcional de Hengeveld e Mackenzie (2008), pilar deste trabalho, de que nos utilizamos para determinar as propriedades das construções aqui investigadas, e da Perspectiva Textual-Interativa, linha teórica com a qual dialogamos, pelo fato de nos embasarmos nos princípios de segmentação tópica e na noção de parentetização como pontos de partida para a análise discursiva do fenômeno em questão. Neste capítulo antecipamos alguns pontos de discussão pertinentes em função da relação entre os pressupostos teóricos e o fenômeno aqui investigado.

Especificamente, o segundo capítulo, intitulado *A Subordinação e a “Não” Subordinação Adverbial na Literatura*, discute as noções de “subordinação e coordenação”, e de “hipotaxe”, “parataxe”, e “encaixamento” para situar o objeto de pesquisa frente a outras correntes teóricas

funcionalistas. Nesse capítulo, as relações semânticas de *explicação*, *concessão*, *modo/conformidade* e *condição* são brevemente discutidas à luz de diferentes perspectivas. Apresentamos uma revisão da literatura que trata das orações adverbiais sem matriz e definimos a noção de subordinação adotada como ponto de partida para o estudo dessas construções à luz da GDF.

O terceiro capítulo, intitulado *Construções Adverbiais sem Oração Principal: Corpus e Critérios de Análise*, discorre sobre a seleção das conjunções e relações semânticas tomadas como objeto da pesquisa, quais sejam: *porque* (explicação), *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)* (concessão), *como* (modo/conformidade) e *se* (condição). Apresentamos a metodologia adotada para o levantamento dos dados. O *corpus* é definido juntamente com os critérios selecionados para a análise qualitativa das ocorrências levantadas.

No quarto capítulo, intitulado *Uma Proposta Discursivo-Funcional para as Adverbiais Independentes: Subordinação Discursiva*, apresentamos a proposta de análise para os casos de adverbiais sem matriz, com base nos pressupostos teóricos da GDF (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008). Utilizamos como aporte as noções de organização discursiva e monitoramento da interação advindas da GF e as noções de tópico discursivo e parênteses empregadas pela Perspectiva Textual-Interativa. Mostramos, neste capítulo, como as construções iniciadas por *porque* (explicação), *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)* (concessão), *como* (modo/conformidade) e *se* (condição) podem ser analisadas segundo a perspectiva da subordinação discursiva. No intuito de diferenciar essas construções, apresentamos suas propriedades interpessoais, representacionais, morfossintáticas e fonológicas.

No quinto e último capítulo, intitulado *Caracterização Funcional da Subordinação Discursiva*, apresentamos os diferentes tipos de subordinação discursiva, bem como as funções

interacionais que expressam. Neste capítulo expomos os resultados da análise qualitativa das ocorrências levantadas, trazendo a análise crítica dos dados à luz da GDF e de alguns pressupostos da GF e da Perspectiva Textual-Interativa, que vêm embasar a interpretação dada ao fenômeno. Apresentamos também algumas contribuições à GDF, propondo a expansão do modelo teórico, na tentativa de aumentar sua eficiência na análise e explicação de fenômenos de base discursiva.

Por fim, nas considerações finais, traçamos um panorama geral da pesquisa e consolidamos alguns conceitos sobre a proposta de análise aqui discutida, conceitos esses que, como consequência de sua aplicação, ampliam os domínios de análise da teoria norteadora desta pesquisa.

CAPÍTULO I

ABORDAGENS FUNCIONALISTAS: CONCEITOS E UNIDADES DE ANÁLISE

1.1 Das correntes teóricas funcionalistas

Neste primeiro capítulo apresentamos uma caracterização geral dos conceitos teóricos que embasam esta pesquisa bem como a justificativa de sua adoção. Daremos ênfase aos conceitos e às unidades de análise da Gramática Discursivo-Funcional, norteadora do estudo, e especial atenção à Gramática Funcional e à Perspectiva Textual-Interativa, linhas teóricas com as quais se estabeleceu diálogo constante durante a investigação do fenômeno aqui tratado, no que diz respeito às suas funções discursivas.

Tendo em vista que este estudo leva em conta os fatos linguísticos a partir do seu uso, faz-se necessário escolher uma perspectiva teórica que considere a língua em situações reais de comunicação. Além de considerar a atitude do falante e sua intenção linguística na interação com outros falantes, a perspectiva teórica adotada precisa oferecer flexibilidade suficiente para que analisemos fenômenos em todas as suas dimensões, ou seja, nos níveis pragmático, semântico, morfossintático e fonológico.

Dessa necessidade teórica surge o suporte da perspectiva funcionalista, em que a língua é vista como instrumento de interação social, e, por essa razão, não há sentido em estudá-la desvinculadamente de seus usos funcionais.

A esse respeito, Dik (1997) afirma que a linguagem não funciona em isolamento: ela é uma parte integrada de uma realidade humana psicológica e social. Isso implica que o falante

natural de uma língua é um ser humano que executa, no uso comunicativo da linguagem, muitas outras funções além da mera função linguística. Esse falante é dotado também de capacidade epistêmica, capacidade lógica, capacidade perceptual e capacidade social.

Por esse prisma, analisar um fenômeno linguístico à luz de uma perspectiva funcionalista é levar em conta o falante e o ouvinte, o que implica não limitar o fenômeno estudado apenas aos parâmetros da expressão verbal, mas abarcar também as necessidades comunicativas envolvidas (AUGUSTO, BERLINCK & SCHER, 2001).

Butler & Hengeveld (2009) consideram que o cerne das teorias funcionalistas está em assumir que as propriedades do sistema linguístico e das partes que o compõem estão tão intimamente ligadas a fatores cognitivos, socioculturais e históricos e à rica variedade de significados comunicados, que não há sentido em tentar considerar essas propriedades sem fazer referência a esses fatores.

Dentre as principais teorias funcionalistas, dois grupos podem ser diferenciados, constituindo as linhas do funcionalismo europeu e do funcionalismo americano (BUTLER & HENGEVELD, 2009). As vertentes européias são representadas pelas seguintes perspectivas (i) o trabalho da *Escola de Praga* (LUELSDORFF 1994, ČERMÁK 1995); (ii) a *Gramática Funcional* (DIK, 1997); (iii) a *Gramática Sistêmico-Funcional* (HALLIDAY & MATTHIESSEN 1999, 2004); (iv) a *Gramática da Palavra* (HUDSON 2007); (v) a *Gramática Discursivo-Funcional* (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008); e (vi) o *Modelo de Construção Lexical* (IBÁÑEZ & USÓN, 2008). Já as vertentes americanas compreendem: (i) o trabalho da *Escola Colúmbia* (CONTINI-MORAVA & GOLDBERG, 1995; CONTINI-MORAVA, KIRSNER & RODRÍGUEZ-BACHIOLE 2004, HUFFMAN 2001); (ii) a *Gramática de Papel e Referência* (VAN VALIN, 2005); e (iii) uma série de abordagens que podem ser compreendidas em um

mesmo conjunto por serem “teorias da linguagem baseadas no uso” (GIVÓN 1995, HOPPER 1998, BARLOW AND KEMMER, 2000, BYBEE & HOPPER, 2001 e BYBEE 2006).

Dentre essas vertentes funcionalistas, Butler (2003a, 2003b) destaca quatro correntes teóricas bastante atuantes: (i) a Gramática Sistemico-Funcional; (ii) a Gramática de Papel e Referência; (iii) A Gramática Funcional; e (iv) o Funcionalismo da Costa Oeste dos Estados Unidos. O autor define as três primeiras vertentes como teorias “funcionais-estruturais”, ou seja, que levam em consideração não só a função, mas também a estrutura das unidades linguísticas (BUTLER, 2005b), enquanto a última é definida pelo autor como a vertente funcionalista mais radical, caracterizada por defender que as representações linguísticas da gramática são intimamente ligadas e extraídas de manifestações concretas de uso.

Como aponta Butler (2005) a Gramática Sistemico-Funcional parte do texto como unidade de análise e enfoca a relação da língua com seus contextos de uso, aplicando subcategorias de registro e gênero para modelar essas relações em línguas particulares. A Gramática de Papel e Referência, com forte orientação tipológica, é definida como uma teoria mais formal, partindo da oração como unidade de análise para descrever funções sintáticas, semânticas e pragmáticas. A Gramática Funcional, também de orientação tipológica, tem na sentença sua máxima unidade de análise e se caracteriza por sua estruturação em camadas. Já o Funcionalismo da Costa Oeste abarca as “teorias da linguagem baseadas no uso”, que têm forte orientação cognitiva e partem do princípio de que o sistema linguístico se fundamenta na repetição de instâncias linguísticas e no seu uso concreto (BUTLER & HENGEVELD, 2009).

A Gramática Discursivo-Funcional, teoria funcionalista norteadora desta pesquisa, nasce dos fundamentos da Gramática Funcional de Dik (1997a, 1997b) e, embora as duas perspectivas se diferenciem em muitas instâncias, ambas acreditam que as línguas são estruturas complexas adaptadas para funcionar como instrumentos de comunicação entre seres humanos, podendo ser

explicadas a partir de sua correspondência tanto com categorias sintáticas quanto semânticas (HEGEVELD & MACKENZIE, 2008).

A diferença primordial entre as duas teorias reside justamente em suas unidades de análise: enquanto a Gramática Funcional tem na sentença sua unidade máxima de análise - muito embora conceba que falantes de línguas naturais não se comuniquem por meio de sentenças isoladas, mas sim por meio de complexas combinações de sentenças a que pode se denominar “discurso” (DIK, 1997b) - a Gramática Discursivo-Funcional extrapola o nível da sentença e se apóia no Ato Discursivo e também na noção de Movimento para explicar fenômenos linguísticos, unidades de análise que podem corresponder a porções textuais maiores do que a sentença, o que, para o fenômeno aqui investigado, é de suma importância.

Hengeveld e Mackenzie (2008) diferenciam a Gramática Discursivo-Funcional da Gramática Funcional e de outras teorias funcionais-estruturais partindo de propriedades fundamentais dessa perspectiva, como (i) apresentar uma organização descendente, *top-down*; (ii) considerar o Ato Discursivo como unidade básica de análise; (iii) incluir representações morfossintáticas e fonológicas como parte de sua estrutura subjacente ao lado de representações das propriedades pragmáticas e semânticas do Ato Discursivo; e (iv) relacionar-se sistematicamente aos Componentes Conceitual, Contextual e de Produção.

A Gramática Discursivo-Funcional adota como ponto de partida a intenção comunicativa do falante e sua conseqüente influência no discurso. Entretanto, ela não se define como um modelo de análise do discurso, mas sim como um modelo gramatical, uma vez que analisa propriedades formais de unidades linguísticas de acordo com seu sentido e com as intenções comunicativas com que são expressas. Em virtude disso, ela se define como o Componente Gramatical de uma teoria de interação verbal mais ampla, em que a situação determina a estrutura linguística.

Na busca de explicações que possam abranger o fenômeno estudado em toda a sua amplitude, esta pesquisa se utiliza também da oportuna proximidade da Gramática Discursivo-Funcional com alguns dos postulados da *Perspectiva Textual-Interativa*, que se assenta em uma base teórica que congrega princípios da Pragmática, da Linguística Textual e da Análise da Conversação.

Castilho (2006) enquadra essa opção teórica dentro de uma *perspectiva* funcional, e, assim como o faz Jubran (2006), não a considera uma *teoria* propriamente dita. Isso se deve ao fato de essa perspectiva ter sido motivada por uma necessidade de se chegar a uma concepção específica de linguagem que atendesse a objetivos específicos, por isso seu caráter integrativo. Importante mencionar que a *Perspectiva Textual-Interativa* nasceu a partir de reflexões teóricas de grupos de trabalho compostos por linguistas com orientação teórica funcional, elencados para compor a Gramática do Português Falado (CASTILHO, 2006). A partir daí desenvolveram-se os princípios dessa perspectiva, que tem como ponto forte a visão de linguagem como manifestação de uma *competência comunicativa*, que não tem, com relação à competência linguística, um caráter de exclusão ou de adição (JUBRAN, 2006).

Dentre as semelhanças concernentes à Gramática Discursivo-Funcional (GDF) e à *Perspectiva Textual-Interativa* (PTI) encontram-se (i) conceber a língua como uma realidade múltipla e complexa, que abrange uma variedade de aspectos; (ii) considerar o falante e o ouvinte na interação verbal; (iii) levar em conta circunstâncias da enunciação no tratamento de fenômenos linguísticos; (iv) considerar o ponto de vista pragmático como ponto de partida para explicar os fenômenos linguísticos; e (v) descrever a língua a partir de seu funcionamento em situações de uso.

No que diz respeito às diferenças entre as duas teorias, algumas considerações são de suma importância: (i) o objeto de estudo da PTI é o texto, enquanto a GDF se atém às

propriedades sistemáticas do Ato Discursivo, situado em um Movimento interativo; (ii) a unidade de análise da PTI é o tópico discursivo, enquanto na GDF a unidade básica de análise é o Ato Discursivo; (iii) a PTI enfoca o processamento das estruturas linguísticas na constituição de um texto, enquanto a GDF analisa hierarquicamente as estruturas linguísticas dentro de uma estruturação em camadas; (iv) a PTI defende que as condições comunicativas que sustentam a ação verbal inscrevem-se na superfície textual, ou seja, os fatores interacionais são inerentes à expressão linguística (Castilho, 2006), enquanto a GDF, por sua natureza “funcional-estrutural”, defende que a gramática é moldada pelo uso, mas não leva em conta as normas de comunicação, a menos que essas normas afetem o sistema linguístico; (v) a PTI se ocupa do reconhecimento da existência de regras que caracterizam a organização do texto e a sistematicidade da atividade discursiva em línguas individuais, enquanto a GDF, com forte orientação tipológica, se ocupa do estudo dos princípios subjacentes à variação entre as línguas do mundo.

A partir da constatação do escopo de cada uma das perspectivas com as quais a Gramática Discursivo-Funcional dialoga neste estudo, bem como da apresentação das justificativas da adoção de tal perspectiva teórica como base de análise para o tratamento das perguntas de pesquisa aqui levantadas, o próximo passo constitui a especificação de cada uma das teorias subjacentes a esta pesquisa.

Sendo assim, as próximas seções tratarão dos princípios da Gramática Funcional, da Gramática Discursivo-Funcional e da Perspectiva Textual-Interativa. Objetiva-se, com isso, apresentar os pressupostos teóricos relevantes para a pesquisa e introduzir informações que favoreçam o entendimento dessas perspectivas funcionais no que diz respeito ao tratamento das adverbiais independentes.

1.2 A Gramática Funcional

Dik (1997a) propõe que uma Gramática Funcional, doravante GF, deve conformar-se a três princípios de adequação ao descrever e explicar línguas naturais: (i) *adequação pragmática*, que permite conhecer as propriedades das expressões linguísticas em relação à descrição das regras que governam a interação verbal; (ii) *adequação psicológica*, relativa ao nível de compatibilidade entre a descrição gramatical e o que é conhecido sobre os processos mentais envolvidos na interpretação e na produção das expressões linguísticas; e (iii) *adequação tipológica*, que requer que a teoria seja capaz de explicar similaridades e diferenças entre os sistemas linguísticos das línguas do mundo.

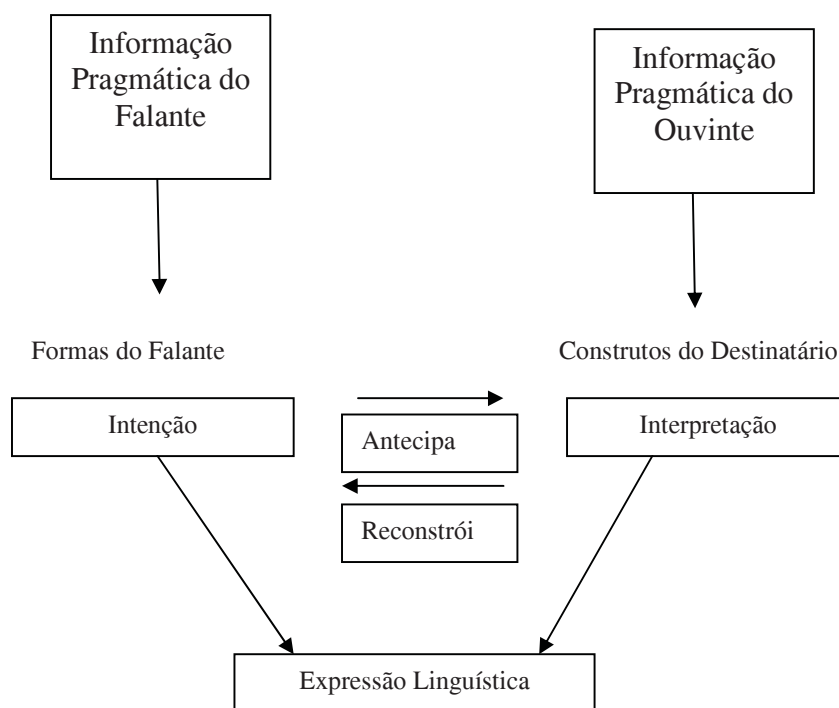
Segundo o autor, as relações funcionais dentro do sistema da língua se distribuem em três níveis, que abrangem funções *sintáticas*, *semânticas* e *pragmáticas*. As funções *sintáticas* especificam a perspectiva da qual é apresentado o Estado-de-Coisas na expressão linguística, definindo, assim, constituintes como “Sujeito” e como “Objeto”. As funções *semânticas*, por sua vez, especificam os papéis que exercem os referentes dentro do Estado-de-Coisas designado pela predicação em que ocorrem, tais como “Agente”, “Meta”, “Recipiente”, entre outros. As funções *pragmáticas* especificam o estatuto informacional dos constituintes dentro do contexto comunicativo, e culminam nas funções de “Tema”, “Rema”, “Tópico” ou “Foco”.

1.2.1 Um modelo de interação verbal

Dik (1997a) propõe um modelo de interação verbal segundo o qual a produção de expressões linguísticas depende de três fatores (i) da intenção do falante; (ii) da informação pragmática do falante; e (iii) da antecipação que ele faz da informação pragmática do ouvinte.

Enquanto a interpretação do ouvinte depende (i) da própria expressão linguística; (ii) da informação pragmática do ouvinte; e (iii) da hipótese do ouvinte sobre a intenção comunicativa do falante. Esse modelo de comunicação verbal pode ser sintetizado pela figura abaixo:

Figura 1: Modelo de Interação Verbal (adaptado de Dik, 1997:410)



Nesse modelo de interação, tanto o falante (F) como o ouvinte (O) dispõem de grande quantidade de Informação Pragmática. Ao comunicar um Conteúdo, a intenção de F é causar alguma modificação na informação pragmática de O. Por essa razão, a Expressão Linguística é influenciada pelas Informações Pragmáticas dos interlocutores, passando também a depender das Intenções Comunicativas da antecipação que F faz da interpretação de O, que, por sua vez, procura reconstruir mentalmente as intenções de F. Com isso, um dos objetivos de se estabelecer um ato comunicativo é acrescentar, alterar ou substituir alguma informação que já faça parte da Informação Pragmática do O.

1.2.2 A estruturação hierárquica da oração em camadas

Além de estabelecer um modelo de interação verbal, o autor apresenta dois tipos de sistemas de regras determinados pela convenção social: (i) as regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas, que constituem as expressões linguísticas; e (ii) as regras pragmáticas, que determinam o uso dessas expressões linguísticas. Disso decorre que, diferentemente de um enfoque formal, a GF, além de abarcar as regras que governam a constituição das expressões linguísticas, também atenta para as regras que governam os padrões de interação verbal em que as expressões são usadas (DIK, 1997a).

Cumprir lembrar que a GF, embora defenda que a semântica deva ser considerada instrumental em relação à pragmática e que a sintaxe deva ser considerada instrumental em relação à semântica, tem como unidade de análise máxima a oração, simples ou complexa, centralizando-se na sintaxe, tendência cara à teoria, que analisa, na maioria das vezes, expressões linguísticas por meio da aplicação de uma série de regras linguísticas que determinam a forma, a ordem e o padrão de entonação dos constituintes da *estrutura subjacente da oração*, dividida em camadas de organização formal e semântica como explicitado pelo esquema abaixo:

Esquema 1: Camadas de organização formal da Estrutura Subjacente da Oração (adaptado de Dik, 1997a)

↑	ILOCUÇÃO	→	Ato de Fala
	PROPOSIÇÃO	→	Fato Possível
	PREDICAÇÃO	→	Estado-de-Coisas
	PREDICADO	→	Propriedade
	TERMO	→	Entidade

Esse modelo é estruturado de um modo ascendente, *bottom-up*, de forma que os constituintes das camadas mais baixas da estrutura constituem os das camadas mais altas. Nessa

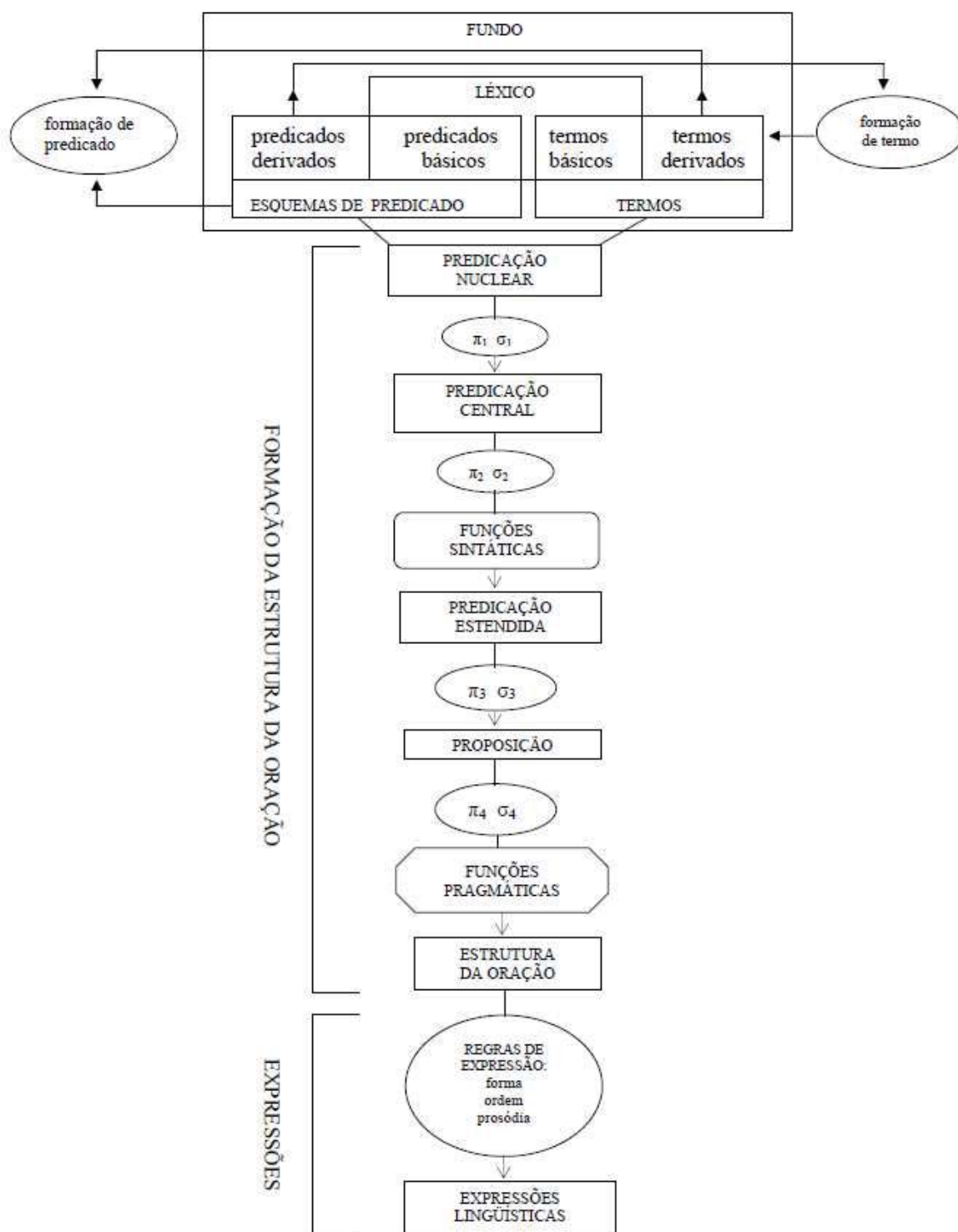
estruturação, propriedades são atribuídas aos Termos pelos Predicados, o que leva ao estabelecimento de uma Predicação completa. Por sua vez, essa Predicação designa um Estado-de-Coisas, que se define como “a concepção de algo que pode acontecer em algum mundo”, mesmo que seja o mundo mental. O Estado-de-Coisas pode ser delimitado no tempo e no espaço, ter certa duração e ser visto, sentido ou percebido.

A partir da Predicação Nuclear, a estrutura da oração pode ser especificada por Operadores, expressos gramaticalmente, e por Satélites, expressos lexicalmente e representados por modificadores adverbiais de nível um, culminando em uma Predicação Central.

A Predicação Central pode ainda ser localizada no tempo e no espaço por Operadores e Satélites de nível dois (2), tomando a forma de uma Predicação Estendida, bem como, após ser qualificada e situada pelo falante, esse pode especificar sua atitude a respeito desse Estado-de-Coisas por meio de Operadores e Satélites de nível três, ou seja, Satélites de Proposição, denotadores de avaliação. A partir daí tem-se uma Proposição, que é um construto mental, existente apenas na mente do falante. Proposições designam um fato possível, coisas em que as pessoas acreditam, conhecem ou pensam, e podem ser questionadas, negadas, rejeitadas, lembradas ou mesmo avaliadas em termos de sua verdade ou falsidade. Finalmente a força ilocucionária, um Operador de nível quatro, juntamente com Satélites de nível quatro, constroem um Ato de Fala, que pode ser avaliado em termos de sua informatividade.

A partir dessa estruturação, chega-se ao que Dik equaciona como o *Fundo* da língua, que representa um conjunto de *esquemas de Predicado* e *estruturas de Termo* utilizados na construção de Predicações, que resultam da inserção de estruturas de determinados Termos nos *slots* dos argumentos dos esquemas de Predicado, conforme se observa na figura (2) abaixo:

Figura 2: Modelo de representação linguística da Gramática Funcional (adaptado de DIK, 1997a, p.60)



Para Dik (1997a), a construção de Predicações por parte do Falante depende de conjuntos de Predicados e Termos situados no que o autor define como Fundo da língua. Na Fig. (2) observa-se que tanto os Predicados quanto os Termos podem ser básicos, quando usados de maneira predeterminada, e derivados, quando formados a partir de regras de formação de Predicados ou de formação de Termos. Ambos os tipos de Predicados constituem os esquemas de Predicação, que especificam a forma, o tipo e a estrutura argumental do Predicado. Os Termos, por sua vez, representam as expressões linguísticas que podem ser usadas para situar entidades de um mundo real ou imaginário. Tanto os Termos quanto os Predicados básicos e derivados estão contidos no léxico que compõe o Fundo da língua e é a partir deles que se constroem as estruturas das orações, conforme visualizado na figura (2) acima.

1.2.3. Em direção a uma gramática do discurso

Embora Dik (1997a, 1997b) em seus postulados para a Teoria da Gramática Funcional enfatize o tratamento da oração simples e complexa como unidade de análise, também mostra uma legítima preocupação com o futuro da teoria no que diz respeito à necessidade de se levar em conta como essas orações se combinam na construção do *discurso*, definido pelo autor como “um fenômeno dinâmico que se desenvolve num determinado tempo” (Dik, 1997b: 412).

Isso se evidencia tanto pelo modelo de interação verbal proposto pelo autor, que se motiva a compreender como falantes naturais de uma língua são capazes de interagir verbalmente entre si, levando em consideração seus conhecimentos de mundo e seus conhecimentos compartilhados, quanto por sua proposta de princípios de adequação pragmática e psicológica. Segundo o autor a teoria da GF, para cumprir com suas imposições teóricas, deve caminhar rumo a uma gramática funcional do discurso.

Nesse sentido, devido ao destaque que é concedido à *Informação Pragmática* na produção e interpretação do discurso, o autor vê como necessária a especificação dos diferentes tipos de conhecimento nela contidos.

Por essa razão, Dik (1997b) distingue pelo menos três tipos de *conhecimento*: (i) *de longo termo*, definido como o conhecimento que os interlocutores possuem antes de iniciar um evento comunicativo, constituído tanto por *conhecimentos linguísticos* (lexicais, gramaticais e pragmáticos), quanto por *conhecimentos sobre o mundo e outros mundos possíveis* (*referenciais, episódicos, e gerais*); e (ii) *de curto termo*, definido como o conhecimento derivado de um evento comunicativo e da situação em que esse evento acontece, constituindo-se por *conhecimentos situacionais* (derivados do que pode ser percebido e inferido a partir da situação comunicativa) e *conhecimentos textuais* (derivados da informação verbal expressa no evento comunicativo, distinguidos como conhecimentos *referenciais, episódicos e gerais*).

Segundo o autor, cada um desses conhecimentos tem um papel crucial na produção e interpretação do discurso, e são levados em conta para se desenvolver a noção de Modelo Discursivo, em que os interlocutores constroem um modelo mental *parcial e dinâmico* a partir de um modelo mental de curto termo construído por ambos sobre o que é realizado no próprio discurso. Esse modelo é *parcial* porque nunca conterá todos os conhecimentos sobre todos os mundos possíveis, e é *dinâmico* porque é continuamente atualizado no decorrer do discurso, e essa é a razão pela qual, segundo o autor, o discurso depende das informações contextuais fornecidas por contextos precedentes. Nesse prisma, os interlocutores constroem um mundo mental, diferente da realidade objetiva, representado pelos conceitos que têm sobre o mundo real e, por sua vez, o tipo de mundo criado em cada interação afeta o conteúdo e a organização do que está sobre seu escopo.

1.2.3.1 O discurso e seus gêneros segundo a Gramática Funcional

Ao se envolver em um evento discursivo - definido como um evento social, interpessoal e constituído por convenções e instituições reguladoras de parâmetros como relação mútua entre interlocutores, direitos e deveres dos participantes com respeito à interação e ao conteúdo da interação, tempo, lugar e ambiente de fala – o falante se compromete com uma série de consequências que decorrem desse primeiro passo, e essas decisões geralmente não se completam na simples produção de uma oração, pelo contrário, elas envolvem, inicialmente, a escolha de um gênero discursivo e de um estilo discursivo (DIK, 1997b: 416-7).

A esse respeito Dik destaca propriedades dos gêneros discursivos¹ por meio de alguns parâmetros considerados mais importantes, como (i) *meio*, falado ou escrito; (ii) *participação*, monólogo, diálogo, polilóquio; (iii) *relação do participante*: direta (face a face), semi-direta (por meio de telefone, rádio, televisão); indireta (no caso da leitura ou produção de um texto escrito); (iv) *formalidade*, grau de institucionalização do evento discursivo, grau de formalidade do estilo de interação; e (v) *propósito comunicativo*, como narração, argumentação, entretenimento, fins estéticos e literários, entre outros. A partir desses parâmetros, apontam-se os seguintes exemplos de gênero do discurso: Conversação, Entrevista, Aula, Ligação Telefônica, Soneto, Encontro, Carta, Conto de Fadas, entre outros.

Reconhecemos, assim, que a escolha do gênero não só tem sérias implicações na forma como ele é construído - tanto globalmente (levando-se em conta sua macroestrutura), quanto localmente (levando-se em conta sua microestrutura, ou seja, as orações individuais ou mesmo

¹ Ressaltamos que este estudo não objetiva fazer análise de gêneros discursivos nem tampouco classificar o *corpus* do trabalho segundo diferentes gêneros. A noção de gênero discursivo é aqui apresentada conforme a proposta da Gramática Funcional de Dik (1997b), que considera que os fenômenos determinados discursivamente também podem ser analisados sob esse domínio.

constituintes de nível mais baixo que o compõem) - como também impõe certos limites ao estilo discursivo que pode ser usado na sua implementação.

1.2.3.2 A estruturação hierárquica do discurso em camadas

Segundo Dik (1997b), as restrições impostas pelo gênero discursivo definem como o discurso se organiza hierarquicamente em camadas, muito embora essa organização hierárquica possa ser mapeada na ordem linear em que o discurso é produzido. O esquema (2) abaixo demonstra a hierarquia concebida pelo autor:

Esquema 2: Organização hierárquica do discurso (Dik, 1997b:423)

ENTRA 1.

ENTRA 1.1.

ENTRA 1.1.1.

SAI 1.1.1.

ENTRA 1.1.2.

SAI 1.1.2.

SAI 1.1.

ENTRA 1.2.

SAI 1.2.

ENTRA 1.3.

SAI 1.3.

SAI 1.

Os interlocutores monitoram essa estrutura hierárquica por meio da sequência linear de sentenças por eles produzida, e três fatores principais corroboram para esse monitoramento, são eles: (i) *fenômenos de transição*, em que F indica que há uma transição de uma fase para outra do discurso, sinalizando ou um ato de entrada, ou um ato de saída de uma unidade particular do discurso; (ii) *propriedades parentéticas*, que são possíveis somente dentro do espaço discursivo,

e nunca fora dele; (iii) *explicitação metacomunicativa*, em que os interlocutores fazem referência explícita ao tipo de estrutura hierárquica que está sendo criada no discurso.

Além dessa organização hierárquica, o autor também apresenta uma estruturação do evento discursivo em camadas, identificando camadas mais altas, como a do Nível Interpessoal, e camadas mais baixas, como a do Nível Representacional. A primeira camada aborda todos os aspectos do discurso com referência (i) à interação entre sujeitos; e (ii) às atitudes emocionais ou críticas dos sujeitos bem como suas avaliações perante o discurso. A segunda camada aborda todos os elementos do discurso relacionados a (i) como o conteúdo do discurso é organizado; e (ii) como o conteúdo é transmitido.

A partir dessas camadas de organização do discurso, que podem, inclusive, ocorrer recursivamente, Dik (1997b) distingue diferentes estratégias que o falante pode aplicar na criação do discurso (VAN DIJK-KINTSCH, 1983 *apud* DIK, 1997b), que são de suma importância para a determinação das construções aqui investigadas, quais sejam: (i) *estratégias interpessoais*, que compreendem tanto o *monitoramento da interação* (servem para criar condições de interação que precisam ser preenchidas para o discurso ser implementado) quanto a *especificação da atitude do falante* (que pertencem ao registro emocional/atitudinal em que o discurso ocorre); (ii) *estratégias representacionais*, que compreendem tanto a *organização discursiva* (servem para estabelecer a organização e a apresentação do conteúdo discursivo) quanto a *execução do discurso* (servem para expressar o conteúdo efetivo do discurso). Nesta pesquisa nos utilizaremos das estratégias de monitoramento da interação e de organização discursiva para equacionar o funcionamento das construções aqui investigadas nas situações comunicativas.

Dik identifica unidades de análise pertinentes a cada uma das camadas do discurso: no Nível Interpessoal, atuam os Atos de Fala, representados por orações simples ou complexas, que podem ser combinados a outras sequências de Atos de Fala em um nível mais alto; já no Nível

Representacional, identificam-se unidades de análise representadas pelas proposições e predicacões, também contidas nas orações simples e complexas.

Dik propõe que essa perspectiva estrutural para a análise do discurso deve se somar a uma perspectiva funcional e relacional, que leva em conta as relações que servem para definir tanto a integridade global como a integridade local do discurso (HAIMAN & THOMPSON, 1987; MATTHIESSEN & THOMPSON, 1988). Essa perspectiva leva em conta certas funções relacionais que uma unidade discursiva (entenda-se oração) emprega em relação a outras. Essas relações podem ocorrer de duas formas: por meio de parataxe, em que duas ou mais unidades são equiparadas em uma sequência que se destaca segundo essa função relacional de outras unidades circundantes, ou por meio de hipotaxe, em que uma unidade nuclear estabelece relação com uma unidade satélite por meio de relações funcionais que pertencem ao nível do ato retórico (interpessoal) ou ao nível do assunto sobre o qual se fala (representacional).

Essas noções apresentadas por Dik (1997b) para o tratamento das estruturas e funções que compõem o discurso, ainda que arraigadas na oração como unidade de análise, representam um grande passo para o que veio a se tornar a Gramática Discursivo-Funcional proposta por Hengeveld e Mackenzie (2008), detalhada na próxima seção deste estudo.

1.3 A Gramática Discursivo-Funcional

A Gramática Discursivo-Funcional, doravante GDF, se apresenta no cenário das teorias linguísticas como a sucessão da Gramática Funcional, doravante GF, (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008).

Embora compartilhem da mesma orientação funcional tipológica, elas diferem basicamente em três pontos: (i) a GDF possui uma organização descendente, *top-down*; (ii) a

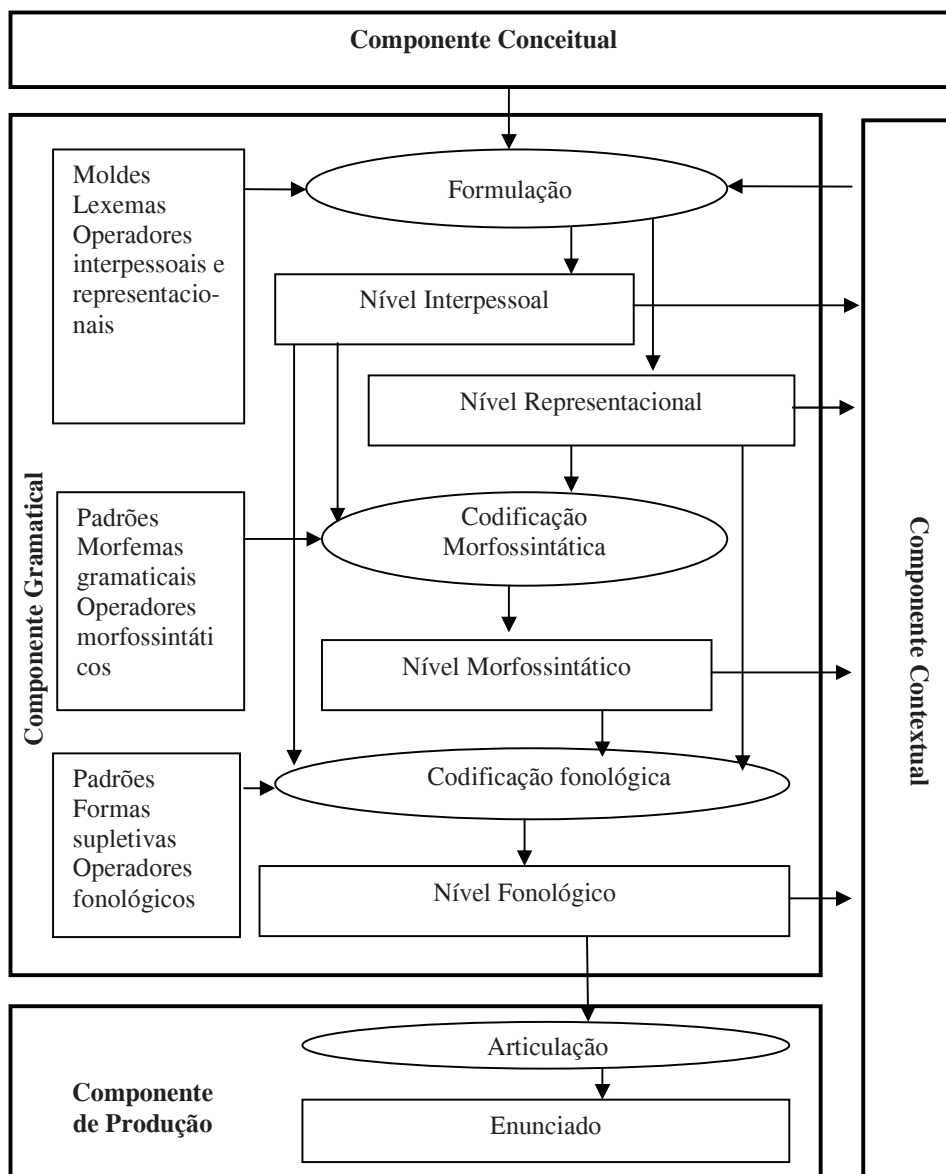
GDF toma o Ato Discursivo como a unidade básica de análise; e (iii) a GDF, definida como Componente Gramatical, interage sistematicamente com outros três componentes: o Componente Conceitual, o Contextual e o Componente de Produção.

Considera-se, assim, o discurso, ao invés da sentença, tratando-se tanto de atos discursivos maiores como menores do que a sentença, cabendo lembrar que a noção de discurso trazida pela GDF é a de ato de interação, ou seja, é considerado “discurso” aquilo que representa um ato ou situação de interação linguística.

1.3.1 A Arquitetura da GDF

A GDF procura estruturar cada nível de representação hierarquicamente, bem como modelar a competência gramatical do usuário da língua, o que é representado pela intervenção dos componentes: Gramatical, Conceitual, Contextual e de Produção na interação linguística, como se observa no esquema (3) abaixo:

Esquema 3: Esquema Geral da GDF (adaptado de HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 13)



Observa-se em sua arquitetura, dentro dos componentes Gramatical e de Produção, (i) círculos, que contêm *Operações*, (ii) caixas, que contêm os *Primitivos* usados em operações; e (iii) retângulos, que contêm os *Níveis de Representação* produzidos pelas operações.

Dentre seus componentes, o Conceitual representa o momento "pré-linguístico". Nele, a intenção comunicativa e sua representação mental, por meio da operação de Formulação, são traduzidas no Nível Interpessoal em representações pragmáticas, e no Nível Representacional em

representações semânticas. Como a GDF não propõe universais linguísticos de natureza pragmática ou semântica, uma mesma representação conceitual pode receber diferentes representações em ambos os níveis, em diferentes línguas.

Observa-se também que as regras de formulação se utilizam de um conjunto de primitivos que contêm *Moldes*, *Lexemas* e *Operadores*. As configurações no nível Interpessoal e no nível Representacional são traduzidas em estruturas morfossintáticas na Codificação Morfossintática e, por sua vez, as regras de Codificação Morfossintática caem em um conjunto de primitivos que contém *Padrões Morfossintáticos*, *Morfemas Gramaticais* e *Operadores Morfossintáticos*.

Do mesmo modo, as estruturas dos níveis Interpessoal, Representacional e Morfossintático são traduzidas em estruturas fonológicas no Nível Fonológico, e suas regras de codificação caem em um conjunto de primitivos que contém *Padrões Fonológicos*, *Formas Supletivas* e *Operadores Fonológicos*.

Com esse tipo de organização, motivada pelo postulado de que a eficiência de um modelo de gramática é tanto maior quanto mais se aproximar de seu processamento, a GDF considera a abordagem funcional de língua dentro de uma organização *top-down*, em que a pragmática comanda a semântica, ambas comandam a morfossintaxe, que, juntas, comandam a fonologia.

Essa organização demonstra claramente que a produção linguística é um processo descendente, que se inicia com as intenções comunicativas e termina com a articulação da expressão linguística. Entretanto, isso não significa que a GDF é um modelo do falante; é, sim, uma teoria da gramática, que tenta usar evidência psicolinguística em sua arquitetura.

O Nível Fonológico de representação representa o *input* para a operação de Articulação, que, no caso de um Componente de Produção Acústico, contém regras fonéticas necessárias para chegar a um enunciado adequado. Entende-se, assim, que a articulação ocorre fora da gramática propriamente dita.

Finalmente, os vários níveis de representação dentro da gramática alimentam o Componente Contextual, tornando possível subsequente referência a vários tipos de entidades relevantes introduzidas no discurso em cada um desses níveis. O Componente Contextual alimenta as operações de Formulação e Codificação, uma vez que disponibiliza antecedentes, referentes visíveis, e participantes do ato de fala que podem de alguma forma influenciar a composição do Ato Discursivo subsequente. Para criar uma especificação contextual, o Ouvinte precisa reconstruir todos os níveis de representação dentro da gramática com base no *componente de produção* real da gramática, isto é, no enunciado fonético.

Em síntese, a GDF parte da perspectiva da produção linguística e representa o Componente Gramatical de uma teoria mais ampla da interação verbal.

1.3.2 Níveis de representação e camadas

Os níveis apresentados dentro do Componente Gramatical (cf. esquema 3), quais sejam, Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico, estão internamente organizados em camadas hierárquicas, que têm sua própria variável, são restringidas por um *Núcleo* e por *Modificadores*, e especificadas por meio de *Operadores* e *Funções*. De um modo geral, as camadas dos níveis são representadas da seguinte forma (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 14):

$$(\pi V_1: [\text{núcleo } (V_1)_\Phi] : [\sigma (V_1)_\Phi])_\Phi$$

Nessa representação V_1 constitui a variável da camada correspondente, a qual está restrita por um núcleo simples ou complexo, que toma como seu argumento a variável, que pode ainda ser restringida por um modificador (σ). A camada pode ser especificada por um operador (π) e

apresentar uma função (Φ). Os núcleos e os modificadores representam estratégias lexicais, enquanto os operadores e as funções representam estratégias gramaticais. Operadores e funções diferem na medida em que as funções são relacionais, podendo relacionar uma unidade inteira a outra unidade na mesma camada, enquanto os operadores se restringem à sua própria unidade.

Cabe lembrar que nem todas as relações entre essas unidades são hierárquicas. Nos casos em que as unidades congregadas formam uma configuração não-hierárquica, ou seja, equipolente, elas são colocadas entre colchetes ([]), como vislumbrado na representação acima, em que se representaram as relações de equipolência entre o núcleo e seu argumento e entre o modificador e seu argumento.

As camadas dos níveis de representação que compõem a teoria podem ser visualizadas conforme segue:

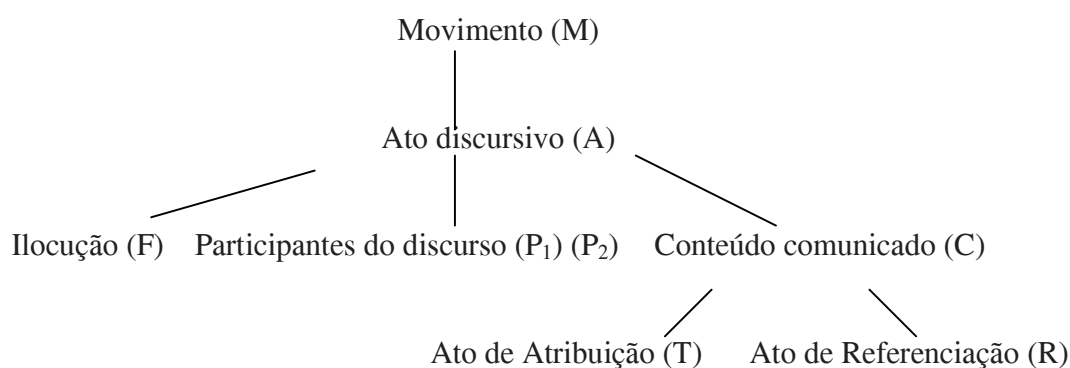
NÍVEL INTERPESSOAL	NÍVEL REPRESENTACIONAL	NÍVEL MORFOSSINTÁTICO	NÍVEL FONOLÓGICO
1. Movimento	1. Conteúdo Proposicional	1. Expressão Linguística	1. Enunciado
2. Ato Discursivo	2. Episódio	2. Oração	2. Sintagma Entonacional
3. Ilocução	3. Estado-de-Coisas	3. Sintagmas	3. Sintagma Fonológico
4. Participantes	4. Contexto Situacional e Propriedade Lexical	4. Palavra	4. Palavra Fonológica
5. Conteúdo Comunicado	5. Indivíduo		5. Pé
6. Subatos de Atribuição e de Referência	6. Locação		6. Sílabas
	7. Tempo		
	8. Modo		
	9. Quantidade		
	10. Razão		

Apresentada a estrutura geral das camadas existentes nos diferentes níveis, detalhar-se-ão os níveis de organização existentes na GDF: o Interpessoal, o Representacional, o Morfossintático e o Fonológico.

1.3.2.1 Nível Interpessoal

No Nível Interpessoal a expressão linguística é considerada segundo aspectos que estejam ligados à relação falante e ouvinte, tendo em vista, principalmente, que uma determinada expressão está associada a uma dada intenção comunicativa. Neste nível devem ser descritas todas as propriedades pragmáticas de uma expressão linguística, ou seja, é nesse nível que são representados todos os aspectos relativos ao conteúdo comunicado pelo falante.

No Nível Interpessoal, podemos reconhecer as seguintes unidades:

$$(M_1: [(A_1: [(F_1)(P_1)S (P_2)_A (C_1: [(T_1)_{[\phi]} \dots (T_{1+N})_{[\phi]}] (R_1)_{[\phi]} \dots (R_{1+N})_{[\phi]}] (C_1)_{[\phi]})] (A_1) \dots (A_{1+N})_{[\phi]}] (M_1))$$


Como se observa acima, o Nível Interpessoal apresenta o Movimento (M) como sua unidade máxima de análise, e pode ser definido, conforme seu estatuto interpessoal, como “uma contribuição autônoma para uma interação contínua” (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 50). Uma de suas propriedades constitui possibilitar uma reação por parte do destinatário do ato de fala, que pode ser uma resposta ou uma objeção, que, por sua vez, também deve ser entendida como um Movimento. A teoria comporta, portanto, dois tipos de Movimentos: de Iniciação e de Reação. Entretanto, Hengeveld e Mackenzie (2008) assumem que esses dois tipos de

Movimentos parecem não ser suficientes para abranger a complexidade dos processos constitutivos da fala.

Os Movimentos podem conter um ou mais (_N) Atos Discursivos (A) combinados entre si. Atos discursivos são definidos na teoria como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo, e, em contraste com as unidades mais altas, ou seja, os Movimentos, os Atos não necessariamente impulsionam a comunicação em termos de objetivos conversacionais (Kroon, 1995, p.65). Quando o núcleo do Movimento consistir de vários atos, a relação estabelecida entre esses atos pode ser tanto de equipolência (quando o falante atribui o mesmo estatuto comunicativo aos dois atos discursivos) como de dependência. No caso de haver dependência, o Ato Discursivo se compõe de um Ato Nuclear e outro Subsidiário.

Cada Ato discursivo contém uma Ilocução (F), que especifica uma determinada relação entre seus Participantes (P) - Falante (*Speaker*) (S) e Ouvinte (*Addressee*) (A) - e o Conteúdo Comunicado (C). O Conteúdo Comunicado (C), por sua vez, contém não só Subatos Atributivos (T), que constituem tentativas do falante de evocar uma propriedade, como também Subatos Referenciais (R), que constituem tentativas do falante de evocar uma referência no mundo mental.

Como este nível é o que se relaciona aos aspectos pragmáticos da interação comunicativa, isto é, se relaciona aos aspectos formais da unidade linguística que refletem o papel do falante e do ouvinte na interação, esses papéis são analisados em termos de funções *pragmáticas e retóricas*. As primeiras referem-se ao modo pelo qual o falante estrutura a mensagem tendo em vista as expectativas do seu ouvinte, e são representadas pelas funções de *Tópico* e *Foco*, enquanto as *funções retóricas* se relacionam ao modo pelo qual os componentes do discurso são ordenados pelo falante a fim de atingir seu propósito discursivo. Ademais, dizem respeito às propriedades formais de um enunciado, que influenciam o ouvinte a aceitar o que foi proposto

pelo falante, e compreendem as funções de *Motivação*, *Orientação*, *Correção*, *Concessão* e *Aside*, sendo representadas por Atos Subsidiários.

A função retórica *Orientação* recai sobre o Ato Discursivo Subsidiário cuja função é a de orientação, ou seja, existe por parte do falante a intenção de orientar seu ouvinte, conforme exemplifica (1) e sua representação em (1’):

(1) My brother, I promise not to betray him. (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008:55)
 ‘Meu irmão, eu prometo não traí-lo.’

(1’) (Mi: [(Ai: -my brother - (Ai))_{Orient} (Aj: -I promise not to betray him - (Aj))](Mi))

Já na função *Motivação*, a estratégia do falante é a de prevenir o ouvinte, e é implementada por meio de dois Atos Discursivos sucessivos, distintos entonacionalmente, como se vê no exemplo (2) e na sua respectiva representação em (2’):

(2) Watch out, because there will be trick questions in the exam. (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008, p. 53)
 ‘Cuidado, porque haverá “pegadinhas” na prova.’

(2’) (Mi: [(Ai: -watch out- (Ai)) (Aj: there will be trick questions in the exam-(Aj))_{Motiv}](Mi))

Nesse exemplo o primeiro Ato apresenta Ilocução Imperativa e o outro, Ilocução Declarativa. A presença da conjunção *because* (*porque*) indica que o segundo Ato Discursivo deve ser entendido como subsidiário com relação ao primeiro, especialmente como indicador da função de *Motivação* para o Ato de Ilocução Imperativa. Desse modo, (Aj) tem a função de *Motivação*, sendo, portanto, dependente de (Ai).

Uma terceira função atribuída a um Ato Discursivo Subsidiário é a de *Correção*, em que o falante expressa uma auto-correção, como mostram (3) e (3’) abaixo:

(3) I’d like to give your mother –your sister (I mean)- her book back.

‘Eu gostaria de devolver o livro a sua mãe (quero dizer) a sua irmã.’

(3') (MI: [(AI: -I'd like to give your mother her book back - (AI))Orient (AJ: -your sister- (AJ))corr] (MI))

Outra relação de dependência que pode se instaurar entre um Ato Nuclear e outro Subsidiário é a de *Concessão*, exemplificada em (4) e (4'):

(4) The work was fairly easy, although (I concede that) it took me longer than expected.

‘O trabalho foi razoavelmente fácil, embora (eu admita que) tenha levado mais tempo que o esperado.’

(4') (MI: [(AI: -the work was fairly easy- (AI)) (AJ: - it took me longer than expected- (AJ))Conc] (MI))

Hengeveld e Mackenzie (2008) ressaltam ainda que a ordenação entre o Ato Nuclear e o Subsidiário é um fator de extrema importância para a classificação dessas estruturas em camadas, pois, caso a ordem apresentada em (4) seja alterada, a relação de concessão não ocorre entre Atos, mas sim entre Conteúdos Proposicionais, no Nível Representacional, como mostra o exemplo (5) a seguir:

(5) Although (*I concede that) the work took longer than expected it was easy.

‘Embora (*eu admita que) o trabalho levou mais tempo que esperado foi fácil.’

A relação de concessão entre dois Conteúdos Proposicionais é atestada pela dificuldade de inserir *I concede that (eu admita que)* na primeira oração em (5) acima.

Além dessas quatro funções retóricas, a teoria ainda propõe que a característica de uma oração relativa não restritiva de providenciar informação a respeito do Indivíduo introduzido em uma oração principal deva ser tratada pela função retórica *Aside*, como em (6) e (6') abaixo:

(6) Did the students, who after all had worked very hard, pass the exam?

‘Os alunos, que trabalharam bastante, passaram no exame?’

(6') (M_i: [(A_i: [-os alunos passaram no exame-] (A_i)) (A_j: -que trabalharam bastante-] (A_j))Aside] (M_i))

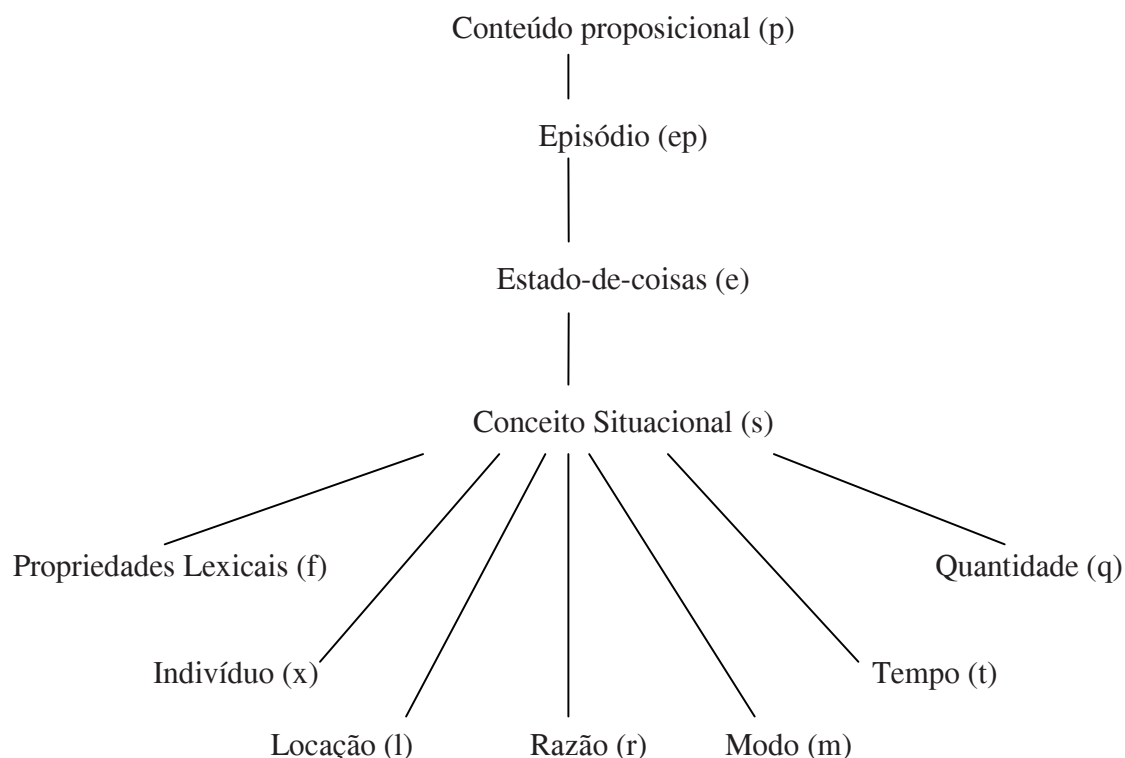
Como se observa, o processamento das estruturas do Nível Interpessoal inicia-se com as unidades maiores que são preenchidas por unidades menores. Em virtude disso, a construção do Nível Interpessoal está diretamente relacionada com a construção do Nível Representacional, uma vez que o Nível Representacional descreve o que é evocado no Nível Interpessoal, estabelecendo-se entre os dois níveis uma correspondência direta.

1.3.2.2 Nível Representacional

O Nível Representacional trata dos aspectos semânticos das unidades linguísticas. Os autores ressaltam que o termo ‘semântica’ é usado na teoria em dois sentidos restritos: (i) restringindo-se ao modo como a língua se relaciona ao mundo extralinguístico que ela descreve; (ii) restringindo-se aos significados de unidades lexicais (semântica lexical) e unidades complexas (semântica composicional), independentemente do modo como essas unidades são usadas na comunicação.

Neste nível as estruturas linguísticas são descritas em termos da denotação que fazem de uma determinada entidade e, portanto, a diferença entre as unidades desse nível se dá em termos do tipo da categoria denotada. No Nível Representacional, são reconhecidas as seguintes categorias semânticas:

$$(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)^n (x_1)_\phi \dots (x_{1+n})_\phi] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_\phi] \dots (e_{1+n})_{[\phi]}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{[\phi]}] (p_1))$$



Essas categorias apresentam uma organização hierárquica, em que Conteúdos Proposicionais (p) podem conter um ou mais (n) episódios (ep), os quais podem conter uma ou mais descrições de Estados-de-Coisas (e), que, por sua vez, pode conter um ou mais Conceitos Situacionais (s). Esta última noção constitui a descrição de um conjunto de Estados-de-Coisas possíveis, e foi postulada em Hengeveld (2011), substituindo a terminologia antes utilizada em Hengeveld & Mackenzie (2008), qual seja “Propriedade Configuracional”.

Conteúdos proposicionais, que representam construtos mentais como conhecimentos e crenças, podem ser factuais, quando são conhecimentos ou crenças sobre algo no mundo real, ou não-factuais, quando são esperanças ou desejos em um mundo imaginário. O Episódio, por sua vez, pode ser entendido como o conjunto de Estados-de-Coisas que são tematicamente coerentes no sentido de que apresentam unidade e continuidade de Indivíduos (x), Localização (l) e Tempo (t).

Nesse nível, o Estado-de-Coisas é descrito de maneira que o receptor seja capaz de compreender a qual situação real ou hipotética se faz referência. Dentro da teoria, Estados-de-Coisas são entidades que podem ser localizadas em um tempo relativo, e que podem ser avaliadas em termos de sua realidade.

As categorias semânticas descritas pela GDF se fundamentam em Lyons (1977), que propõe três tipos de entidades: de primeira, segunda e terceira ordens (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 131). Segundo essa tipologia, um Indivíduo é uma entidade de primeira ordem, que pode ser localizado no espaço e pode ser avaliado em termos de sua existência. Um Estado-de-Coisas é uma entidade de segunda ordem, pode ser localizado no espaço e no tempo, e pode ser avaliado em termos de sua realidade. Um Conteúdo Proposicional é uma entidade de terceira ordem e constitui-se em um construto mental que não pode ser localizado no espaço e nem no tempo, podendo somente ser avaliado em termos de sua verdade. No entanto, a GDF agrega a essas, outro tipo de entidade, a Propriedade, que não pode ser caracterizada de acordo com os parâmetros de tempo e espaço, uma vez que não têm existência independente e pode ser avaliada somente em termos de sua aplicabilidade, seja para outros tipos de entidade ou para a situação que elas descrevem.

Ainda em função de sua natureza tipológica, a GDF adiciona mais categorias, que são, na verdade, denominadas subclasses de categorias, as quais podem se apresentar como relevantes para a gramática de línguas particulares e entram na configuração de um Conteúdo Situacional, tais como: Lugar (l), Tempo (t), Modo (m), Razão (r) e Qualidade (q).

O quadro abaixo resume e exemplifica as categorias e as subcategorias distinguidas na GDF:

Quadro 1: Categorias semânticas (adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 136)

Descrição	Variável	Exemplo
Propriedade	f	Cor
Indivíduo	x	Cadeira
Estado-de-Coisas	e	Encontro
Conteúdo Proposicional	p	Idéia
Lugar	l	Topo
Tempo	t	Semana
Episódio	ep	Incidente
Modo	m	Maneira
Razão	r	Razão
Qualidade	q	litro

Cada uma das camadas do Nível Representacional pode vir a ser modificada por seus respectivos operadores (π) e modificadores (σ), cuja seleção precede a seleção do núcleo, uma vez que eles escopam seus núcleos sendo, portanto, hierarquicamente mais altos. A representação a seguir (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.280) demonstra a atuação desses operadores e modificadores.

$$(\pi V_1: [(V_2)(V_1)_\Phi] : [\sigma (V_1)_\Phi])_\Phi$$

No Nível Morfossintático, no entanto, a superioridade dos operadores e modificadores se reflete na ordenação com relação ao núcleo da camada à qual eles se aplicam.

Essas relações, juntamente com as entidades evocadas no Nível Interpessoal, são codificadas no Nível Morfossintático.

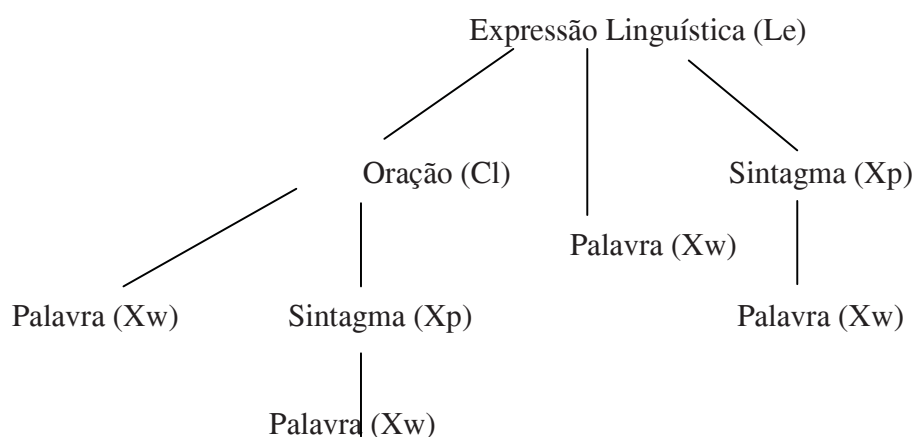
1.3.2.3 Nível Morfossintático

A tarefa do Nível Morfossintático é utilizar o *input* do Nível Interpessoal e do Nível Representacional para fazer emergir uma única representação estrutural que será convertida em um construto fonológico no próximo nível, que será o *input* para o articulador, ou seja, o Componente de Produção. O *input* contém informação lexical que deve ser preservada no *output*. Além disso, o *input* contém um conjunto de informações lexicais: (i) informação sobre dependências (núcleo-modificador, núcleo-dependente); (ii) informação sobre funções (relações semânticas entre argumentos e predicados, ou relações pragmáticas entre Atos Discursivos, Nuclear e Subsidiário); (iii) informação sobre operadores, cada um aplicando-se em seu próprio domínio; e (iv) informação abstrata do tipo que deve ser convertida em vários tipos de pró-formas.

Diante disso, os processos que acontecem nesse nível são funcionalmente motivados, ou seja, sua ordenação é motivada por alguns princípios, quais sejam: (i) iconicidade; (ii) integridade de domínio; e (iii) estabilidade funcional. Cada um desses princípios contribui para maximizar o paralelismo entre as estruturas, por meio do aumento da transparência e da interpretação da estrutura linguística (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008).

A representação do Nível Morfossintático é a seguinte:

(Le₁: [(Xw₁) (Xp₁) (Cl₁: [(Xw₂) (Xp₂): [(Xw₃) (Xp₃) (Cl₃)] (Xp₂))_(L) (Cl₂)_(L)] (Cl₁))](Le₁))



A Expressão Linguística (Le) consiste em pelo menos uma unidade que pode ser usada independentemente. Quando composta por mais de uma unidade, o conjunto é identificado como uma única unidade morfossintática, em que, necessariamente, uma não é parte integrante da outra. Essa unidade pode ser uma Oração ou um Sintagma (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 308).

Já a Oração (Cl) é um conjunto de um ou mais Sintagmas caracterizados em maior ou menor extensão por um *Padrão* de ordenação e, também em maior ou menor extensão, por expressões morfológicas de correctividade, principalmente referentes a regência e concordância (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 293).

O Sintagma (Xp) consiste em uma configuração sequenciada de Palavras (Xw), outros Sintagmas (Xp) e Orações encaixadas (Cl). É caracterizado por ser nucleado por um item lexical trazido do Nível Interpessoal ou do Representacional (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 296). Ignorando a ordenação específica de cada língua, um Sintagma em línguas configuracionais, como é o caso do português e do inglês, tem a seguinte fórmula máxima, em que cada constituinte pode ocorrer mais de uma vez (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 376):

(Xp₁: [(Xw) (Xp) (Cl)] (Xp₁))

Os sintagmas podem ser de vários tipos: Verbais (Vp); Nominais (Np); Adjetivais (Adjp); Adverbiais (Advp) e Adposicionais (Adpp), a depender do núcleo. Por exemplo, o Sintagma Verbal constitui um Sintagma cujo núcleo é um verbo. Entretanto, esses tipos de Sintagmas não necessariamente estão presentes em todas as línguas, e nem sempre estabelecem relações com determinados tipos de Lexema.

Os princípios que regem os Sintagmas são os mesmos que regem as Orações: os padrões morfosintáticos dos Sintagmas são construídos de forma *top-down* e de maneira centrípeta, até atingir as unidades configuracionais, nas quais estão integradas aos padrões morfosintáticos em função de suas propriedades de alinhamento. O alinhamento é menos relevante para a camada do Sintagma do que para as Orações, pois a maioria dos Sintagmas é baseada em representações subjacentes com um único argumento, que não é expresso independentemente.

A Palavra (X_w) consiste em uma configuração sequenciada de Morfemas (X_m), outras Palavras (X_w), Sintagmas (X_p) e Orações (Cl). Ignorando a ordem específica em que cada elemento ocorre, pode ser representada da seguinte forma (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 400):

$$(X_{w1}: [(X_m) (X_w) (X_p) (Cl)] (X_{w1}))$$

Uma distinção importante feita pela GDF diz respeito a *Palavras* e *Lexemas*. Enquanto as Palavras operam no Nível Morfosintático, os Lexemas operam no Nível Representacional.

Algumas razões são elencadas para o estabelecimento dessa distinção: (i) uma única Palavra (no Nível Morfosintático) pode corresponder a vários Lexemas (no Nível Representacional); (ii) em algumas línguas, não há distinção entre a classe de Lexemas, mas há uma variedade de classes de Palavras; (iii) muitas Palavras não apresentam Lexemas correspondentes, são Palavras gramaticais, que correspondem a um operador ou a uma função no Nível Representacional ou Interpessoal, ou mesmo podem ser introduzidas por elementos vazios (*dummies*) ou suporte (*support*).

Assim, outra distinção importante precisa ser ressaltada: entre Palavras Lexicais e Palavras Gramaticais. As Palavras lexicais são inseridas no Nível Morfosintático e são

classificadas de acordo com sua distribuição sintática e conteúdo lexical. O quadro (2) abaixo oportuniza essa distinção:

Quadro 2: Correspondência entre Palavras Gramaticais e Palavras Lexicais. (Adaptado de HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 401)

Palavras Lexicais	Exemplos	Palavras Gramaticais	Exemplos
Verbo	Exterminar	Auxiliar Verbal	Dever, ser
Substantivo	Ferradura	Pronome	Eu, o, que
Adjetivo	Maravilhoso	Pró-adjetivo	Tal
Advérbio	Elevadamente	Pró-Advérbio	Lá, então
Adposição	Sob	Adposição gramatical	De, em
Conjunção	Enquanto	Conjunção gramatical	Que, porque
Partícula	Ei, oi	Partícula Gramatical	Só, até

Na construção do Nível Morfossintático, faz-se o uso de *Padrões* Morfossintáticos, Morfemas Gramaticais livres e Operadores Morfossintáticos. Os *Padrões* Morfossintáticos apreendem o padrão de ordenação de uma determinada língua em cada camada. Os Morfemas Gramaticais são inseridos nesse nível porque são importantes nas configurações sintáticas.

Quando o Morfema gramatical sofre alguma modificação fonológica, ele é inserido na forma de Operador Morfossintático, que serve como um *slot* que, por sua vez, será substituído por uma forma fonêmica apropriada no Nível Fonológico.

1.3.2.3.1 A ordenação

Segundo os autores, a ordenação dos constituintes de uma oração se inicia pelas funções, modificadores e operadores de Movimento em direção às posições oracionais apropriadas e

termina com os operadores e modificadores das Propriedades Configuracionais e dos Estados-de-Coisas.

Dentro de cada grupo, as funções são expressas antes de operadores e modificadores, pois as funções são externas às unidades às quais se aplicam, obedecendo-se assim, ao princípio da iconicidade quando as unidades são hierarquicamente relacionadas.

A ordem dos constituintes da Oração tem início com a disposição *top-down* das unidades relacionadas hierarquicamente (os modificadores). Depois, são dispostas as unidades relacionadas não-hierarquicamente (os argumentos e os operadores). As duas configurações resultantes podem, em parte, estar conectadas.

Na determinação da posição das unidades relacionadas não-hierarquicamente, vários fatores podem desempenhar uma função, a saber: (i) fatores interpessoais: funções pragmáticas, referência; (ii) fatores representacionais: funções semânticas, designação; e (iii) fatores morfossintáticos: funções sintáticas, complexidade.

Três posições são consideradas por Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 311) para a Oração: Posição inicial (P^i); Posição medial (P^m) e Posição final (P^f). As posições periféricas (P^i e P^f) são psicologicamente salientes, diferentemente da posição Medial, que é menos saliente, dependendo do número de constituintes que uma Oração apresente.

Entretanto, considerando-se essas três posições absolutas, outras posições oracionais relativas podem ser estabelecidas, tais como a pós-inicial (P^{i+1}), a penúltima (P^{f-1}) e a pós-medial (P^{m+1}), que podem ser preenchidas quando as posições absolutas já estiverem ocupadas.

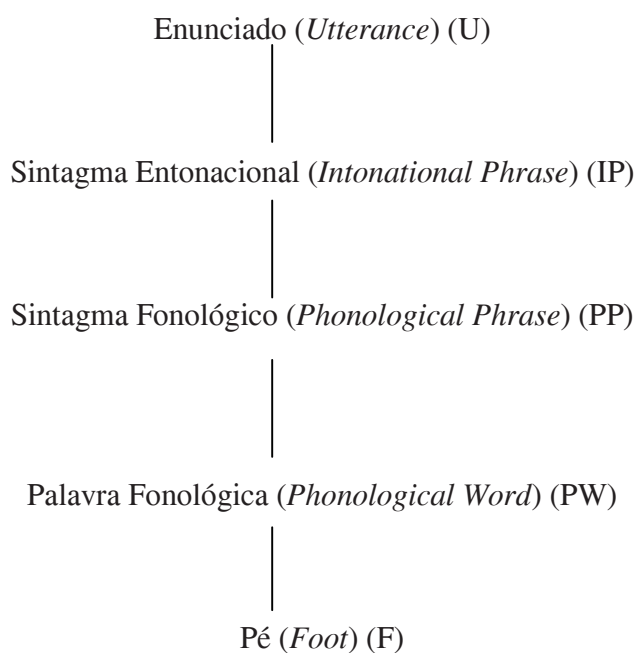
O alinhamento do Nível Morfossintático não reflete diretamente a organização dos Níveis Interpessoal e Representacional, apresentando sua própria organização em termos de funções sintáticas e em termos de complexidade de constituintes, já que os constituintes mais complexos tendem a se posicionar à direita dos menos complexos pelo princípio da complexidade crescente

(DIK, 1997). É nesse nível que as regras de concordância verbal e nominal são inseridas (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008).

1.3.2.4 Nível Fonológico

O Nível Fonológico constitui o último nível da hierarquia proposta pela GDF. Sua tarefa é codificar informações dos níveis anteriores e transformá-las em representações fonológicas, que servem de *input* ao Componente de Produção.

O Nível Fonológico também é organizado hierarquicamente em camadas, o que vai ao encontro da tradição da Fonologia Prosódica, em que “cada constituinte da hierarquia prosódica representa diferentes tipos de informação fonológica e não fonológica” (NESPOR & VOGEL 1986 *apud* HENGEVELD & MACKENZIES, 2008). Isso pode ser visualizado na representação abaixo:

$$(U_1: [(IP_1: [(PP_1: [(PW_1: [(F_1: [(S^N]) (F_1))]) (PP_1)]) (IP_1)]) (U_1))$$


|
Sílaba (*Syllable*) (S)

Nesse nível, a expressão linguística é analisada em termos de unidades fonológicas, tais como o Enunciado (*Utterance*) (U), Sintagma Entonacional (*Intonational Phrase*), (IP) Sintagma Fonológico (*Phonological Phrase*) (PP), Palavra Fonológica (*Phonological Word*) (PW), Pé (*Foot*) e Sílaba (*S*).

Dessa forma, o Nível Fonológico é específico em cada língua e contém a representação fonológica segmental e suprasegmental do discurso.

O Nível Fonológico está organizado com base em *padrões* fonológicos relativos ao Enunciado, ao Sintagma Entonacional, aos Sintagmas Fonológicos, às Palavras Fonológicas, aos Pés e às Sílabas, que ficam estocados como parte do conjunto de primitivos relevantes para a operação de Codificação Fonológica (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p. 21).

Para a presente pesquisa, restringir-se-ão comentários às camadas do Enunciado e do Sintagma Entonacional.

O Enunciado é a maior porção de fala do Nível Fonológico, e distingue-se por se separar de outros Enunciados por meio de uma pausa substancial. Hengeveld & Mackenzie (2008:430) reconhecem que a decisão de denominar uma porção de fala como Enunciado é uma escolha analítica difícil de operacionalizar com precisão. Por essa razão Haye (1989:219 *apud* HENGEVELD & MACKENZIE, 2008:430) aponta que fronteiras de pausa de Enunciados são aquelas que não são interpretadas pelo interlocutor como hesitação. Além disso, um Enunciado pode, tipicamente, apresentar distinções de tom que ajudam a marcar um mesmo conjunto de Sintagmas Entonacionais, o qual é denominado por Brown & Yule (1983) de *paratones*, termo motivado pela palavra “parágrafo”.

Thompson (1994:65-6) define *paratones* como unidades do discurso falado relacionadas topicalmente e caracterizadas fonologicamente por tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e por tom mais baixo ao final da sílaba tônica, comumente seguida por uma pausa significativa. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008:432), esse tipo de estrutura pode vir a corresponder a um Movimento no Nível Interpessoal.

Já um Sintagma Entonacional, de acordo com Hengeveld e Mackenzie (2008, p. 432), é caracterizado por propriedades internas e externas. Internamente, contém um núcleo, isto é, um movimento pontual localizado em uma ou mais Sílabas que é essencial para a caracterização do Sintagma Entonacional como um todo. Externamente, os Sintagmas Entonacionais se separam por meio de pausas (mais curtas do que as pausas usadas para separar Enunciados). Para a GDF, o Sintagma Entonacional pode coincidir com um Ato Discursivo no Nível Interpessoal.

Levando-se em conta os quatro níveis da GDF aqui apresentados, e seus respectivos componentes, cabe salientar alguns de seus aspectos, que se mostram primordiais para esta pesquisa.

Um primeiro aspecto refere-se ao Nível Interpessoal e às camadas do Movimento e do Ato Discursivo, uma vez que as estruturas aqui investigadas podem representar uma dessas noções. A esse respeito, Hengeveld e Mackenzie (2008) apontam que a complexidade de um Movimento pode ser interpretada por meio da entonação, uma vez que o Movimento é formado por um ou mais Atos, e cada Ato Discursivo dentro da teoria deve apresentar seu próprio contorno entonacional. Admite-se, assim, que essas estruturas devem apresentar uma relação de equipolência e não de dependência. Partindo disso, outras funções retóricas que não as já

estabelecidas pela teoria podem estar envolvidas na construção das sentenças que comportam o fenômeno aqui investigado.

No Nível Representacional, a camada mais importante para este estudo consiste no Conteúdo Proposicional, que se relaciona a conhecimentos e crenças do falante, ou seja, a construtos mentais. Também nessa camada dar-se-á a devida atenção à função estabelecida pelas conjunções lexicais (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 401) envolvidas nesta pesquisa, uma vez que elas podem estar desempenhando diferentes funções discursivas no contexto de uso investigado.

No Nível Morfossintático pretende-se enquadrar as estruturas aqui estudadas entre as camadas da Expressão Linguística e não da Oração, o que será observado mais adiante, no próximo capítulo.

No Nível Fonológico, as noções de Enunciado e de Sintagma Entonacional serão extremamente importantes na delimitação dos Atos e Movimentos correspondentes às estruturas aqui investigadas.

Por fim será dada atenção especial ao Componente Contextual, uma vez que algumas das estruturas aqui analisadas parecem ter suas funções discursivas motivadas pelo acesso que fazem a esse componente.

Ainda resta salientar que o fenômeno aqui estudado será também vislumbrado à luz da Perspectiva Textual-Interativa, com a qual se pretende estabelecer diálogo para a categorização das funções discursivas desempenhadas pelas construções explicativas, concessivas, modais/conformativas e condicionais, iniciadas pelas conjunções *porque* (explicação), *apesar de* (*que*), *embora* (*que*), *mesmo* (*que*) (concessão), *como* (modo/conformidade) e *se* (condição), o que será demonstrado na próxima seção.

1.4 A Perspectiva Textual-Interativa

A Perspectiva Textual-Interativa, utilizada neste trabalho como ponto de partida para as reflexões que resultaram no estabelecimento das funções discursivas das construções aqui investigadas, tem como proposta abordar o plano textual, segundo a concepção que trata a linguagem como uma forma de ação, ou seja, “como uma atividade verbal exercida entre pelo menos dois interlocutores, dentro de uma localização contextual, em que um se situa reciprocamente em relação ao outro, levando em conta circunstâncias de enunciação” (JUBRAN, 2006: 28), o que implica na visão de linguagem “como capacidade de manter a interação social, mediante a produção e entendimento de textos que funcionam comunicativamente” (JUBRAN, 2006:28).

De acordo com a PTI, a competência comunicativa aciona o saber linguístico, na medida em que o requer para o processamento das estruturas linguísticas na constituição de um texto, mostrando o estatuto textual da interlocução verbal.

Nessa perspectiva o texto é concebido como uma entidade comunicativa verbalmente realizada e não uma entidade linguística que também apresenta um caráter comunicativo.

A ótica pragmática que respalda essa perspectiva é a que considera a linguagem como atividade que, realizada verbalmente, deve ser estudada dentro de suas condições de efetivação.

A PTI assume como princípios que: (i) os fatos linguísticos têm suas propriedades e funções definidas no uso, coenvolvendo as circunstâncias enunciativas (JUBRAN, 2007); (ii) os fatores interacionais são inerentes à expressão linguística pela introjeção natural da atividade discursiva no produto verbal do ato comunicativo, ou seja, são observadas marcas do processamento formulativo-interacional na materialidade linguística do texto (JUBRAN, 2006) e (iii) são estabelecidas classes não discretas de elementos, baseadas no reconhecimento da fluidez

de limites entre elas, em virtude do equilíbrio instável das configurações discursivas, ou seja, uma mesma forma pode prestar-se a diferentes funções e ter enquadramentos em diferentes classes de elementos, levando-se em conta sua proximidade ou distanciamento no desempenho de funções textuais e interativas.

A ótica da linguística textual que respalda essa perspectiva é a que assume que o texto é visto como unidade globalizadora, sociocomunicativa, que ganha existência dentro de um processo interacional.

A análise da conversação também complementa o quadro teórico da PTI na medida em que examina a oralidade abrangendo situações diversificadas de intercurso verbal.

A PTI tem visão integrativa entre estruturas e processamento de estruturas textuais, o que significa reconhecer a existência de regras que caracterizam a organização do texto e a sistematicidade da atividade discursiva. Nessa perspectiva “o texto é uma unidade sociocomunicativa globalizadora” (JUBRAN, 2006:31) e, como tal, “apresenta propriedades de coesão e coerência, fundadas numa ordem própria de relações constitutivas, diferenciada das que se estabelecem no limite frasal” (JUBRAN, 2006: 31).

Essa perspectiva toma o texto como objeto para dele apreender regularidades particularizadoras das formas de processamento das estratégias e mecanismos de estruturação textual e das correspondentes funções pragmático-textuais.

A PTI tem como unidade de análise o tópico discursivo, em que segmentos textuais com extensão textual que pode ir além do nível sentencial se organizam em termos de propriedades de *centração* e *organicidade*, ou seja, convergência para um assunto proeminente e organização dos tópicos do texto em termos de sua continuidade e descontinuidade.

Nesse sentido, a teoria considera dois tipos de descontinuidades: hesitação e interrupção, tidas como atividade de processamento. A hesitação fica à margem da constituição do tópico

discursivo, por não fazer parte da estrutura sintagmática do segmento no qual ocorre; já a interrupção é configurada por cortes lexicais e sintáticos, e evidencia algum tipo de atividade formulativa (JUBRAN, 2006).

A perspectiva preconiza o estudo de atividades de formulação como (i) repetição (produção de um elemento linguístico uma ou mais vezes); (ii) correção (repetição de estruturas léxico-gramaticais a partir da captação de algum problema na comunicação de determinada informação após sua formulação) (FÁVERO, ANDRADE & AQUINO, 2006); (iii) parafraseamento (que são estratégias de reformulação); (iv) parentetização (que caracteriza a inserção, no segmento tópico, de informações paralelas ao assunto em relevância naquele momento); (v) tematização/rematização (referente às diferentes formas de articulação tema/rema) e a (vi) referenciação (vista como um processo discursivo, criado na dinâmica de interação, de modo que os referentes possam ser concebidos como objetos-de-discurso). A partir dessa perspectiva é abordada a progressão referencial: como os referentes são introduzidos, conduzidos, retomados, apontados e identificados no texto.

A PTI ainda trata dos mecanismos de organização textual, especificamente dos marcadores discursivos, estabelecendo não só um núcleo-piloto de traços que possibilitam a identificação de um marcador, como também matrizes básicas de associações de traços estáveis que configuram marcadores discursivos.

A relevância de considerar tal perspectiva neste estudo deve-se ao fato de termos nos utilizado das noções de *Tópico Discursivo* e de *Parentetização* para sistematizarmos o funcionamento das funções discursivas das construções aqui investigadas dentro da teoria norteadora da pesquisa, a Gramática Discursivo-Funcional.

1.4.1 O Tópico Discursivo como unidade de análise

A PTI procura identificar e definir uma unidade de análise de estatuto textual-discursivo, partindo de fundamentos que se baseiam no princípio de que “os fatores interacionais se inscrevem na superfície textual” (JUBRAN, 2006: 89). Disso decorre a atenção que é dada à descrição dessa unidade de análise nesta seção, uma vez que sua compreensão leva ao entendimento do funcionamento discursivo do fenômeno abordado por essa pesquisa.

A perspectiva considera que a quase simultaneidade entre elaboração e manifestação verbal nas interações face a face não afasta o teor de organização do texto falado, desenvolvido com base em troca de turnos entre pelo menos duas pessoas, implicando uma construção colaborativa em que turnos são produzidos por referência a turnos anteriores. Em virtude disso, nota-se uma projeção de possibilidades que um elemento no turno antecedente desencadeia no turno seguinte, dando indícios do caráter estruturado da conversação e apontando para a possibilidade de apreensão de uma unidade de análise não restrita ao turno (JUBRAN, 2006).

A relação de interdependência entre turnos pode ser motivada pela preocupação dos falantes de se entrosarem, mantendo a conversa em torno de um conjunto de objetos-do-discurso, que guiam o foco da interação, servindo como uma consciência de que se deve falar sobre algo. Em virtude disso, são observáveis segmentos discursivos mais amplos do que o turno, centrados em um tópico proeminente.

Segundo Jubran (2006:90):

o tópico decorre de um processo que envolve colaborativamente participantes de atos interacionais na construção da conversação, que é assentada em um conjunto de fatores contextuais, entre os quais as circunstâncias em que ocorre o intercâmbio verbal, o grau de conhecimento recíproco dos interlocutores, os conhecimentos partilhados entre eles, sua visão de mundo, o background de cada um em relação ao que falam

A noção de tópico define o processo de interação centrada no estabelecimento do intercâmbio verbal e o movimento dinâmico da estrutura conversacional. O tópico discursivo é, assim, uma unidade de análise transfrástica, constituindo uma categoria analítica operacionalizável, que oferece segurança e objetividade na identificação de unidades textuais. Como se observa, a estruturação tópica constitui o fio condutor da organização textual interativa.

Essa unidade de análise é definida, primordialmente, pelas propriedades de (i) *centração*, que abrange os traços de *concernência* (interdependência semântica entre os enunciados), *relevância* (proeminência desse conjunto, estabelecendo uma posição focal) e *pontualização* (localização desse conjunto) (JUBRAN, 2006: 92-4); e (ii) *organicidade*, manifestada por relações de interdependência tópica que se estabelecem simultaneamente em dois planos: *plano hierárquico* (recorte vertical, que prevê níveis de hierarquização na estrutura tópica, dependências de superordenação ou subordenação entre tópicos, e propõe camadas de organização como supertópico, subtópicos, tópicos co-constituintes, e constituintes tópicos mínimos), e *plano linear* (articulações intertópicas, ou seja, relações de continuidade e descontinuidade entre tópicos, que abrangem: organização sequencial, mudança de tópico, adjacência, e descontinuidade, podendo a última ser representada por: perturbação da sequencialidade linear, suspensão definitiva do tópico, cisão de um tópico em partes, inserção de tópico paralelo, interpolação entre dois tópicos, descontinuidade de ambos, ou ainda expansão posterior de um tópico dado que passa ao primeiro plano com o desenrolar da conversação).

Cabe lembrar que dentro do plano hierárquico o tópico é uma noção abstrata, cujo estatuto concreto é determinado pelo nível de hierarquia que estiver sendo observado.

Dentro do plano linear, na sequenciação dos segmentos tópicos em um texto falado, observam-se ainda três outros procedimentos de passagem de um tópico a outro: (i) transição

gradual de um tópico a outro, em que há segmentos que ligam um tópico em outro como recurso de manutenção de conversação; (ii) superposição, em que há tentativa de introdução de tópico novo enquanto o outro locutor ainda está desenvolvendo o anterior; e (iii) movimento de tópicos, em que há deslizamento de um para outro aspecto do mesmo tópico.

A PTI também considera que marcas linguístico-discursivas de delimitação tópica constituem um critério auxiliar de segmentação, cuja identificação permite precisar a segmentação tópica, quais sejam: entoação, marcadores discursivos, tematização, paráfrases, repetições, hesitações, (JUBRAN, 2006:110-8).

O tópico constitui-se, assim, como uma categoria abstrata, primitiva, operacionalizável em uma análise com base em suas propriedades de centração e organicidade. Os traços de relevância, concernência e pontualização, que caracterizam a centração, permitem reconhecer e recortar os segmentos tópicos de um texto falado, podendo, eventualmente serem delimitados por marcas linguístico-discursivas de abertura e fecho tópicos.

1.4.2 A Parentetização

Dentre as atividades de formulação preconizadas pela teoria dar-se-á relevo aqui à atividade de parentetização em virtude de sua importância para a delimitação do fenômeno estudado.

Segundo Jubran (2006), no discurso falado, de caráter não previamente planejável, que apresenta rupturas de estruturas canônicas e em que a sintaxe não prevalece sobre a pragmática, é preciso reconsiderar o conceito de parentetização, extrapolando o limite frasal pela observação de dados de parentetização no contexto do segmento tópico, que é recortado com base na categoria de análise do tópico discursivo.

Para redefinir parênteses nesse contexto leva-se em conta uma das propriedades básicas do tópico discursivo, que é a centração, que funciona como parâmetro para o reconhecimento de inserções dentro dos segmentos tópicos. Esses elementos inseridos não são concernentes à construção tópica, e por isso, essas inserções têm a natureza de desvio tópico. Assim, os parênteses são uma modalidade de inserção de menor extensão textual, sem estatuto tópico, não constituindo uma nova centração. Nesse contexto, o elemento inserido provoca uma breve suspensão do tópico no qual se encaixa, há interrupção momentânea e retomada imediata do tópico no qual se insere: tópico A (suspensão momentânea do tópico A) continuidade do tópico A (JUBRAN, 2006).

Partindo disso, os parênteses são uma modalidade de inserção definida como breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem, como se vê no exemplo (7) (JUBRAN, 2006:303)

(7) Inf. – nós temos que confiar...no sistema democrático...porque é através desse sistema democrático que nós podemos...obter *como já disse anteriormente e repito...* toda...uma série eNOrme de reivindicações... (DID REC 131:401-4)

Os parênteses compartilham de propriedades identificadoras, e entre elas o desvio tópico é a mais proeminente, pois os parênteses se encaixam em um segmento tópico como elementos não-concernentes ao tópico discursivo. Por essa razão, sua definição é relacional, ou seja, sua caracterização ocorre mediante contraposição ao contexto no qual se insere: inter-relação entre desvio e contexto. Entretanto é importante ressaltar que não há desvinculamento entre o parêntese e o contexto em que ocorre, pelo contrário, as inserções estabelecem significação de base informacional sobre a qual se funda a centração do segmento-contexto.

Os parênteses promovem avaliações, comentários laterais sobre o que está sendo dito, ou sobre como se diz, sobre a situação interativa ou ainda sobre o evento comunicativo. Em virtude disso, não podem ser descartados porque a contextualização interacional do que está sendo falado orienta a própria compreensão de fala, são pistas sinalizadoras do quadro sociocomunicativo, tendo uma dimensão pragmática, constituindo-se como um dos recursos pelos quais a atividade discursiva se projeta concretamente na materialidade linguística do texto.

Jubran (2006), ao descrever as propriedades parentéticas, identifica tanto (i) marcas formais prototípicas do *elemento inserido*, tais como: (1) ausência de conectores do tipo lógico que estabeleçam relações lógico-semânticas entre os parênteses e o segmento que as abarcam; e (2) fatos prosódicos como pausas e alterações na pronúncia dos parênteses; quanto (ii) marcas formais prototípicas do *segmento-contexto*, quais sejam: (1) marcas de interrupção do tópico discursivo – pausas não preenchidas, ou preenchidas por expressões hesitativas nas fronteiras inicial e final do parêntese, suspensão, sem corte sintático, de segmentos em processamento antes do parêntese, e interrupção de segmentos com corte sintático - e (2) marcas de reintrodução do tópico discursivo – pausas não preenchidas ou ainda preenchidas por hesitações, continuidade sintática da frase interrompida antes do parêntese, uso de marcadores discursivos sequenciadores de tópico, repetição de itens lexicais ou de sintagmas do segmento-contexto que se encontravam próximos ao início do parêntese, parafraseamento de trechos precedentes ao parêntese e realização do segundo elemento de um par adjacente rompido pelo parêntese.

A autora também propõe a identificação de quatro classes parentéticas, dentre elas: (1) com foco na elaboração tópica do texto; (2) com foco no locutor; (3) com foco no interlocutor; e (4) com foco no ato comunicativo. Nessa ordem, as quatro classes refletem graus sucessivos, em um *continuum* de menor explicitação verbal do interacional no texto e maior aproximação do tópico, passando por duas classes intermediárias em que é acrescida a presentificação do locutor e

do interlocutor na materialidade textual, até chegar ao afastamento máximo do tópico e consequente aproximação maior do ato interacional (JUBRAN, 2006).

Para detalhar as fronteiras entre o parêntese e o contexto observa-se o trecho tópico em que são registrados fatos de parentetização, segmentando esse trecho em três partes: E1 (segmento anterior ao parêntese), E2 (o parêntese) e E3 (segmento posterior ao parêntese).

A partir disso são identificadas quatro fronteiras em que se interpolam fatos parentéticos: (i) entre constituintes de frase; (ii) no limite entre duas unidades frasais; (iii) entre a primeira e a segunda parte de pares adjacentes; e (iv) entre segmentos textuais, com estruturas anacolíticas.

Para depreender dados ainda mais esclarecedores do estatuto da parentetização em textos falados, é importante que se observe como se processam as relações anafóricas entre o parêntese e o seu contexto. O que pode acontecer de duas formas: (i) por meio da presença de anáfora em E3, quando há referência a alguma informação em E1, e nunca em E2; e quando há anáfora em E2, em que há referência metadiscursiva ao segmento E1.

Sendo de curta extensão, os parênteses dispõem de certas configurações formais. As identificadas até agora pela teoria consistem em: (i) marcadores discursivos; (ii) sintagmas nominais; (iii) frases simples; (iv) frases complexas; (v) pares adjacentes.

Fundamentando-se em duas particularidades da parentetização que se manifestam em graus, quais sejam: (i) desvio tópico; e (ii) introdução de fatores pragmáticos no texto, classes de parênteses podem ser estabelecidas, e a cada classe ou subclasse, correspondem funções textual-interativas específicas, como aponta Jubran (2006:327):

i.A Classe A é composta de focalizadores da elaboração tópica do texto, com foco no conteúdo do tópico discursivo, na formulação linguística do tópico discursivo e na estrutura do tópico discursivo.

ii.A Classe B é composta de parênteses com foco no locutor.

iii.A Classe C congrega os parênteses com foco no interlocutor, considerando também a ocorrência de intersecção, ou seja, foco no locutor e no interlocutor simultaneamente.

iv.A Classe D agrupa os parênteses focalizadores do ato comunicativo (JUBRAN, 2006).

É importante mencionar que as funções acima citadas dos parênteses não se aplicam em textos escritos, devido à sua natureza planejada. Essas funções baseiam-se nas peculiaridades da fala, considerando a interação face a face, mostrando-se uma estratégia bastante produtiva em textos falados.

Desse modo, cabe salientar que as construções aqui investigadas serão analisadas sob o escopo da unidade de tópico discursivo e da atividade de formulação parentética, no intuito de explorar suas propriedades discursivas.

CAPÍTULO II

A SUBORDINAÇÃO E A “NÃO” SUBORDINAÇÃO

Conforme especificado anteriormente, esta pesquisa assume uma perspectiva discursivo-funcional para o tratamento da (não) subordinação adverbial nas estruturas em foco, o que implica adotar a categoria de Expressão Linguística em termos morfossintáticos para interpretar as ocorrências levantadas, identificadas inicialmente como orações adverbiais independentes de explicação, concessão, modo e condição. Isso não significa que se considera, na relação entre sentenças, somente os critérios sintáticos de (in)dependência entre as orações; interessam, igualmente, os fatores de ordem pragmática, semântica, morfossintática e fonológica, a serem expostos ao longo dessa discussão teórica. Além disso, acredita-se que é válido mostrar como diferentes quadros teóricos abordam o assunto, desde os mais tradicionais até aqueles já comprometidos, de certa maneira, com o funcionamento da língua em uso.

Ademais, o conhecimento do tratamento dispensado ao fenômeno por outras correntes teóricas também permite justificar a opção deste estudo por um aparato discursivo-funcional na investigação dos dados.

2.1 Dos diferentes tratamentos da Subordinação e da Coordenação

Em sua maioria, os estudos advindos das gramáticas tradicionais consideram que a ocorrência de subordinação e de coordenação depende exclusivamente de critérios formais,

baseados na dependência ou independência sintática entre as orações. De modo geral, as orações subordinadas são vistas como aquelas que representam uma função sintática na oração principal, enquanto as coordenadas representam orações autônomas, independentes, que não funcionam como termos de outras orações, e nem a eles se referem.

Cunha e Cintra (1985), por exemplo, defendem que as orações subordinadas funcionam como termos essenciais, integrantes ou acessórios de outra oração. Para os autores, a subordinação, que se constitui tradicionalmente como período composto, pode até mesmo equivaler, em sua essência, a um período simples, uma vez que tem seus termos representados por uma oração (CUNHA e CINTRA, 1985: 584).

Já no tocante à subordinação adverbial, os autores apontam que funciona como adjunto adverbial de outras orações, e vem, normalmente, introduzida por uma das conjunções subordinativas, excluindo-se as conjunções integrantes, classificando-se em causais, concessivas, condicionais, finais, temporais, consecutivas, comparativas, conformativas e proporcionais.

Em geral, as gramáticas relacionam os tipos de subordinação adverbial aos diferentes tipos de conjunção subordinativa adverbial, entretanto, nem sempre essa correlação é coerente.

Cunha e Cintra (1985) apontam que os advérbios recebem a denominação da circunstância ou de outra idéia acessória que expressa, o que constitui uma lista de pelo menos nove tipos de advérbio (afirmação, dúvida, intensidade, lugar, modo, negação, tempo, ordem e exclusão).

Diferentemente, as conjunções adverbiais podem ser causais, concessivas, condicionais, finais, temporais, consecutivas, comparativas, conformativas e proporcionais, e as orações subordinadas adverbiais, que funcionam como adjuntos adverbiais, possuem exatamente a classificação das conjunções que as iniciam, somando os oito tipos acima citados.

Como se observa, a oração subordinada adverbial funcionando como um adjunto adverbial deveria ter, pela lógica implícita na maioria das definições advindas da gramática tradicional, uma lista de classificação mais extensa, devido aos tipos de adjunto adverbial existentes, já que as gramáticas tradicionais fazem questão de colocá-las no mesmo nível das circunstâncias por eles expressas.

Curiosamente, podemos ainda verificar que, em algumas gramáticas mais tradicionais, como a de Silveira Bueno (1963), é explícita a correspondência proposta entre as circunstâncias expressas pelas orações subordinadas adverbiais e pelos advérbios, já que o autor afirma que as relações adverbiais subordinativas são tantas quantas as espécies de advérbios, o que se mostra contraditório, uma vez que aponta oito tipos de advérbio (lugar, tempo, negação, afirmação, modo, dúvida, quantidade ou intensidade, designação) e dez tipos de orações subordinadas (temporais, condicionais, causais, finais, conformativas, concessivas, consecutivas, correlativas, comparativas, proporcionais) que não se correlacionam respectivamente.

Acerca da dificuldade de se arrolar uma tipologia que dê conta das adverbiais como um todo, Matthiesen & Thompson (1988) também mostram seu descontentamento com a identificação mecânica das subordinadas adverbiais com os advérbios, defendendo que embora essas sentenças possam ser parafraseadas por um sintagma preposicional, elas se combinam com seqüências de sentenças, o que excluiria sua aproximação com aquela classe, sendo mais bem descritas enquanto casos de “combinação de cláusulas”, visto sua maior possibilidade de combinar-se com outras orações quando comparadas aos outros tipos de subordinação.

Bechara (2000) considera que a subordinação ocorre quando uma oração passa a uma camada inferior, funcionando como pertença, ou seja, como membro sintático de outra unidade. A marca de que uma oração se subordina a outra, passando a ser membro de outra oração, é a presença de um “transpositor” representado por *que* e, em alguns casos, por *se*. Segundo o autor,

essa conjunção não tem a função de juntar duas orações, mas de assinalar o processo de degradação que transformou uma oração independente em um termo de outra oração. Desse fato decorre a consideração de que a denominação tradicional *período composto* não é a mais apropriada, visto que, na verdade, o que se tem é uma oração com termos argumentais complexos, representados por outra oração. A denominação *orações compostas* deve se limitar à coordenação, segundo esse autor.

Ainda para Bechara (2004), as subordinadas adverbiais são denominadas orações complexas de transposição adverbial, podendo exercer a função de adjunto adverbial; nesse caso, o *que* também terá a companhia de uma preposição adequada, que marcará a relação semântica da circunstância em questão. Para o autor existem as subordinadas adverbiais propriamente ditas, que exercem função própria de advérbio e podem ser substituídas por um deles (tempo, modo, lugar - substituíveis por advérbios; e causa, concessão, condição e fim - substituíveis por locuções adverbiais) e as subordinadas comparativas e consecutivas, tratadas separadamente visto guardarem certa analogia com as subordinadas adjetivas, por dependerem de um antecedente, e só manterem relação direta com o núcleo verbal da oração junto com seu antecedente.

Kury (1999) considera que subordinada é a oração que depende de um termo da frase ou de uma oração principal, exercendo, em ambos os casos, uma função sintática, o que implica que “orações subordinadas são termos da frase desenvolvidos em oração” (KURY, 1999: 71).

Conforme o autor, qualquer oração subordinada se classifica inicialmente de acordo com sua função sintática na oração principal, podendo ser substantiva, adjetiva ou adverbial, sendo que a última funciona sempre como adjunto ou complemento da oração principal e, como tal, classifica-se conforme a circunstância que exprime, podendo ser causal, comparativa, concessiva, condicional, conformativa, consecutiva, final, locativa, modal, proporcional e temporal.

Importante ressaltar que o autor é um dos únicos a incluir a tipologia das adverbiais locativas e modais dentre os tipos de subordinação, visto que não figuram na relação da Nomenclatura Gramatical Brasileira.

Igualmente relevante são os apontamentos de Kury (1999) em relação à dificuldade de se diferenciar as relações semânticas de causa (subordinação) e de explicação (coordenação), problematização que enfoca o campo semântico *causa, razão e explicação*, discutido no presente trabalho, que abrange a relação explicativa como um tipo de subordinação.

Garcia (1982) considera que as orações explicativas e também as orações conclusivas estabelecem tão estreitas relações de mútua dependência entre as orações por elas interligadas, que a estrutura sintática do período chega a assumir características de verdadeira subordinação, em virtude da afinidade semântica ente motivo e causa. O autor define subordinação como um processo de hierarquização, em que o enlace entre orações é muito mais estreito que na coordenação. Para ele, as subordinadas não podem subsistir por si mesmas e, por isso, pode-se dizer que fazem parte de outra, exercem função nessa outra, o que quer dizer que qualquer oração subordinada é, na realidade, um fragmento de frase.

Segundo o autor, as orações subordinadas adverbiais têm valor de advérbio e têm função de adjunto adverbial, podendo ser: concessivas, temporais, causais, finais, condicionais, consecutivas, conformativas, proporcionais e comparativas. Em nota o autor comenta o fato de a Nomenclatura Gramatical Brasileira, doravante NGB, não reconhecer a existência de orações modais, deixando uma lacuna de classificação em casos de orações como “chorando” em períodos como: “Saiu *chorando*”.

Luft (2001), com argumentação semelhante à de Garcia (1982), discute a classificação da NGB quando da supressão das relações modais e locativas dentre os tipos de subordinação adverbial. O autor comenta em nota a lacuna classificatória para os casos em que o valor

semântico da oração analisada é modal, defendendo que as orações adverbiais modais fazem falta na NGB. O autor identifica a incoerência de se assumir a existência de advérbios de modo, adjuntos adverbiais de modo, mas não se registrarem as respectivas orações. O autor ainda problematiza questionando sobre o que é uma oração adverbial modal senão um adjunto adverbial de modo com predicado, um adjunto oracional.

Também baseados em critérios mais formais, Mira Mateus et. al. (2003) não abordam a relação modal expressa por meio de subordinadas, isso porque assim como a NGB, a Nomenclatura Gramatical Portuguesa, doravante NGP, não reconhece a existência de orações modais.

Mira Mateus et. al. (2003) consideram que as orações subordinadas adverbiais têm estatuto de constituintes sintáticos, com caráter de não argumento do predicado principal, classificando-as em: condicionais, causais, finais, concessivas, e temporais.

Diferentemente das outras, essa gramática analisa as construções comparativas, consecutivas, conformativas e proporcionais em seção isolada, como “construções de graduação e comparação”, uma vez que não as consideram casos de subordinação adverbial.

A esse respeito cumpre lembrar que para os autores Cunha e Cintra (1985), Silveira Bueno (1963) e Mira Mateus et. al. (2003), as orações modais são classificadas como comparativas ou conformativas, a depender do valor que a conjunção *como* assume, ou ainda como consecutivas ou concessivas, a depender da locução que as encabeçam, como expresso nos exemplos abaixo discutidos por Luft (2001) em nota, e Kury (1999), respectivamente:

- (1) “Trabalhou *como devia*.” (conformativa? modal?). (LUFT, 2001)
- (2) “Saiu *sem que o notassem*.” (concessiva? modal?). (LUFT, 2001)
- (3) “A voz dela, **como dizia o pai**, era muito mimosa.” (conformativa? modal?) (KURY, 1999)

Segundo Luft (2001) e Kury (1999), os três exemplos acima são considerados casos de subordinação adverbial modal, muito embora a NGB e a NGP não os assumam enquanto possibilidades classificatórias para a subordinação adverbial.

Embora Kury (1999) identifique o exemplo (3) como modal, aponta o fato de a NGB não incluir as modais entre as orações subordinadas adverbiais, colocando a seguinte questão: “Em que classificação se enquadra, então, as orações que assim vinham sendo indevidamente chamadas?” (KURY, 1999:100). Partindo disso, o autor aponta que exemplos como (3) deveriam, na falta da classificação modal, ser chamados de orações conformativas.

Levando em conta esse apontamento de Kury (1999) e o fato de as relações de modo e conformidade serem ambíguas, adotar-se-á como critério para este estudo a noção de modo/conformidade para interpretar exemplos como (3).

Castilho (2010) descreve a subordinação à luz da perspectiva sistêmico-funcional, propondo uma tipologia para as sentenças complexas, dividindo-as em (i) coordenação ou independência, (ii) subordinação ou dependência, e (iii) correlação ou interdependência.

O autor propõe duas tipologias para os casos de subordinação ou dependência, a primeira, em que se consideram as sentenças complexas encaixadas, incluindo os casos denominados tradicionalmente como subordinação substantiva e adjetiva, e a segunda, em que se consideram as sentenças complexas em adjunção, ou seja, as sentenças não encaixadas, classificação que inclui as subordinadas adverbiais.

Nesse prisma, as subordinadas adverbiais constituem sentenças que verbalizam informações adicionais, que funcionam em adjunção ao verbo da sentença matriz, predicando ou verificando esse escopo (CASTILHO, 2010).

O autor defende que, no intuito de se propor tipologias de adverbialidade, muitas foram as tentativas de se identificar alterações de sentido provocadas pelas adverbiais nas sentenças, mas considera inesgotáveis as possibilidades de expressão desse tipo de sentença.

O autor também argumenta que essas sentenças apresentam propriedades semanticamente homogêneas, porém, sintaticamente heterogêneas, e, por isso, considera que o melhor critério para analisar as adverbiais é o que leva em conta, por um lado, o grau de interdependência com a sentença nuclear a que se vinculam e, por outro, o tipo de relação lógico-semântica que expressam, deixando-se identificar pelos traços /-encaixamento/ e /+dependência/, sendo rotuladas de hipotáticas pelo autor, assim como o fazem Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008).

Ao propor uma tipologia de estudo para as adverbiais, o autor se utiliza da pesquisa levantada por Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008), propondo as relações causais, condicionais, finais, concessivas e temporais como tipos de relações semânticas sob escopo de subordinação adverbial.

Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008) consideram as sentenças de tempo, de causa, de condição, de concessão e outras semelhantes, como construções hipotáticas, isto é, sentenças que expandem as nucleares, reelaborando-as, ampliando-as ou ainda apresentando uma relação circunstancial.

Para as autoras, as chamadas subordinadas adverbiais não devem ser vistas simplesmente como um *adjunto* de uma *sentença principal*, uma vez que esse tipo de sentença pode ser caracterizada por meio de outras propriedades, entre elas, a de articular-se com a sentença principal, distinguindo as justapostas das conectivas, e a de constituir forma própria, distinguindo as desenvolvidas das reduzidas.

Da mesma forma que a subordinação recebe um diferente equacionamento quando de sua descrição a partir do uso, o mesmo ocorre com a coordenação. Pezatti & Longhin-Thomazi (2008) demonstram que as propriedades das construções coordenadas vão além da independência entre orações, e consideram que “a construção coordenada consiste em dois ou mais membros, funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural por mecanismos de ligação” (PEZATTI & LONGHIN-THOMAZI, 2008: 865). As autoras, sob o escopo da perspectiva funcionalista de Dik (1997), entendem equivalência funcional a partir da equivalência entre as funções semânticas, sintáticas e pragmáticas dos membros coordenados, e assumem que existem diversos tipos de coordenação, entre eles: coordenação simples (entre sentenças independentes, entre sentenças dependentes, entre termos, entre predicados, entre modificadores, entre operadores), coordenação múltipla (entre diferentes constituintes dentro da mesma sentença) e coordenação simultânea (entre duplas, triplas ou n-tuplas).

Neste estudo, as autoras descrevem as relações de adição, disjunção e adversidade, sem considerar, como tradicionalmente se faz, as relações de conclusão e explicação como casos de coordenação, perspectiva também adotada por este estudo.

2.1.1 Dos diferentes tratamentos das relações semânticas de Explicação, Concessão, Modo, e Condição

Como esta pesquisa investiga estruturas iniciadas por conjunções formalmente reconhecidas pelas gramáticas tradicionais por pertencerem ao domínio da *coordenação* - no caso da relação de explicação - e da *subordinação adverbial* - no caso das relações de concessão, modo e condição - esta seção busca discutir brevemente a função de cada uma dessas relações semânticas nesses contextos bem como apresentar as conjunções que elas expressam com o

intuito de oferecer o insumo necessário para que se possa, posteriormente, diferenciar seus usos em contextos divergentes, a serem apresentados no decorrer deste trabalho.

2.1.1.1 Explicação

São muitos os estudiosos que tratam das relações de explicação na literatura vigente; aqui nos detemos a apenas algumas descrições e análises para agrupar as principais propriedades dessa relação semântica, trazendo desde pontos de vista mais tradicionais até aqueles que tratam da língua em uso.

A relação de explicação é identificada pela maioria das gramáticas tradicionais como aquela que se estabelece entre orações independentes, em períodos compostos por coordenação, em que orações postas lado a lado ou ligadas por uma conjunção exprimem uma em relação à outra a ideia de explicação. Segundo Kury (1999: 65): “quando um período é composto por coordenação, as orações independentes que o formam se dizem coordenadas uma à outra”.

De acordo com o autor as orações coordenadas podem ser sindéticas (ligadas pela presença de um conectivo) ou assindéticas (simplesmente justapostas, sem a presença do conectivo).

Para Kury (1999:69) a noção de “explicação” se define diante do seguinte contexto: “a segunda oração coordenada exprime o motivo de se ter feito a declaração anterior”. Como no exemplo a baixo:

(4) Roda meu carro, **que é curto o caminho**. (C. Meireles, OP, 222 apud KURY, 1999: 69)

Nesse caso a segunda oração (que é curto o caminho), que apresenta o conectivo explicativo, exprime o motivo pelo qual se pronunciou a primeira oração (roda meu carro), numa relação em que as duas orações são analisadas como independentes e, por isso, coordenadas entre si.

Para Cunha e Cintra (1985), a oração coordenada sindética explicativa é aquela que contém uma conjunção explicativa, definição que leva em conta o valor da conjunção para estabelecer a relação de explicação, e dá como exemplo a seguinte oração em negrito:

(5) Eh, camarada, espere um pouco, **que isso acaba-se já.** (F. Namora, NM, 233 apud CUNHA e CINTRA, 1985: 582)

Segundo os autores, mais uma vez a segunda oração explica a razão de se ter dito a primeira, o que identifica a partícula “que” como uma conjunção coordenativa explicativa.

2.1.1.1.1 Conjunções explicativas

Cunha e Cintra (1985: 565) apontam que as conjunções são “vocábulos que servem para relacionar duas orações ou termos semelhantes da mesma oração” e, ao definir conjunção dessa forma, argumentam que elas podem ser conjunções coordenativas caso relacionem termos ou orações que possuam função gramatical idêntica.

Partindo disso os autores denominam como conjunções coordenativas explicativas aquelas que ligam duas orações, sendo que a segunda oração justifica a ideia contida na primeira (CUNHA e CINTRA, 1985: 567).

As conjunções coordenativas explicativas apontadas pelos autores são: *que*, *porque*, *pois* e *porquanto*, que funcionam como mostram os exemplos abaixo¹:

(6) Vamos comer, Açucena, **que** estou morrendo de fome. (Adonias Filho, LP, 109 apud CUNHA e CINTRA, 1985: 567)

(7) Dorme cá, **pois** quero mostrar-lhe as minhas fazendas. (A. Ribeiro, M, 43 apud CUNHA e CINTRA, 1985: 567)

Kury (1999) também apresenta as conjunções *que*, *porque*, *porquanto* e *pois* como conjunções explicativas, mas problematiza a distinção entre elas e as conjunções subordinativas causais, levantando uma questão importante: as conjunções explicativas também podem ter valor causal. O autor classifica como orações subordinadas causais os seguintes exemplos:

(8) Pude adormecer sorrindo, **porque meu coração era puro** (R. Braga, Q, 29, apud KURY, 1999: 146)

(9) Um dia quebrei a cabeça duma escrava, **porque me recusara uma colher do doce de coco** (M. de Assis, BC, 36 apud KURY, 1999:87)

Kury aponta que testes como 1) substituir a oração iniciada por *que*, *pois*, *porque* por outra equivalente, reduzida de infinitivo, iniciada pela preposição *por*; e 2) substituir as conjunções *que*, *pois*, e *porque* pela conjunção *como* (no início do período), ou *uma vez que* e análogos, evidenciam que a oração em questão é subordinada causal.

Por outro lado, se a oração for coordenada explicativa, ela pode 1) permitir pausa forte, que pode ser indicada por ponto e vírgula ou dois pontos; 2) permitir omissão do conectivo sem prejuízo da clareza, podendo ser substituído por dois pontos; e 3) apresentar, na maioria das vezes, uma oração antecedente no imperativo, indicando tempo futuro.

¹ Vale mencionar que os autores não registram nenhum exemplo com a conjunção *porque* nem tampouco com a conjunção *porquanto*.

É por conta da dificuldade de se distinguir as orações coordenadas explicativas das orações subordinativas causais que muitos autores acabam questionando o valor coordenativo das orações explicativas, agrupando as noções de causa, razão e explicação dentro de um campo de relações semânticas entre orações que exibem certo grau de dependência entre si, e, por isso, não faria sentido identificar a oração explicativa como oração independente.

Pezatti & Longhin-Thomazi (2008), ao caracterizarem as construções coordenadas a partir da língua em uso, não consideram a relação de explicação como caso de coordenação, tampouco a relação de conclusão. Isso se deve ao fato de essas construções não apresentarem relação de equivalência entre suas funções, já que as autoras assim definem a coordenação (Pezatti & Longhin-Thomazi, 2008: 865):

A construção coordenada consiste em dois ou mais membros, funcionalmente equivalentes, combinados no mesmo nível estrutural por meio de mecanismos de ligação. Isso implica que nenhum dos membros de uma construção coordenada é subordinado a ou dependente em relação aos demais

Neves (2000) também não inclui as relações de explicação e de conclusão dentre os casos de coordenação que descreve e analisa, apresentando apenas os usos das coordenadas aditivas, alternativas e adversativas.

Castilho (2010), quando da apresentação da coordenação em sua Gramática do Português Brasileiro, também não inclui na tipologia das orações coordenadas as relações de explicação e conclusão, o que também parece diagnosticar a dificuldade de se identificar e caracterizar a relação explicativa. O autor opta por tratar de alguns usos do *porque* quando apresenta as subordinadas causais, mas não fornece maiores explicações sobre qual valor assumem nos diferentes usos, se de causa, razão ou explicação, como pode ser visto na próxima seção.

2.1.1.1.1. Usos do *porque*

Como esta pesquisa se concentra em construções “explicativas” iniciadas por *porque* dedicaremos algumas observações acerca dessa conjunção, uma vez que seu uso vem sendo investigado há algum tempo inclusive enquanto marcador discursivo, como apontado em Castilho (2010: 374).

O autor apresenta essa conjunção como prototípica da relação de causalidade no Português do Brasil. Entretanto, Paiva (1995) identifica que, na língua falada, o *porque* tem sofrido um processo de abstratização, gramaticalizando-se, deixando de indicar relações de causa-efeito para assinalar enumeração de proposições.

Entretanto, Castilho aponta que esse fato já tinha sido observado por Dias de Moraes (1987), que identificou ocorrências do *porque* nas seguintes relações classificadas como causais: 1) *porque* como marcador discursivo; 2) *porque* depois de imperativo; 3) uso epilinguístico; 4) *porque* expressando a causa por remeter à asserção de verdade ou falsidade contida na proposição anterior (CASTILHO, 2010: 374-375):

1) *Porque* como marcador discursivo

a) situado no início dos enunciados, em tomadas de turno, às vezes para reorientar tematicamente a conversação:

(10) Doc. – Ah... vale a pena.

L2 – É ... me disseram que vale...

L1 – **Porque** ele ainda não está trabalhando bem... né? (CASTILHO, 2010:374)

b) situado no meio do turno:

(11) L1 – e uma linha só não cobre isso... **porque** você veja... metrô é um transporte em linha reta né? (CASTILHO, 2010:374)

c) como sequenciador de atos de fala, nos quais “porque parece ter-se despojado de suas funções sintáticas, mantendo apenas as conversacionais” (Dias de Moraes, 1987: 176, apud CASTILHO 2010: 374):

(12) e as moças é que usavam sapato sem conforto **porque** não é... apesar de quando às vezes usavam ua/uma forma para moça... a forma japonesa era muito calçante... muito cômodo... lembra da forma japonesa? (CASTILHO, 2010:374)

2) *Porque* depois de imperativo

(13) não me chame de madame H... **porque** madame aqui no Brasil (...) casa de madame... como se fosse uma casa de coleteira... (causa explícita) (CASTILHO, 2010:374)

3) Uso epilinguístico² de *porque*

(14) então a gente aproveita a reunião das pessoas – **porque** lá em casa nós somos BA/bastante né? somos seis... (CASTILHO, 2010:375)

4) *Porque* expressa a causa por remeter à asserção de verdade ou falsidade expressa na proposição anterior:

(15) É uma concepção falsa... *porque* supôs ... (...) que eles atribuíam uma alma a objetos e plantas... (CASTILHO, 2010:375)

Como se observa, esses usos levantam questões importantes acerca do valor interativo que o *porque* pode assumir no discurso, e essa pesquisa objetiva, à luz da Gramática Discursivo-Funcional, expandir os domínios de estudo desses usos e caracterizar esses tipos de construções.

2.1.1.2 Concessão

Segundo Cunha e Cintra (1985), as orações concessivas se estabelecem em períodos compostos por subordinação, funcionam como adjunto adverbial de outras orações, e vêm introduzidas por uma conjunção subordinativa concessiva.

Kury (1999) identifica concessivas desenvolvidas (simples e intensivas) e reduzidas. As orações concessivas desenvolvidas simples são introduzidas por uma conjunção ou locução conjuntiva concessiva do tipo: *embora, ainda que, ainda quando, mesmo que, conquanto, bem que, se bem que, posto, posto que, sem que (= embora não), nem que, apesar de que, que, etc*, como se observa no exemplo (16) abaixo. Já as intensivas (ALI, 1927 apud KURY, 1999), “se referem a uma qualidade ou modalidade considerada em grau intensivo e sem limites” (KURY, 1999: 93), e constituem expressões como: *por mais... que, por muito... que, por ... que*, como exemplificado em (17). Por fim, o autor identifica as orações reduzidas, que podem ser de infinitivo, de gerúndio e de particípio, como mostram os exemplos (18), (19) e (20), sucessivamente:

- (16) **Ainda que tivesse escondido o infame objeto**, emudeceria, tão apavorado me achava. (Inf., 32 apud KURY, 1999: 93)
- (17) O suplício durou bastante, mas, **por muito prolongado que tenha sido**, não igualava a mortificação da fase preparatória. (Gr. Ramos, Inf., 33 apud KURY, 1999: 94)
- (18) **Apesar de estar doente**, saiu para o trabalho. (KURY, 1999: 94)
- (19) **Mesmo estando doente**, saiu para o trabalho. (KURY, 1999:94)
- (20) **Mesmo afastado o perigo**, o temor ainda lhe perpassava no olhar. (KURY, 1999: 94)

Como se observa, a definição dos autores se concentra na estrutura dessas orações, assim como fazem os estudos mais tradicionais, opção que lhes é cara, conforme aponta Garcia (2010: 70), pois evidencia o fato de não tratarem das funções e diferentes usos desse tipo de relação semântica.

² Castilho (2010: 672) define epilinguismo como a “situação em que o locutor fala ‘sobre’ a língua, não sobre o tópico conversacional”. São expressões que materializam no discurso o processamento do texto.

Segundo a autora, mesmo em trabalhos de perspectivas linguísticas, como o de Neves (1999), que aborda as orações concessivas no português brasileiro falado, com base no *cópus* mínimo do Projeto da Gramática do Português Falado (PGPF), extraído do NURC, não se encontra uma resposta satisfatória para o que é uma construção concessiva, devido à complexidade do tema.

Essa complexidade se deve ao fato de haver sobreposição de valores semânticos entre as relações concessivas e outras relações, tais como: as adversativas, as condicionais, as contrastivas e as causais, como apontam Neves (1999), Neves, Braga, Dall’Aglio-Hattner (2008), e König (1994).

2.1.1.2.1 Conjunções Concessivas

Cunha e Cintra (1985: 572) identifica as conjunções concessivas como aquelas que “iniciam uma oração subordinada em que se admite um fato contrário à ação principal, mas incapaz de impedi-la”. Para os autores são conjunções concessivas: *embora, conquanto, ainda que, mesmo que, posto que, bem que, se bem que, por mais que, por menos que, apesar de que, nem que, etc.*

Kury (1999) também apresenta uma lista detalhada, denominando as seguintes conjunções concessivas no geral: *embora, ainda que, ainda quando, mesmo que, conquanto, bem que, se bem que, posto, posto que, sem que (= embora não), nem que, apesar de que, que, por mais.... que, por muito... que, por ... que.*

Neves, Braga e Dall’Aglio-Hattner (2008), analisando as construções hipotáticas, reconhecem as seguintes conjunções concessivas presentes no *corpus* de análise, composto pelo Projeto NURC: *mesmo que, ainda que, embora, apesar que, apesar de que, se bem que, e por mais que.* As autoras fazem uso da classificação das concessivas em três subcategorias:

factuais/reais, eventuais/potenciais e contrafactuais/irreais e investigam seu funcionamento segundo características formais, tais como: posição da sentença concessiva, correlação modo-temporal, e polaridade.

Segundo as autoras, as concessivas estão ligadas, por um lado às contrastivas, e, por outro, às condicionais e às causais, sendo que o ponto que as diferenciam é o fato de as concessivas “juntarem eventos que contrariam a expectativa acerca do funcionamento normal do mundo” (NEVES, BRAGA e DALL’AGLIO-HATTNER, 2008: 974).

Essa sobreposição de valores semânticos abre espaço para a proposição de um espectro semântico (HARRIS, 1988) que, como sustentado pelas autoras, se estende desde as sentenças causais, passando pelas condicionais e condicionais concessivas³, até as concessivas.

Neves (1999) sustenta que a natureza argumentativa das construções concessivas também precisa ser levada em conta, e propõe pensarmos em dois tipos de relação concessiva: *a lógica* e *a argumentativa*, pois segundo Moeschler e Spengler (1981, apud NEVES, 1999) compreender as concessivas somente pela perspectiva lógico-semântica não é suficiente para explicar os casos de concessão.

2.1.1.3 Modo

Antes de qualquer outra observação acerca das orações modais, interessa ressaltar que neste estudo o ponto de partida para a investigação das construções denominadas “modais independentes” é o das orações subordinadas modais com sobreposição de valor semântico em relação às conformativas. Como o foco desta pesquisa não é a subordinação modal ou conformativa, mas sim as construções iniciadas por *como* que se realizam sem oração matriz, a

³ Para a classificação de condicionais-concessivas, consultar König (1985, 1986, 1994, 1995) e Van der Auwera e König (1988)

discussão está aqui apresentada apenas para demonstrar a lacuna que ainda existe a respeito da descrição dessa relação semântica.

Primeiramente, cabe lembrar que a Nomenclatura Gramatical Brasileira, doravante NGB, e a Nomenclatura Gramatical Portuguesa, doravante NGP, não reconhecem a existência de orações adverbiais modais. Sendo assim, os gramáticos que tratam dessa relação semântica geralmente o fazem criticando a postura da NGB e da NGP de não classificarem as modais dentre as subordinadas adverbiais.

Luft (1978) considera que as orações modais podem expressar o modo ou a maneira como algo acontece, e sustenta que as modais podem ocorrer tanto na forma desenvolvida quanto na reduzida. Quando desenvolvidas, elas podem ser iniciadas por (*assim*) *como*, *sem que*, etc, como mostram os exemplos (21) e (22) abaixo e quando reduzidas de infinitivo e de gerúndio, podem ocorrer conforme (23) e (24) (LUFT, 1978:156):

- (21) Trabalhou **como devia**.
- (22) Saiu **sem que o notassem**.
- (23) Caminhou **sem fazer qualquer ruído**.
- (24) Rosnava **mostrando os dentes**.

Kury (1999) sustenta que as modais podem ser confundidas com outros tipos de orações como comparativas, conformativas, consecutivas e concessivas, o que sugere a existência de sobreposição de valores semânticos entre essas relações e as modais, justificando a dúvida inicial deste trabalho em partir de uma construção prototípica modal ou conformativa para então determinar usos discursivos envolvidos em construções iniciadas por *como* em estruturas aparentemente subordinadas, mas sem a presença de oração principal anterior ou posterior.

Interessa tratar aqui, especificamente da distinção entre as modais e as conformativas, uma vez que as ocorrências aqui investigadas formalmente parecem se localizar na fronteira entre essas duas relações semânticas.

Modo e conformidade se confundem em exemplos como o seguinte, apresentado em Kury (1999: 96):

(25) A voz (dela) era, **como dizia o pai**, ‘muito mimosa’. (M. de Assis, BC, 250)

Kury (1999: 96) denomina a oração em negrito acima como oração subordinada adverbial modal. O autor aponta que didaticamente, um bom conselho para diferenciar a relação de modo e conformidade é substituir o *como* em contextos ambíguos por *conforme*, já que a relação de conformidade exprime acordo ou conformidade de um fato com outro, enquanto que, para reconhecer uma modal, deveríamos perguntar ‘de que maneira?’ algo aconteceu. Entretanto, aplicando esse tipo de interpretação em exemplos como o (26), abaixo, observa-se que ambas as interpretações podem ser empregadas, com o agravante da possível interpretação comparativa, que aconselha substituir o *como* por *assim como*, ou *qual*, o que faz perpetuar as confusões ainda estabelecidas entre essas relações semânticas.

(26) Farei **como me ensinaste**. (cf. SAID ALI, 1969: 145)

Luft (1978:155), ao apresentar as subordinadas conformativas, as define como orações que “denotam conformidade, modo”. Partindo disso, como argumenta SILVA (2007: 27), “nada mais natural, então, que confundir conformativas com modais”.

O autor sugere que a confusão que se dá entre as duas relações semânticas se deve, entre outras razões, ao introdutor que as iniciam, pois um determinado introdutor é capaz de iniciar mais de um tipo de oração. Tendo isso em vista, Silva (2007) propõe que alguns introdutores das orações modais ou já passaram ou estão passando pelo processo de gramaticalização, ou seja, passaram de um estatuto lexical para um estatuto gramatical ou de um estatuto gramatical para um mais gramatical, e essa pode ser a razão de tantas confusões.

Castilho (2010) apresenta uma classificação que coloca as modais ao lado das conformativas: o autor aponta que todas as adverbiais são dotadas de propriedades semanticamente homogêneas, mas propriedades sintaticamente distintas. O autor separa as causais, condicionais, temporais, proporcionais e finais das concessivas, comparativas, consecutivas e conformativas (modais), mostrando, por meio de teste de focalização de constituintes sentenciais, que as últimas não podem ser modificadas. Dessa forma, se admitimos que as orações adverbiais deveriam funcionar como adjuntos adverbiais, todas deveriam poder ser focalizadas:

(27) a. Maria falou alto, *como costumava fazer*. (conformativa/modal)

b. *Maria falou alto somente *como costumava fazer*.

(28) a. Ficarei *porque Maria vem*. (causal)

b. Ficarei somente *porque Maria vem*

Essa constatação de Castilho (2010) contribui para a perspectiva adotada neste trabalho, de considerar a relação modal dentro do domínio modal/conformativo.

2.1.1.3.1 Conjunções Modais

Autores como Cunha e Cintra (1985) e Mira Mateus *at. al.* (2003) não agasalham as conjunções subordinativas modais porque desconsideram essa relação adverbial subordinada, assim como o faz a NGB e a NGP.

Luft (2001) considera as seguintes conjunções modais: *assim como*, *como*, *sem que*, e *sem*, enquanto Kury (1999) abrange o seguinte grupo: *como*, *de modo que*, *de sorte que*, *de forma que*, e *sem que*.

Neves (2000) aponta que não é muito usual a expressão da relação adverbial modal por meio de uma oração. A autora sustenta que essa relação ocorre especialmente com *sem que* e com verbo no *subjuntivo*, e, mais raramente, com *como*, conforme os exemplos abaixo (NEVES, 2000: 929):

(29) Contudo, esse crescimento se realizava *sem que* houvesse modificações (...) (FEB).

(30) Se continuarei a “enganar” Carlos, *como* o fiz nesse primeiro momento de “reencontro” carnal, não sei. (A)

A autora aponta ainda que podem ocorrer com verbos no infinitivo, e, dessa forma, parecem com a preposição *sem* (NEVES, 2000: 929):

(31) O jovem tentou respirar *sem* fazer ruído. (BOI)

Como se observa, os introdutores dessa relação adverbial podem iniciar várias outras relações, e, além disso, o campo semântico que a envolve ainda não foi bem delimitado, como mostra SILVA (2007: 31), sendo assim, levamos em conta as considerações de Castilho (2010), que aproxima as relações de conformidade e de modo, como ponto de partida para contrastar construções iniciadas com *como* em contextos de presença e ausência de oração principal.

2.1.1.4 Condição

Dentre os gramáticos, Cunha e Cintra (1985) denomina condicional a oração subordinada que tem uma conjunção subordinativa condicional, equivalendo a um adjunto adverbial de condição, enquanto que, para Kury (1999), essas orações exprimem condição ou hipótese. Ambas as definições são pouco elucidativas dos valores que essa relação semântica pode assumir em diferentes contextos.

Said Ali (1969) sustenta que as condicionais se caracterizam pelo uso da conjunção *se*, ou *caso*, *caso que*, *dado caso que*. Segundo o gramático, o sentido da construção condicional se completa com uma sentença principal, que expressa o fato decorrente ou dependente do fato apresentado pela condicional, dada a realização deste.

O autor salienta que, do ponto de vista discursivo, a condicional é usada, sobretudo, nas argumentações – dado relevante e que constitui uma das hipóteses averiguadas em Ferreira (2007), quando da descrição das cláusulas condicionais de um ponto de vista funcional-discursivo.

A autora, ao comentar Said Ali (1969), argumenta que, “do ponto de vista estrutural, o período condicional é constituído por uma oração condicionante, que pode denotar a condição de que depende outro acontecimento, iniciado por *se*, conectivo prototípico, e por uma oração condicionada à sentença principal” (FERREIRA, 2007: 21). A autora sustenta que a oração condicionante pode se referir:

1. a fato inexistente ou improvável (FERREIRA, 2007: 21)

(32) **Se eu tivesse vontade**, viajaria pelo mundo.

2. a fato realizável (FERREIRA, 2007: 21)

(33) **Se eu tiver vontade**, viajarei pelo mundo.

3. e/ou exprimir eventualidade (FERREIRA, 2007: 21)

(34) **Se tens vontade**, viaja pelo mundo.

2.1.1.4.1 Conjunções condicionais

Cunha e Cintra (1985: 572) identifica as conjunções condicionais como aquelas que “iniciam uma oração subordinada em que se indica uma hipótese ou uma condição necessária para que seja realizado ou não o fato principal”. O autor cita como conjunções condicionais: *se*, *caso*, *contanto que*, *salvo se*, *sem que*, (= *se não*), *dado que*, *desde que*, *a menos que*, *a não ser que*, entre outras.

Neves, Braga, Dall’Aglío-Hattnher (2008), quando da caracterização das condicionais, demonstram a presença de blocos de enunciados condicionais, como *se... então....*, *se (então)... é porque...* As autoras argumentam que essa relação semântica repousa sobre uma *hipótese*, o que justifica sua referência como *período hipotético*. A sentença condicional é chamada de prótase (*p*), que se une a uma sentença núcleo chamada de apódose (*q*). A prótase, assim, expressa uma condição que pode ser: realizada, não realizada ou eventualmente realizada. Daí decorrem os três subtipos de construções condicionais levados em consideração por Neves, Braga, Dall’Aglío-Hattnher, 2008: 958):

1) real /factual: dada a realização/verdade de *p*, segue-se, necessariamente, a realização/a verdade de *q*;

2) irreal/contrafactual: dada a não realização/falsidade de *p*, segue-se, necessariamente, a não realização/ a falsidade de *q*;

3) eventual/potencial: dada a potencialidade de *p*, segue-se a eventualidade de *q*.

Em sua pesquisa, as autoras mostram que os dados da língua em uso se conformam parcialmente a essa categorização, isto é, foi constatado que a realização da apódose depende da satisfação da condição expressa na prótase.

Além de considerar essa classificação, as autoras levam em conta a caracterização proposta por Sweetser (1990):

1. *Condicionais de conteúdo*: nelas existe mais concretamente uma relação causal, colocando dois Estados-de-coisas em relação como em (NEVES, BRAGA, DALL'AGLIO-HATTNER, 2008: 959):

(35) **se na mulher se retira os ovários...** retirando portanto a fonte PR/da/eh:/elaboradora de hormônio...feminino. o::as glândulas mamárias... elas atrofiam. (EF SSA 49)

2. *Condicionais epistêmicas*: diferenciam-se das condicionais de conteúdo porque ocorrem quando o que está em jogo são crenças do falante. Por esse prisma, a verdade da premissa expressa na prótase serve de razão para que o falante confie na verdade da conclusão expressa na apódose, como mostra (36) (NEVES, BRAGA, DALL'AGLIO-HATTNER, 2008: 959):

(36) a identificação, **se tiver assim, um caráter já de uma pequena, um pequeno exame**, então já está com um nível mais complexo (EF POA 291)

3. *Condicionais de Atos de Fala*: o que está expresso na prótase dá o contexto em que se torna pertinente o ato de fala que vem na apódose, conforme mostra (37) (NEVES, BRAGA, DALL'AGLIO-HATTNER, 2008: 960):

(37) [bem... então:: a partir disto olha nós vamos poder entender... qual o tipo de arte que se desenvolveu **porque**] **se eu quero criar... uma réplica da realidade... um Duplo do animal que eu quero caçar** qual é o único estilo que eu posso usar? (EF SP 405)

As autoras se valem tanto dos valores de verdade da prótase e da apódose e das dependências estabelecidas entre as sentenças para investigar o valor das condicionais, quanto dos diferentes domínios de investigação linguística que elas podem assumir, ou seja, Conteúdos, Estados-de-coisas possíveis e Atos de Fala, propondo uma investigação que suplementa aquilo que é posto tradicionalmente sobre a relação condicional.

2.2 Dos domínios das “construções independentes”

Decat (1999) apresenta uma proposta de análise para o que estamos inicialmente chamando aqui de construções “independentes”, em que a noção de “unidade informacional” (CHAFE, 1980) é tomada como parâmetro para a decisão quanto ao estatuto de (in) dependência das orações, em especial das subordinadas.

A autora propõe a distinção entre os tipos de subordinadas que fazem parte de uma mesma unidade informacional e aquelas que constituem unidades de informação à parte.

2.2.1 A noção de (in)dependência

São muitas as pesquisas que se preocupam em caracterizar a coordenação e a subordinação, e a maioria delas se depara com a dificuldade que é lidar com o domínio da (in) dependência entre orações.

Faz-se imperativo verificar, primeiramente, o que se está considerando por dependência, ou seja, cumpre saber sobre qual nível de dependência se está falando, seja ele formal, semântico, ou pragmático. Além disso, Decat (1999) salienta a importância de se considerar a existência de conexões implícitas e conexões explícitas, seja na oralidade, seja na escrita.

Como se observa nas gramáticas tradicionais discutidas em seção anterior, quando há caracterização da dependência entre orações, o parâmetro formal apresenta-se como o mais utilizado. Contudo, a autora aponta que uma análise que se submeta exclusivamente a indicadores formais, conseqüentemente terá de considerar a oração subordinada como dependente.

Decat (1999) defende que é pouco seguro identificar subordinação com dependência, assim como já fizeram os gramáticos; ao contrário, a autora propõe, com base em Thompson (1984) e Haiman e Thompson (1984) que se deva definir dependência separadamente em cada língua, já que as opções organizacionais são definidas culturalmente.

Autores como Matthiessen e Thompson (1988) consideram que orações subordinadas e orações principais não devem ser diferenciadas em termos sintáticos, mas pelo contexto discursivo em que se encartam, e assim como Halliday (1985), propõem a diferenciação entre os processos de parataxe, hipotaxe e encaixamento, o primeiro referindo-se à noção de coordenação, o segundo, à noção de subordinação adverbial e o terceiro à noção de subordinação substantiva e adjetiva.

A esse respeito, Givón (1990) e Lehmann (1988) defendem a existência de gradiência entre as estruturas encaixadas, ou seja, diferentes graus de encaixamento, enquadrando tanto orações mais dependentes, quanto orações menos dependentes da oração principal.

Lehmann (1988), partindo da noção de integração sintática, propõe critérios de “dependência” e de “encaixamento” para o estabelecimento de um *continuum* de orações, considerando três tipos de processos de combinação oracional: (i) parataxe, caracterizada pela

independência entre as orações; (ii) hipotaxe, evidenciada pela interdependência entre as orações combinadas, havendo uma oração-núcleo e uma ou mais orações com relativa dependência, as orações-satélite; (iii) subordinação (terminologia substituída geralmente por “encaixamento”) marcada pelo grau máximo de dependência, com uma das orações funcionando como constituinte de outra.

Entretanto, Chafe (1984) e Mithun (1984) identificam a subordinação com dependência formal, caracterizando como subordinadas as orações que, estando marcadas morfologicamente, não possam existir por si mesmas, o que é criticado por Thompson (1984). Esse uso do termo subordinação é, segundo Lehmann (1988), um uso “amplo”, que sugere intercâmbio com o termo dependência, e é assim considerado em certas correntes do estruturalismo europeu.

Dik (1997b), por também admitir uma relação binária entre coordenação e encaixamento, defende as construções encaixadas como termos complexos que contêm estruturas encaixadas como restritores, cujos termos complexos podem ocupar a posição de argumento ou de satélites. Ao ocupar a posição de primeiro, segundo ou terceiro argumento do predicado matriz, reconhece-se que a informação veiculada é essencial para a integridade do Estado-de-Coisas envolvido, identificando-se o que tradicionalmente denominamos de subordinação substantiva. Contudo, ao ocupar a posição de satélite, os termos complexos, caso sejam omitidos, não interferem na integridade do Estado-de-Coisas, o que corresponde ao que se denomina comumente por subordinação adverbial.

Todavia, Cristofaro (2003) discorda dessa visão binária por julgá-la de natureza essencialmente morfossintática e por identificá-la como desenvolvida somente com base nas línguas indo-européias. Ao investigar aspectos particulares das relações de subordinação, a autora aponta problemas inclusive na proposta de Lehmann (1988), quando da proposição do *continuum* para enquadrar as noções de dependência e encaixamento. A autora defende a necessidade de se

relacionar a subordinação e a não subordinação com outros parâmetros, além do encaixamento, devido à diversidade morfossintática advinda de diferentes línguas, e aponta que pode haver línguas que não apresentam orações subordinadas, uma vez que suas relações semânticas e pragmáticas se codificam por meio de outros tipos de construção. Partindo disso, a subordinação deve ser considerada como o resultado de situações conceituais particulares, e não como um fenômeno puramente sintático (CRISTOFARO, 2003).

Como assumido por Decat (1999), aceitar que uma oração subordinada não pode existir por si mesma é negar a existência de um fenômeno já admitido em muitas línguas, inclusive no português, que propõe para um enunciado como “Se eu ganhasse na Sena!” (JESPERSEN, 1971, apud Decat, 1999) a análise de uma frase completa, e não de uma subordinada.

Esse tipo de fenômeno já foi admitido em 1937 por BRÖNDAL (apud LEHMANN, 1988) e tem sido exaustivamente descrito por Decat, que realizou estudos envolvendo tanto o desgarramento de orações adverbiais, como de adjetivas e até mesmo de substantivas.

Ao investigar a questão da integração estrutural de uma oração em outra, Halliday & Hasan (1976) também estabelecem distinção entre *dependência* e *integração estrutural*, defendendo que este termo é mais adequado do que “encaixamento”, já que este costuma não ser bem distinguido da hipotaxe. Sob essa ótica, encontra-se, entre as cláusulas subordinadas em geral, um tipo que é dependente de outra cláusula, mas não estruturalmente integrado nela.

Para os autores, a dependência pressupõe a existência de oração dentro de outra oração, como ocorre com as orações hipotáticas, que mantêm sua identidade como oração, e servem como “alvo de pressuposição a partir de outra sentença” (HALLIDAY & HASAN 1976: 196). Já a oração encaixada perde seu estatuto oracional, não operando, portanto, como um elemento da sentença, o que não nos permite dizer que ela depende de outra.

Reinhart (*apud* THOMPSON 1987) considera também possível a identificação de dependência com a noção de *fundo*, em que a oração subordinada se vincula à expressão de eventos julgados não-significantes. Esse estatuto de *fundo* da oração subordinada seria obtido por meio do mecanismo de encaixamento sintático.

Decat (1999) reconhece que essa não é uma posição muito aceita entre os autores de um modo geral, apontando que, segundo Haiman (1983), por exemplo, a oração subordinada é independente em termos semânticos e exerce o papel de *fundo*, o que mostra que, para o autor, as noções de *independência* e *fundo* são a mesma coisa, embora motivem representações estruturais opostas.

Contudo, Reinhart defende que enquanto a *figura* depende do *fundo* para ser caracterizada, o inverso não se mostra necessário, isto é, o fundo não depende da figura. Decat (1999) argumenta que aceitando tal postulação, é possível chegar a uma explicação para a ocorrência isolada de uma oração, o que comprovaria a independência do *fundo*.

Cumprido lembrar que gramáticos tradicionais como Góis (1955) e Garcia (1982) também detectaram esse tipo de fenômeno. Entretanto, Góis (1955), diferentemente de Garcia (1982), registra esse tipo de ocorrência como uma “anomalia gramatical”, admitida por estabelecer relação com o período antecedente, considerando-a como mera continuação.

Já Garcia (1982) reconhece esse tipo de estrutura como “caso de conflito entre a rigidez gramatical e a excelência estilística”, denominando-a de “frase fragmentária”. O autor se utiliza do exemplo abaixo para tecer comentários sobre o funcionamento de tais estruturas:

(4) “Viver podia ser tão bom. *Ou bom não digo total, mas podia ser sofrível. Cada dia que amanhece. Cada noite com as suas estrelas. E os matos e os bichos e suas flores... E gente dos morros, igualmente com seus passarinhos. Porque tem muita gente de morro que, embora na cidade, leva a sua existência natural, como índios. Morando naqueles ninhos empoleirados nas pedras, cozinhando em trempe, apanhando água onde encontra, sem conhecer veículo que chegue lá em cima, nem luz elétrica...*” (Raquel de Queiroz, *O Cruzeiro*, 28/3/64 *apud* GARCIA, 1982: 117;118)

Garcia (1982) considera que grande parte do trecho é constituída por fragmentos de frase, por isso a denominação de “frase fragmentária” para esse tipo de fenômeno, e, ao comentar o período iniciado por *porque* aponta: “a gramática ‘mandaria procurar’ a oração principal desse período. Mas o trecho é, quanto a esse aspecto, inalisável segundo os cânones gramaticais; não obstante, constitui forma de expressão legítima no português moderno” (GARCIA, 1982: 118).

Decat (1999) discorre sobre a dificuldade de se explicarem casos como o das chamadas “falsas coordenações”, ou das orações subordinadas sem a matriz, e aponta quão complicado é identificar o estatuto das orações quanto à noção de dependência. Por força disso, a autora defende a necessidade, já apontada por Thompson (1984) e Haiman & Thompson (1984), de se abandonar o termo *subordinação* para substituí-lo por parâmetros que descrevam a relação entre as orações no nível do discurso.

Nesse prisma, Decat (1999) considera necessária a distinção entre: 1) orações dependentes que se relacionam com os fatos da gramática da língua, ou seja, aquelas cuja dependência é determinada pela escolha do item lexical, que desempenham um papel gramatical em constituição com um item lexical; 2) orações dependentes que representam opções organizacionais para o falante.

Segundo a autora, no primeiro tipo encontram-se as completivas e as adjetivas restritivas; enquanto no segundo englobam-se as adverbiais, desde que não sejam argumento do verbo, e as apositivas. É justamente nesse segundo tipo que se identificam, segundo THOMPSON (1984), as cláusulas independentes.

Garcia (2010), respaldando-se em Barth (2000), Crevels (2000a), Decat (1999) e Jubran (2006), também fornece apontamentos sobre as propriedades das orações independentes, todavia,

utilizando-se do aparato teórico da GDF, o que agrega importantes contribuições para a descrição desse tipo oracional.

A autora defende a existência de três diferentes funções discursivas para as concessivas em português, a depender de seu posicionamento em relação às sentenças circundantes, quais sejam: (i) antecedendo a oração que tomam como escopo, constituindo Conteúdos Proposicionais, com a função de prevenir possíveis objeções por parte do interlocutor; (ii) pospondo-se à oração que tomam como escopo, constituindo Atos Discursivos e podendo desempenhar tanto a função de correção quanto a de preservação da face; e (iii) quando ocorrem independentes, constituindo Movimento, desempenhando a função de preservar a face ou introduzir informações novas, contrárias ao que estava sendo dito no discurso.

Garcia (2010) defende que as concessivas independentes, ao interromperem o fio discursivo em um dado contexto, promovem a inserção de enunciados que acrescentam informações adicionais ao que estava sendo dito, em vez de restringir seu conteúdo (BARTH, 2000), o que implica que não sejam consideradas casos de subordinação, e, com isso, que estejam no rol de orações adverbiais que representam Movimentos.

2.3 A coordenação e a subordinação na Gramática Discursivo-Funcional (GDF)

A GDF postula, ao referir-se à estruturação do Nível Morfossintático, que uma Expressão Linguística é qualquer conjunto de pelo menos uma unidade que pode ser utilizado independentemente (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 308). Nos casos em que haja mais de uma unidade, elas se associam morfossintaticamente, mas uma não é parte da outra.

As unidades que se combinam dentro da Expressão Linguística são Orações e Sintagmas, que podem ocorrer em combinação umas com as outras ou entre si mesmas.

Quando há dependência mútua entre as unidades, há o que se denomina *equiordenação*, como se observa no exemplo (5) abaixo, da língua Kashmiri: (WALI e KOUL, 1997:138 *apud* HENGEVELD & MACKENZIE, 2008:308):

- (5) So cha tú:t ja:n geva:n yu:t mohni o:s.
 she is CORR much.good sing.PRS.PTCP REL mohan was

‘She sings as well as Mohan used to sing.’
 Ela canta tão bem como Mohan costumava cantar.

Quando uma das unidades pode ocorrer independentemente, mas a outra não pode, acontece *cosubordinação*. Como vislumbrado no exemplo (6) abaixo, da língua Tauna (MACDONALD, 1990:227 *apud* HENGEVELD & MACKENZIE, 2008:308):

- (6) Peima fitau-fe-e-te wate tepau-aʔa.
 carefully throw-PF- ½.SG-DS NEG break-3.SG-IND

‘I threw it carefully and it didn’t break’
 “Me having shown it carefully it didn’t break.”
 Eu joguei cuidadosamente e não quebrou.

Quando ambas as unidades podem ocorrer sozinhas, mas a combinação de ambas forma uma única unidade, ocorre *coordenação*. Como no exemplo (7) abaixo:

- (7) Celtic won and Rangers lost. (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 309)
 O Celtic ganhou e o Rangers perdeu.

Para a GDF a constituição da expressão linguística pode ser compreendida conforme o quadro (3) abaixo:

Quadro 3: A constituição da Expressão Linguística

	A constituição da Expressão Linguística		
	Dependência Mútua	Dependência de uma unidade	Não- dependência
Oração	Equiordenação	Cossubordinação	Coordenação
Sintagma	Equiordenação	Oracionalidade	Lista

Além das relações acima estabelecidas, orações podem ocorrer como constituintes de outras orações dentro da expressão linguística, ou seja, como orações adverbiais, complemento ou predicativas, e sua forma e, em alguns casos, seus Padrões, podem ser radicalmente diferentes de suas orações principais. Esses casos são tratados dentro do escopo da subordinação, e pertencem à camada da Oração, e não à da Expressão Linguística. Uma questão muito importante para a GDF é investigar qual fator interpessoal, representacional ou morfossintático é responsável pela escolha de determinado tipo de Oração Subordinada.

Nesta pesquisa, a análise de tais informações indicará o estatuto formal das construções aqui enfocadas, permitindo identificar se elas ocorrem no Nível da Oração, como constituintes oracionais, expressando subordinação morfossintática, ou se no Nível da Expressão Linguística, constituindo unidades que podem ser usadas independentemente.

CAPÍTULO III

CONSTRUÇÕES ADVERBIAIS SEM ORAÇÃO PRINCIPAL: *CORPUS* E CRITÉRIOS DE ANÁLISE

Neste estudo, cujo foco é a abordagem de construções ditas adverbiais sem oração principal, que, aparentemente, por serem iniciadas por conjunções classificadas tradicionalmente como subordinativas, apresentam a forma de uma oração subordinada adverbial, a noção de subordinação usada para delimitar o objeto de pesquisa difere da tradicional, geralmente definida a partir de critérios morfossintáticos como o de encaixamento de orações. Por conseguinte, o fenômeno sob investigação – as relações adverbiais “independentes” – precisa ser definido de um modo estruturalmente independente, ou seja, em termos funcionais, compreendendo aspectos semântico-pragmáticos e discursivos.

Em decorrência disso, a proposta de investigação das construções adverbiais sem oração principal é aqui tratada a partir de critérios que se distribuem em diferentes níveis de análise linguística, englobando propriedades Interpessoais, Representacionais, Morfossintáticas e Fonológicas de acordo com os postulados da Gramática Discursivo-Funcional (Hengeveld & Mackenzie, 2008).

A essa ferramenta principal será também associado um critério funcional-cognitivo desenvolvido por Cristofaro (2003) a partir de Langacker (1991), que trata a subordinação como uma maneira de construir uma relação cognitiva entre dois Estados-de-Coisas, de um modo tal que a um deles, o Estado-de-Coisas dependente, falta um perfil autônomo, sendo, por isso,

construído a partir da perspectiva do outro Estado-de-Coisas, chamado de Estado-de-Coisas principal.

Partindo disso, a não subordinação, por consequência, acontecerá na medida em que ocorrer justamente o oposto, ou seja, o Estado-de-Coisas “dependente” não se construirá a partir da perspectiva de outro Estado-de-Coisas, logo, ele terá estatuto autônomo, mesmo porque ele não estará representando um Estado-de-Coisas, e sim camadas mais altas, o que o mune de propriedades como ter ilocução e contorno entonacional próprios, além de um conteúdo comunicado. Essa constatação, somada ao que postula a GDF, funciona como um argumento a mais na identificação das adverbiais independentes, já que elas representam camadas mais altas do Nível Interpessoal, como expresso pelas hipóteses iniciais do trabalho, não constituindo Estados-de-Coisas.

3.1 Por que as adverbiais independentes não são casos de subordinação morfossintática

Cristofaro (2003) relaciona a subordinação não a propriedades específicas dos tipos individuais de ligação oracional, mas ao modo como os Estados-de-Coisas expressos por orações ligadas são percebidos e conceitualizados, e ao estatuto que têm no contexto discursivo, já que esse enfoque funcional estabelece uma nítida distinção entre o nível conceitual (semântico, pragmático e cognitivo) e o nível morfossintático, possibilitando que a subordinação seja encarada como o resultado de situações conceituais particulares, e não como um fenômeno puramente morfossintático.

Cristofaro, para definir subordinação, parte do postulado da assimetria, desenvolvido por Langacker, assumindo que, ao construir a conexão entre dois Estados-de-Coisas, um falante tem duas escolhas: (i) os dois Estados-de-Coisas podem ser construídos como perfeitamente

simétricos de um ponto de vista cognitivo, de modo tal que ambos têm um perfil autônomo, situação em que ocorre a coordenação perfeitamente simétrica em que nenhum perfil oracional sobrepuja o outro; (ii) os dois Estados-de-Coisas são construídos como cognitivamente assimétricos, quando um dos dois prescinde de um perfil autônomo e é construído com base na perspectiva do outro. Por isso, Langacker postula que uma sentença como *Eu sei que ele saiu* designa o estado de saber, não a ação de sair.

A distinção entre subordinação e não-subordinação, tal como desenvolvida por Langacker, é paralela à distinção pragmática entre asserção e não-asserção, vista não sob uma perspectiva lógico-semântica, mas sob uma perspectiva pragmática. A interpretação pragmática, por sua vez, refere-se não às condições de verdade, mas ao que o falante assume em relação ao estatuto informacional das sentenças que ele enuncia (CRISTOFARO, 2003: 30).

Relacionar a falta de um perfil autônomo com a não-assertividade fornece critérios consistentes para a identificação da subordinação, de modo que o oposto impõe critérios para que se identifique o que denominamos inicialmente por “orações subordinadas sem oração principal”.

Tal proposta fornece uma definição absolutamente independente de propriedades estruturais de qualquer oração particular de uma dada língua. O método para detectar como essa propriedade cognitiva de base pragmática define uma oração dependente pode basear-se em testes de assertividade, como o disposto abaixo, que submete uma oração adverbial independente à aplicação de um critério geralmente usado para distinguir asserções de não-asserções, que se utiliza de negação sentencial, interrogação sentencial e *question-tag* para estabelecer a relação entre dois Estados-de-Coisas (CRISTOFARO, 2003). Com a aplicação desse teste espera-se que: (1) o Estado-de-Coisas introduzido por *porque* não seja afetado pela negação sentencial; (2) a interrogação sentencial, escopando todo o período, fique, pelo menos, estranha; e (3) a *question-*

tag não seja plausível para as duas orações simultaneamente, mas possível em cada uma, isoladamente, como o exemplo (1) de São Tomé e Príncipe:

(1) (...) a nossa população começa a ver também a música num outro campo, **porque a nossa banda está cá** (...) (To-Pr96:Banda)

- a) *Não é verdade que a nossa população começa a ver também a música num outro campo, **porque a nossa banda está cá.**
- b) *A nossa população começa a ver também a música num outro campo, **porque a nossa banda está cá?**
- c) *A nossa população começa a ver também a música num outro campo, **porque a nossa banda está cá, não começa?**
- d) A nossa população começa a ver também a música num outro campo, não começa? **porque a nossa banda está cá, não está?**

O exemplo demonstra que “a oração adverbial explicativa” é sensível à aplicação do teste, evidenciando sua não subordinação a outro Estado-de-Coisas. Isso porque conforme o falante deseja dar mais um lance no discurso e movimentá-lo no intuito de oferecer sua continuidade, ele se utiliza de orações autônomas (STASSI-SÉ, 2010), como em (1).

Embora apresente a forma de uma oração subordinada não se vê nas construções independentes a presença de dois Estados-de-coisas de tal modo que um deles se sobrepuja ao outro. Pelo contrário, a hipótese aqui assumida é a de que existe uma relação entre camadas mais altas, e não entre Estados-de-Coisas.

Assumindo esse estatuto, os Estados-de-Coisas passam a ter sua própria ilocução, o que os coloca numa relação simétrica com outros Estados-de-Coisas, indicando uma não subordinação.

Cristofaro (2003) defende que as relações adverbiais ligam dois Estados-de-Coisas de tal modo que um deles (o dependente) corresponde a circunstâncias sob as quais o outro (o Estado-de-Coisas principal) ocorre. De acordo com a autora, nas relações adverbiais, nenhum dos Estados-de-Coisas ligados envolve referência ao outro, ou seja, é a relação adverbial em si que

envolve referência a dois distintos Estados-de-Coisas e define os traços semânticos que os caracterizam. Relações adverbiais podem, em razão disso, ser descritas em termos dos mesmos parâmetros aplicados às relações de complementação, tal como o nível da estrutura da oração, predeterminação de traços semânticos dos Estados-de-Coisas ligados e integração semântica.

A partir disso os critérios para identificação e distribuição dos fenômenos morfossintáticos envolvidos nesse tipo de relação adverbial “independente” serão relacionados nesta etapa do estudo, com a hierarquia implicacional denominada *Adverbial Deranking Hierarchy*¹. A consideração dessa hierarquia se presta a embasar a seleção dos critérios que serão conformados aos níveis de representação da GDF, e é representada como segue:

Esquema 4: Hierarquia de “degradação” adverbial (CRISTOFARO, 2003)

Propósito > Anterioridade, Posterioridade, Simultaneidade > Condição de realidade, Razão

Essa hierarquia fornece uma tipologia de ligação de orações, mostrando os mais importantes aspectos da formação de sentenças complexas a partir da correlação entre seis parâmetros². Dentre esses parâmetros, o de dessentencialização de orações subordinadas é, sem dúvida, relevante para a investigação aqui proposta, uma vez que a análise do comportamento contrário – a sentencialização - leva à oração adverbial “independente”. Observe-se, inicialmente, a figura 3:

¹ O termo ‘deranking’ trata-se, na proposta de Cristofaro (2003), de uma correlação entre o grau de dependência semântica entre o Estado-de-coisas da oração matriz e o Estado-de-coisas representado pela oração subordinada e as conseqüências formais para o estatuto gramatical da construção adverbial, que pode estar mais próximo ou mais distante de uma oração independente

² Cristofaro (2003) faz uma releitura dos seis parâmetros de Lehmann (1988), que reclassifica os processos de combinação de orações utilizando os critérios de: (1) hierarquia gradual de orações subordinadas, (2) nível sintático do constituinte a que a oração subordinada se liga, (3) dessentencialização da oração subordinada, (4) gramaticalização do verbo principal, (5) entrelaçamento das duas orações e (6) explicitude do elo conectivo.

adquirir sua própria força ilocucionária, engatilhada por fatores discursivos, na medida em que se aproximam do pólo esquerdo do *continuum*.

Uma outra consequência da dessentencialização da oração subordinada é, além da mudança nas categorias verbais de tempo e aspecto, a restrição de modo. Segundo o autor, em várias línguas, a oração subordinada finita aparece no subjuntivo. A restrição de modo está intimamente ligada à perda de força ilocucionária, uma vez que, na medida em que uma construção finita, gradualmente, passa a não-finita, limita-se o modo. Já uma consequência da sentencialização da oração subordinada parece ser a sua realização na forma indicativa, uma vez que se espera que verbos no indicativo ocorram como predicados de orações independentes.

Lehmann (1988), respaldando-se em Dik (1985) e Mackenzie (1985), assinala que o processo de dessentencialização afeta a relação do predicado verbal com seus argumentos. O sujeito de uma predicação subordinada relativamente “enfraquecida”, ou seja, que passa a se dessentencializar, converte-se em um oblíquo, ou simplesmente a posição estrutural de sujeito se perde. Esse argumento interno é, assim, o primeiro a ser afetado pela dessentencialização. Já no processo de sentencialização, espera-se que o participante principal da oração apareça como lexical.

Dessa forma, num extremo do *continuum*, não há uma relação hierárquica entre duas orações que formam a sentença complexa (parataxe); noutro extremo está a típica oração encaixada, governada por um verbo principal (subordinação).

Essa escala de variação fornece um conjunto de construções adverbiais alternativas. Estão entre elas construções que tomam o pólo (+) sentencial, a ponto de tornarem-se independentes, e construções cuja seleção por parte do falante depende de fatores funcionais e discursivos.

As relações adverbiais independentes parecem demonstrar um comportamento específico nesse *continuum* das relações adverbiais, e é esse comportamento que o presente trabalho, à luz da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), se propõe a investigar.

No modelo da GDF, a unidade básica de análise é o Ato Discursivo, definido por Kroon (1995:65) como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo, enquanto a maior unidade de análise é o Movimento, que indica o meio de expressão da intenção do falante como uma contribuição autônoma para uma interação contínua, visando alcançar uma meta conversacional.

Considera-se, assim, o discurso, ao invés da sentença, tratando-se tanto de atos discursivos maiores como menores do que a sentença, cabendo lembrar que a noção de discurso trazida pela GDF é a de ato de interação, ou seja, é considerado “discurso” aquilo que representa um ato ou situação de interação linguística, o que não deve ser confundido com a noção de discurso utilizada pela vertente teórica da análise do discurso.

Como especificado no capítulo I deste trabalho, esse modelo incorpora a estrutura hierárquica da oração em camadas, própria da GF, de um modo diferente: na geração de enunciados, a GDF inicia-se com a codificação da intenção do falante, operando em direção dos níveis mais baixos até a articulação, enquanto a GF inicia-se com a seleção de itens lexicais para, em seguida, expandir gradualmente a estrutura subjacente da oração.

O componente gramatical apresenta quatro níveis de organização linguística, hierarquicamente ordenados numa direção descendente: o Nível Interpessoal (NI), o Nível Representacional (NR), o Nível Morfossintático (NM) e o Nível Fonológico (NF).

Partindo disso, toma-se como base para a investigação o comportamento das construções adverbiais independentes nos diferentes níveis de representação postulados pela teoria:

(1) no *Nível Interpessoal*, que trata dos aspectos formais da unidade linguística que refletem seu papel na interação entre falante e ouvinte, pretende-se analisar a presença de atos interativos e o papel/função da oração adverbial independente no discurso;

(2) no *Nível Representacional*, que trata dos aspectos semânticos das unidades linguísticas, pretende-se investigar as noções de factualidade e a identidade do participante principal da oração independente;

(3) no *Nível Morfossintático*, que dá conta de todas as propriedades lineares da unidade linguística, tanto com respeito à estrutura de sentenças, orações e sintagmas quanto com respeito à estrutura interna de palavras complexas, pretende-se determinar que tipo de conjunções e formas verbais que se envolvem nessas relações adverbiais; e

(4) no *Nível Fonológico*, que concerne à fonologia prosódica, em que cada constituinte da hierarquia prosódica faz uso de diferentes tipos de informação fonológica e não fonológica, pretende-se analisar a quebra entonacional nas orações independentes.

Sob a ótica desse modelo, podemos buscar evidências para o estatuto de independência do fenômeno aqui investigado a partir de sua totalidade, de maneira que, em cada nível de representação, ele possa ser visualizado enquanto pertencente a uma dada categoria, cujas propriedades são passíveis de serem descritas de acordo com as premissas de cada nível, o que torna possível observar que instância melhor o determina.

3.2 Relações Adverbiais: delimitação da investigação

Cristofaro (2003), embasando-se em Givón (1990), Kortmann (1997) e Thompson & Longacre (1985), distingue apenas seis tipos de relação adverbial, já que trata somente de adverbiais que atuam na camada da predicação, quais sejam (i) propósito, (ii) posterioridade

temporal; (iii) anterioridade temporal; (iv) simultaneidade temporal; (v) condição de realidade; e (vi) razão.

Todavia, o presente estudo se propôs a abordar também relações adverbiais de outros níveis, o que, conseqüentemente, fez com que esses tipos fossem ampliados com base em Dik *et al.* (1990) e Hengeveld (1998b), que não se limitam às adverbiais da camada da predicação, propondo o estudo de outras, quais sejam: (i) meios; (ii) causa; (iii) explicação; (iv) adição; (v) concessão; (vi) circunstância potencial; (v) condição potencial; (vi) circunstância negativa; (vii) circunstância irreal.

Partindo das tipologias acima levantadas, o presente trabalho se ocupa das seguintes relações adverbiais: (i) explicação, (ii) concessão, (iii) modo, e (iv) condição, que podem ser mais bem compreendidas de acordo com a breve descrição proposta abaixo, que retrata seu funcionamento em contextos prototípicos de subordinação:

1. **Relação-Explicação:** especifica um fato que dá suporte a outro fato representado pelo conteúdo proposicional do Ato-de-Fala, ou seja, a oração adverbial apresenta considerações que conduzem o falante a chegar à conclusão contida na oração principal; ela pode, então, ser vista como um ato ilocucionário separado. Enquanto a origem da razão está num dos participantes da oração principal, a origem da explicação é o falante, como em (2).

(2) Pedro está na casa de Joana, **porque o carro dele está lá fora.**

2. **Relação-Concessão:** a oração adverbial concessiva descreve uma parte de informação tendo em vista que a informação contida na oração principal não seria esperada, como em (3).

(3) Pedro conseguiu o emprego, **embora não tivesse qualificações.**

3. Relação-**Modo**: indica a maneira pela qual ocorre o evento expresso na oração principal, como em (4).

(4) Pedro escapou, **escorregando por uma corda.**

4. Relação-**Condição**: a realização do Estado-de-Coisas dependente é apresentada como possível (o que o distingue da condicional contrafactual), mas nenhuma indicação é dada sobre a probabilidade de ele ocorrer (o que o distingue da relação de condição em que essa probabilidade de ocorrência é baixa). Nesse caso, a ocorrência do Estado-de-Coisas dependente é apresentada como possível no presente ou no passado, como se observa em (5). Será ainda aqui considerada como Condição ocorrências em que o falante prediz o que virá, já que há a implicação de que, se o Estado-de-Coisas dependente ocorre, o mesmo se observará com o principal, como em (5a).

(5) **Se formos à feira muito tarde,** não encontraremos muitos produtos

(5a) **Se ele conseguir o trabalho,** nós festejaremos

3.3 Delimitando o objeto de estudo: Corpus Lusófono e critérios de análise

Como universo de investigação, serão utilizadas ocorrências reais de uso extraídas do *corpus* oral organizado pelo Centro de Linguística da Universidade de Lisboa, em parceria com a Universidade de Toulouse-le-Mirail e a Universidade de Provença-Aix-Marselha.

Embora a amostragem geral desse *corpus* leve em conta as variedades de Goa e Macau, este projeto restringe-se às variedades que têm a língua portuguesa como língua oficial, quais sejam: (i) Brasil; (ii) Portugal; (iii) África: São Tomé e Príncipe; Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique; e (iv) Timor Leste.

Nesse *corpus* são identificadas as relações adverbiais *explicativas, concessivas, modais e condicionais* “independentes”, que são analisadas qualitativamente segundo suas propriedades discursivas, pragmáticas, semânticas, morfológicas e fonológicas.

Como pesquisa de cunho qualitativo, a análise de dados é efetuada em ocorrências encontradas no *corpus*, sem preocupação de quantificação, uma vez que o importante, para esse tipo de investigação, é o *type* (tipo de ocorrência) e não o *token* (número de ocorrências).

Considerando que para Cristofaro (2003) a subordinação é marcada por traços que estabelecem relação de dependência entre as orações ligadas (o que, na GDF é explicado pela atuação de construções na camada da Expressão Linguística) e que as orações aqui tratadas são entendidas como construções independentes, cada ocorrência é analisada de acordo com os seguintes parâmetros:

I. Nível Interpessoal

(i) *Papel/Função da relação adverbial independente no discurso*: esse fator busca explicar as intenções do falante ao marcar algum tipo de informação específica com o uso dessas orações independentes. Tudo nos leva a crer que seu uso se associa a uma função específica no discurso, a ser aqui descrita. Serão levadas em conta as noções de organização discursiva (DIK, 1997b), de marcadores discursivos (KROON, 1997), de tópico discursivo (JUBRAN, 2006) e de funções parentéticas (JUBRAN, 2006).

(ii) *Presença de atos interativos*: a presença de atos interativos³ antes e depois da oração independente pode assinalar início e término de Ato discursivo, por isso constitui fator importante para esse estudo.

(iii) *Camada*: Serão aqui consideradas várias formas de expressão das relações adverbiais, no intuito de constatar se as orações que ocorrem como independentes se expressam por Atos Discursivos Comunicativos. No Nível Interpessoal serão considerados: (a) Movimento, a maior unidade de interação pertinente para a análise gramatical, indica o meio de expressão da intenção do falante como uma contribuição autônoma para uma interação contínua, visando alcançar uma meta conversacional; (b) Ato Discursivo, como a menor unidade identificável do comportamento comunicativo, que envolve uma ilocução, o falante, o ouvinte e um conteúdo comunicado; (c) Conteúdo Comunicado, contém a totalidade do que o falante deseja evocar na sua comunicação com o ouvinte, podendo ser completamente novo para o ouvinte, ou uma combinação de informação nova e dada.

II. Nível Representacional

(i) *Tipo de relação semântica*: Cristofaro (2003) distingue apenas seis tipos de relação adverbial, uma vez que trata somente de adverbiais que atuam na camada da predicação. Abordaremos, neste estudo, também relações adverbiais de outros níveis, tal como proposto por Dik *et al.* (1990) e Hengeveld (1998b). São, então, consideradas as seguintes relações adverbiais: explicativas, concessivas, modais e condicionais.

³ Segundo a GDF Atos Interativos são elementos que quebram a adjacência entre segmentos textuais. Esses elementos são denominados marcadores discursivos sob a perspectiva da PTI, como apresentado em Urbano (2006).

(ii) *Factualidade*: a noção de factualidade implica que uma oração factual descreve (a) propriedades ou relações como aplicáveis; (b) Estado-de-coisas como real; (c) conteúdo proposicional como verdadeiro; e (d) ato de fala como assertivo (PÉREZ QUINTERO 2002, p. 53), enquanto uma oração não-factual, por sua vez, descreve entidades em termos opostos. Nossa hipótese é a de que, por constituírem Atos Discursivos, as orações adverbiais independentes sejam factuais, uma vez que são sempre assertivos.

(iii) *Identidade dos participantes das orações envolvidas*: o grau de integração entre orações é marcado também pelo compartilhamento de participantes entre as orações envolvidas. Como entendemos que as adverbiais independentes constituem Atos Discursivos, esse fator mostra-se pertinente para análise, uma vez que o não-compartilhamento indica independência.

(iv) *Camada*: No Nível Representacional serão consideradas as seguintes camadas: (a) Conteúdo Proposicional: é um constructo mental, que não existe no espaço ou no tempo e pode ser avaliado em termos de sua verdade e qualificado em termos de atitudes proposicionais (certeza, dúvida, descrença) e/ou em termos de sua origem ou fonte (conhecimento partilhado, evidência sensorial, inferência); (b) Episódio: corresponde a um ou mais Estados-de-coisas que são tematicamente coerentes, no sentido de apresentarem unidade ou continuidade de Tempo, Locação e Indivíduos; (c) Estado-de-coisas: são entidades que podem ser localizadas em um tempo relativo e podem ser avaliadas em termos de seu estatuto de realidade, podendo (não) ocorrer, (não) acontecer em algum ponto ou intervalo no tempo, sendo determináveis pela característica temporal de Indivíduos, por um lado, e de Conteúdos Proposicionais, por outro; (d) Propriedade: constitui o inventário dos *frames* de predicação relevantes para uma língua e desempenha um papel crucial nas construções das representações semânticas.

III. Nível Morfossintático

(i) *Independência verbal*: as formas verbais consideradas como independentes (finitas) expressam pessoa, número, tempo e modo, enquanto as dependentes (não-finitas) se caracterizam pela ausência dessas noções. Sendo assim, espera-se que os verbos finitos ocorram como predicados de orações independentes (PÉREZ QUINTERO, 2002).

(ii) *Manifestação do participante principal do evento*: expresso ou não-expresso. Caso haja ocorrências em que seja expresso, verificar-se-á a forma de manifestação: lexical ou pronominal.

(iii) *Camada*: No Nível Morfossintático a camada considerada é a da Expressão Linguística (Le) - consiste em pelo menos uma unidade que pode ser usada independentemente. A relação entre os elementos da Le, pode, então, ser (a) equiordenação (quando há dependência mútua entre as unidades); (b) cossubordinação (quando uma das unidades pode ocorrer independentemente, mas a outra não pode) ou (c) coordenação (quando ambas as unidades podem ocorrer sozinhas, mas a combinação de ambas forma uma única unidade).

IV. Nível Fonológico

(i) *Quebra entonacional*: um Ato Discursivo caracteriza-se por ter sua própria ilocução e seu próprio contorno entonacional, o que o separa da oração anterior e posterior, principalmente por pausa (inicial/final). Isso justifica a inclusão desse fator para verificar o estatuto de independência das construções adverbiais aqui tratadas.

(ii) A quebra entonacional nas fronteiras de um Movimento é identificada com a noção de *paratones* (BROWN e YULE, 1983:101, *apud* HENGEVELD, K., MACKENZIE, J. L., 2008). que constituem unidades estruturais do discurso falado relacionadas topicalmente e caracterizadas fonologicamente por possuírem tom relativamente alto

na primeira sílaba proeminente e tom baixo extra na sílaba tônica final, comumente seguida por uma pausa significativa (THOMPSON, 1994:65-6, *apud* HENGEVELD, K., MACKENZIE, J. L, 2008). Analisar-se-á se as ocorrências de orações adverbiais independentes apresentam essa característica de quebra entonacional.

Com a análise das ocorrências do *corpus* lusófono mediante os critérios acima dispostos pretende-se propor aqui a categorização desse tipo de construção, até agora referenciada por uma série de terminologias pouco especificadoras de suas funções, e que quase nada dizem sobre o lugar que essas estruturas ocupam no domínio da linguagem.

Sabendo-se que *orações adverbiais independentes*, ou *orações adverbiais não subordinadas*, ou *desgarradas*, ou *orações adverbiais sem matriz*, ou *ainda orações adverbiais sem núcleo*, ou mesmo *orações adverbiais sem oração principal* referem-se a um mesmo tipo de fenômeno que emerge no nível da organização do discurso na relação entre porções textuais maiores, mais que na relação de “(in)dependência” entre orações, propõe-se aqui a abordagem das relações semânticas de *explicação*, *concessão*, *modo* e *condição* em um nível diferente de subordinação, a ser apresentado e discutido nos capítulos seguintes.

CAPÍTULO IV

UMA PROPOSTA DISCURSIVO-FUNCIONAL PARA AS ADVERBIAIS

INDEPENDENTES: A SUBORDINAÇÃO DISCURSIVA

Há, atualmente, trabalhos que tratam das orações adverbiais independentes, mas não especificamente do conjunto proposto pelo presente estudo e sob o enfoque aqui oferecido. Construções com tais configurações parecem evidenciar funções discursivas que trazem à tona o papel do falante interferindo na organização e no monitoramento discursivo por meio do uso de sinalizadores formais, que constituem as próprias construções aqui investigadas. Um estudo com essa amplitude ajuda a explicar a língua em uso, em situações reais de comunicação, gerando contribuições futuras que poderão, inclusive, integrar a bibliografia sobre adverbialidade já utilizada no ensino por gramáticas escolares.

Somado ao que foi exposto acima, existe ainda o fato de que este estudo engloba as variedades que têm a língua portuguesa como língua oficial, o que sugere a investigação da gramática do português em termos de lusofonia, não apenas relacionando-a com a gramática da variedade europeia, como muito já se fez, mas relacionando-a também com a gramática das variedades africanas do português, o que permite compreender o real estatuto do fenômeno estudado, já que leva em conta a língua portuguesa como um todo.

O levantamento de dados se deu pela busca de ocorrências inicialmente tratadas por adverbiais que não configuram caso de subordinação morfossintática e semântica, ou seja, que apresentam a forma de uma oração subordinada, porém, sem dependência sintática e semântica

em relação a nenhuma oração anterior ou posterior a elas, sendo destacadas prosodicamente por pausas, por atos interativos ou por ambos.

Nesta pesquisa, o levantamento se restringiu às construções encabeçadas por conjunções, como se observa abaixo no exemplo (1) em que há relação “adverbial explicativa”, e no exemplo (2), em que há “relação adverbial concessiva”, ambos os exemplos retirados de inquéritos referentes ao português de Portugal:

- (01) -> que eles tenham uma antena parabólica e ve[...], e, e devem ver, eh, eu suponho que, por uma questão de curiosidade, pelo menos, eh, mal se pôs a antena parabólica devem ter ido lá ver, não?
 - *pois!* **porque as pessoas não percebem**
 -> sim, sim. - depois, não é,
 -> às vezes também é um erro, não percebem, eh, algumas percebem, não é,- algumas...
 -> precisamente esses jovens que estão a estudar percebem, pois... (PT96:MeioPequeno)
- (02) -> eu, eu, eu estive, eu estive na Bélgica há, em oitenta e seis, oitenta e sete, com dezoito, dez[...], dezoito, dezenove anos, quando vim para cá odiava isto. porque não tinha nada, não havia nada – **apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também não tinha nada mas tinha tudo o resto ao pé** - *eh, então* odiava Angra. "quero-me ir embora, não gosto", não sei quê. agora espanto-me a olhar para Angra e a gostar. às vezes saio e olho para as, ah, tão giro, tão bonito, uma cidade tão linda e, eh, por isso acho, precisamente que ela o[...], oferece-me tudo o que eu quero. pronto, em aspect[...], no aspecto de lojas, de s[...], no, negócios, de comércio, tem tudo. (PT96:MeioPequeno)

Essas ocorrências trazem estruturas encabeçadas por conjunções semanticamente concernentes com as relações de explicação e concessão, mas que nesse contexto não têm a função de ligar orações, mas sim de trazer coesão e coerência entre porções textuais maiores, referentes ao discurso, não configurando casos prototípicos de subordinação. O componente prosódico é de extrema importância para estabelecer as fronteiras desse tipo de estrutura, já que a pausa e o contorno entonacional delimitam seu âmbito, além da presença de atos interativos, como os que estão em itálico nos exemplos (1) e (2).

Cabe lembrar que o levantamento de dados trouxe a campo ocorrências interessantes do ponto de vista estrutural, diferentemente do que era esperado no início da pesquisa,

principalmente considerando as relações adverbiais de modo e condição. Para esses casos, procura-se proporcionar uma análise mais específica, para que se possa enquadrá-los em uma categoria de valor interacional, ou até mesmo redefinir seu valor semântico, para que seja possível propor, ao final da análise das ocorrências, uma escala entre as relações encontradas dentro do domínio da dependência discursiva. Os exemplos abaixo, provindos de Guiné Bissau (3) e Angola (4), configuram tais casos:

(03) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)

(04) -> bom, quanto às meninas de rua, bom, a, o tempo em que nós estávamos a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer**, *porque, eh*, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome.(Ang97:Meninos de Rua)

As construções acima pertencem ao domínio do discurso e não ao domínio da oração, em outras palavras, as conjunções que as encabeçam ligam porções discursivas e não oracionais. Para evidenciar isso, dedicaremos a próxima seção à demonstração de como essas construções se distinguem de uma oração subordinada adverbial prototípica.

4.1 Organização de uma proposta teórica para a subordinação discursiva

Tendo em vista o disposto acima, apresentar-se-á a proposta teórica que dará suporte à análise de nosso objeto de estudo, ou seja, as orações adverbiais que não se subordinam a uma oração principal. Como se antecipou anteriormente ilustra esse tipo de construção a sequência de ocorrências destacada em (5), (6), (7) e (8) abaixo, que traz exemplos das relações adverbiais de

explicação, de concessão, de condição, e de modo, retratando as variedades de Cabo Verde (5) e

(6), Angola (7) e Brasil (8), respectivamente:

(5) - quanto é que calcula que vale a sua colecção?

-> bem, não sei dizer, é muito difícil. eh, nã[...], não há, neste momento não há em jo[...], não está em jogo o aspecto... monetário

- sim.

-> mas sim o da cultura. **porque agora já sei... muitas coisas sobre borboletas, que fui obrigado a col[...], comprar livros**

- ham, ham.

-> sobre o animal e... estudar algumas, eh, espécies, eh, os que havia aqui em Cabo Verde, etc. por isso que... é mais é, neste momento é com[...], mais como um passatempo do que... é fins, eh, monetários. (CV95:Colecionismo)

(6) -> erupções, aliás. Eh, a penúltima foi em mil novecentos e cinquenta e um e, temos agora a de mil novecentos e noventa e cinco.

- hum, hum. Portanto, para si, esta foi a primeira?

-> esta foi a primeira.

- e 128o...

-> **mesmo tendo relatos dos outros**

- sim. (CV95:IlhaFogo)

(7) -porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, proMovimentor a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada, **se eu posso dizer**, nós vimos que, não é, eh, achamos conveniente reinseri-los para a família de, para as suas famílias. não é isso. (Ang97:Meninos de Rua)

(8) -> então, **como eu estava falando**, então, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde (...) (Bra80:MundoDireito)

Embora as ocorrências acima se assemelhem formalmente a orações subordinadas adverbiais, tais ocorrências, dadas as suas particularidades pragmáticas, semânticas, e prosódicas, permitem o reconhecimento de propriedades diferentes das advindas de contextos prototípicos de subordinação.

Primeiramente, observamos que essas estruturas não são constituintes de uma oração, ou seja, não fazem parte morfossintaticamente de uma oração principal representando uma oração subordinada adverbial nos padrões sustentados pela GDF no NM. Para comprovar isso basta

atentar para o fato de que não encontramos oração principal imediatamente anterior ou posterior dentro da qual a estrutura em foco possa se estabelecer como parte integrante. A esse propósito, analisemos primeiramente os casos em que construções iniciadas por *porque* constituem casos de subordinação morfossintática, como disposto abaixo em (9):

(9)

- a. escureceu muito rapidamente ***porque estava ameaçando chuva*** (Bra80:Fazenda)
- b. ***já com ela eu aceitei a criança*** *porque* eu gostava dela (Bra80:GostoDela)
- c. alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, ***porque o barulho não é normal*** (Bra80:F:19:127)

Nos casos ilustrados acima, podemos recuperar orações principais dentro das quais se estabelecem orações subordinadas adverbiais, mesmo que percebamos que as relações estabelecidas nos três exemplos apresentam natureza causal diferente. Hengeveld (1998) demonstra que o domínio do campo semântico “causa” abrange as relações de causa, razão e explicação, que estão no campo da subordinação adverbial, proposição já comprovada por Pezatti (2009) quando da análise da relação de explicação nas variedades lusófonas. Percebemos, assim, que no exemplo (9a) ocorre a conexão entre dois Estados-de-Coisas, um dos quais (o dependente, que é factual) fornece a motivação para a ocorrência do outro (o principal), resultando na relação “causal” propriamente dita. Já no exemplo (9b), a oração subordinada fornece a causa da realização do um Estado-de-Coisas expresso na oração principal em termos de um motivo atribuído ao controlador do Estado-de-Coisas da oração principal, representando um Conteúdo Proposicional, resultando na relação de “razão”. No exemplo (9c), por outro lado, a oração subordinada especifica um fato que dá suporte a outro fato representado pelo conteúdo proposicional do Ato-de-Fala, ou seja, a oração adverbial apresenta considerações que conduzem

o falante a chegar à conclusão contida na oração principal, podendo ser vista como um ato ilocucionário separado, resultando na relação de “explicação”.¹

Diferentemente dessas estruturas em (9) acima, as construções iniciadas por *porque* levadas em conta nessa pesquisa não pertencem a nenhuma oração principal, como pode ser visto no exemplo (10) abaixo - retirado do trecho estendido em (5) - em que tentamos delimitar um segmento imediatamente anterior à construção em foco seguida pelo segmento iniciado pelo *porque*:

(10) mas sim o da cultura. ***porque* agora já sei... muitas coisas sobre borboletas, que fui obrigado a col[...], comprar livros** (CV95:Colecionismo)

Como se pode observar a construção em negrito não pode ser explicada apenas pelo recorte oferecido acima, que traz somente o segmento que a antecede, sendo necessário levar em conta uma porção textual maior, o que comprova seu caráter de não subordinação morfossintática e sua identificação como uma estrutura que se encontra na relação entre camadas mais altas do NI que não a do Ato Discursivo.

Sendo assim, reconhecemos que embora todas as ocorrências em (9) acima e em (10) apresentem natureza causal, elas expressam diferentes tipos de causalidade, que residem na camada dos diferentes níveis de análise propostos pela teoria. Isso pode ser verificado também no caso dos diferentes tipos de concessivas, de condicionais e de modais.

Além de não constituírem casos de subordinação morfossintática, como se viu pelos exemplos acima, essas construções levam em conta porções textuais maiores, ou seja, constituem camada mais alta no NI.

¹ Para maiores detalhes consulte Sposito (2012).

As ocorrências permitem ainda verificar que essas construções impulsionam o discurso para frente e contribuem para a relação interpessoal, o que as identifica como Movimentos, já que são constituídas por um ou mais Atos Discursivos, como se pode verificar no exemplo (11) abaixo.

- (11) L1 -> sim, por exemplo, há até, há alguns, por exemplo, há algumas espécies raras, dizem que, que, que s[...], que devem ser apanhadas logo ao, ao sair do casulo. porque senão perdem, eh, quebram as asas e então, eh, perdem qualidade. então, como no caso, por exemplo, dos que... colecionam o animal vivo, então esse animal tem que ser apanhado logo... ao sair da, do casulo
 L2 - sim.
 L1 -> para ficar completo.
 L2 - **porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias**, não é,
 L1-> exactamente, sim. mas é, hoje, por exemplo, eh, com a ciência avançada, como o senhor sabe, e, o animal pode ser filmado. e então é, é t[...], é toda essa maneira depois de reprodu[...], tentar reproduzir o animal. (CV95:Coleccionismo)

Esse exemplo mostra que o uso da construção [*porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias*] representa uma reação de L2 ao que foi dito por L1, e, por conseguinte, o marcador discursivo “*não é*” marca o final desse Movimento instigando, inclusive, a reação do interlocutor, o que comprova seu estatuto de Movimento.

Além disso, esse exemplo mostra três Atos Discursivos compondo a construção iniciada por *porque*, dois subsidiários de Orientação, representados por [*esses selos*] e [*para serem feitos*] e um Nuclear [*eles baseiam-se em fotografias*], argumento claríssimo para afirmar que a estrutura em negrito se trata, de fato, de um Movimento.

Ademais, enquanto Movimentos, essas construções iniciadas por *porque* apresentam um papel específico no avanço do discurso, introduzindo uma nova cadeia temática sobre a qual se passa a falar a partir da introdução do *porque*. No exemplo acima identificamos que, antes da introdução do Movimento iniciado por *porque*, estava se falando sobre “coleção de animais vivos” e, a partir do *porque*, se instaurou um novo assunto, “coleção de selos”. Esse tipo de mudança de assunto não se observa nos casos em que a estrutura iniciada pela conjunção *porque*

representa um Ato Discursivo. O exemplo (12) abaixo reforça esse argumento, mostrando que quando não há introdução de novo assunto por segmentos iniciados por *porque* identificamos a Função Retórica Motivação, entre Atos Discursivos:

- (12) (...) o vento batendo, as janelas batendo, aquela coisa toda. aí nós ficamos meio assim, "vamos esperar passar a chuva, não sei mais o quê". "está bom". aí sentamos no chão, ficamos contando história para as crianças, brincando. de repente, nós escutamos um barulho, mas uma coisa assim, nós nos olhamos, nos entreolhamos e fo[...], "**alguém tem que saber o que é que está havendo, não é, porque o barulho não é normal**". aí fomos ver, as três juntas de mão dadas, pálidas, brancas, (...) (Bra80:Fazenda)

Esse exemplo demonstra que o Ato Discursivo em itálico, com a Função Retórica de Motivação, continua a lidar com o assunto introduzido previamente no discurso, que é o “barulho”. Em outras palavras, Atos Discursivos não introduzem novos temas ao discurso como Movimentos o fazem. Esse é um importante argumento para contrastar ambos os usos pragmáticos do *porque*: enquanto função retórica de Motivação, entre dois Atos Discursivos, e enquanto função de assinalar mudança de assunto, entre dois Movimentos.

O mesmo se identifica nos usos das conjunções concessivas, modais e condicionais que iniciam Movimentos: representam Funções no NI que dizem respeito a diferentes contribuições que essas estruturas podem trazer ao discurso, indicando na materialidade do texto o tipo de avanço que proporcionam no desenvolvimento da interação.

Em razão disso, propomos aqui que se considere a relação de dependência pragmática existente entre Movimentos que expressam diferentes funções no domínio do discurso, já que contribuem para a relação interpessoal.

Sendo assim, a fim de detalhar as propriedades dessas construções na lusofonia, esta proposta de análise compreende, basicamente, três seções:

- (i) aplicação dos critérios apresentados no capítulo anterior para levantamento das construções que não se subordinam a uma oração principal;

- (ii) breve explanação sobre as ocorrências encontradas entre as variedades lusófonas;
- (iii) análise e interpretação dos resultados da aplicação dos critérios para compreensão das diferenças e semelhanças entre as relações de explicação, concessão, modo e condição ao se realizarem no discurso sem orações principais.

Quanto à primeira seção, serão definidas as propriedades interpessoais, representacionais, morfossintáticas e fonológicas das diferentes construções à luz dos critérios que se mostraram relevantes para sua determinação.

Quanto à segunda seção, procura-se demonstrar de forma geral a distribuição das relações entre as variedades lusófonas bem como distribuir as ocorrências encontradas de acordo com as diferentes funções que desempenham no discurso.

Com respeito à terceira seção, abre-se espaço para se detalhar as propriedades dessas construções separadamente, no intuito de delimitar suas propriedades no NI da teoria.

4.2 Dados à luz dos critérios de análise: determinando propriedades

Nesta seção serão discutidos os resultados da análise de dados com base nos critérios selecionados, enfocados sob o escopo dos níveis de análise da GDF. Cabe lembrar que eles revelam, a partir de marcas linguísticas, o grau de sentencialidade das construções em foco: quanto mais propriedades sentenciais, maior a probabilidade de serem reconhecidas por ter ilocução própria, falante e ouvinte, um conteúdo comunicado, e uma função particular no avanço do discurso, identificando-se como Movimentos.

4.2.1 Nível Interpessoal

A análise das ocorrências mostra que o *papel que a relação adverbial independente assume no discurso* depende das intenções do falante ao marcar algum tipo de informação específica.

Os resultados nos levam a crer que cada uso, embora se associe a uma função específica no discurso, é atribuído a Movimentos. A discussão levantada pela análise dos resultados relativos a esse critério contribui para que se defenda a noção de um tipo de subordinação que se dê no plano discursivo, na medida em que o papel dos elementos que encabeçam as estruturas nesses diferentes contextos é atribuído de acordo com a contribuição que se dá à interação, na relação entre Movimentos.

A conclusão a que se chega é que sob esse tipo de uso, essas conjunções passam a estabelecer uma Função em relação ao Movimento que iniciam, sendo assim, eles serão tratados no NI, como Funções a serem atribuídas aos Movimentos, semelhantes às Funções Retóricas atribuídas aos Atos Discursivos. Dessa forma, para cada relação temos uma Função que se estabelece no NI quando Movimentos estão sendo relacionados uns aos outros.

Vejamos abaixo como se concebe a análise da ocorrência com *porque* em (13):

- (13) L1 -> e a ligação das duas coisas, sei lá, é uma coisa que vem depois. primeiro vem a profissão, o emprego, o futuro. depois tem que vir o resto.
 L2 - hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, não é, **porque em casa normalmente é a mulher que trabalha...**
 L1 ->ah, mas isso não pode continuar assim, pelo menos no mes[...], no meu ponto de vista. porque, se ambos trabalham fora de casa também têm que trabalhar os dois dentro de casa.
 L2- hum, hum.
 L1-> por isso não pode ser só da parte de uma pessoa, o trabalhar em casa. (PT96:MaridoIdeal)

Durante a interação L1 e L2 começam tratando do tema “realização profissional”, para depois instaurar um tema específico dentro desse domínio: “a sobrecarga do trabalho de casa para a mulher”, introduzido justamente pela construção encabeçada pelo *porque*. Sendo assim, o que temos são Movimentos se relacionando: 1) *hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, não é;* 2) *porque em casa normalmente é a mulher que trabalha.* Sendo assim, temos dois Movimentos que se relacionam por meio de uma função que ressalta a introdução de um novo assunto no discurso, estabelecida pelo *porque*.

Vejamos agora uma ocorrência trazendo a Função estabelecida por *embora* em (14):

(14) eu, eu, eu estive, eu estive na Bélgica há, em oitenta e seis, oitenta e sete, com dezoito, dez[...], dezoito, dezanove anos, quando vim para cá odiava isto. porque não tinha nada, não havia nada – ***apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também não tinha nada mas tinha tudo o resto ao pé*** - eh, então odiava Angra. "quero-me ir embora, não gosto", não sei quê. agora espanto-me a olhar para Angra e a gostar.

Nesse caso o falante, por meio do Movimento em negrito traz uma informação nova para agregar detalhes ao tema desenvolvido, proporcionando a inserção de informação importante para que o interlocutor compreenda bem o desenvolvimento da cadeia temática. Essa relação que o Movimento concessivo estabelece com todo o tema anteriormente desenvolvido, representado pelo Movimento anterior pode ser ilustrada como segue: 1) *eu, eu, eu estive, eu estive na Bélgica há, em oitenta e seis, oitenta e sete, com dezoito, dez[...], dezoito, dezanove anos, quando vim para cá odiava isto. porque não tinha nada, não havia nada* – 2) ***apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também não tinha nada mas tinha tudo o resto ao pé.*** Observam-se, assim dois Movimentos relacionados entre si por uma função que acrescenta informação contrastiva em relação ao conteúdo temático desenvolvido na interação.

Já com relação à função estabelecida por *como*, vemos que o Movimento instaurado tem o objetivo de situar o interlocutor em relação a algo que já foi estabelecido no discurso, como se observa em (15):

(15) L1- e assim como é que é o caso da Maria que você estava me contando? que é...?

L2- foi logo no começo assim. ela chegou assim como um general. ela disse assim que a estrela da classe é o professor. não deixa de ter uma razão. só que ela chega com uma certa autoridade, logo no primeiro dia ela não cativou os alunos. ela já chegou assim meia rude e... ela pediu para escrever uma palavra na lousa, toda a gente escreveu logicamente, ninguém nasceu sabendo inglês, a gente sabendo inglês esse ano, tudo, não é, já vi na quinta série mas só na quinta série. e por falar, inglês é uma língua que eu quero aprender. eu adoro inglês, adoro. até meu irmão faz, minha cunhada faz, as criança dele faz, já estão falando super dez, canta as músicas, já dá para acompanhar. eu acompanho aquela, uma "Unchained Melody", não é, que você deu.

L1- sei, sei.

L2- aquela lá se estiver cantando, eu sei acompanhar. eu adoro. o que você deu assim bem explicadinho, adoro, dá para acompanhar aquela lá. é uma pena que o dia que você mostrou o filme, "Ghost", não é, eu estava hospitalizada mas foi uma pena porque todo mundo falava de você na classe. que realmente você incentivou para caramba, que além de você mostrar o filme, não foi assim só para a gente ver o filme. teve um fundamento, você fez aprender, ensinar para a gente também, vendo o filme... e a letra da música. pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela, **como eu estava dizendo**

L1- é.

L2- me chamou a atenção. e eu por ser uma aluna quieta, não sou de mexer com ninguém, fiquei chocada com a atitude dela falei "poxa, tan[...], gosto tanto de inglês (Bra93:FestaEstudante)

Ao observar essa ocorrência, vemos que o conteúdo que ela tenta recuperar está distante no discurso, e a Função que a construção desempenha é de chamar a atenção do interlocutor para isso. Essa função se estabelece entre Movimentos distantes entre si textualmente, ou seja, engloba porções do discurso que pertencem a camadas mais altas que a do Movimento. Para ilustrar como se estabelece essa relação observa-se localmente suas fronteiras com outros Movimentos: 1) *pena que não deu, que o horário da aula foi muito pouco, não é, para gente assistir o filme inteiro, para o pessoal assistir que eu não assisti. então foi assim super legal. e ela*, 2) **como eu estava dizendo (...)**. A partir disso, identificamos uma função que se relaciona à preocupação do falante de resgatar na memória do ouvinte informações dadas no discurso.

Resta ainda esclarecer como se instaura a Função estabelecida pelo *se* em contextos como (16), abaixo:

(16) -porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, proMovimentor a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada, **se eu posso dizer**, nós vimos que, não é, eh, achamos conveniente reinseri-los para a família de, para as suas famílias. não é isso. (Ang97:Meninos de Rua)

Levando em conta o contexto anterior à construção com *se*, o que se observa é que o falante busca atenuar o valor do que foi dito sobre as crianças, pois ele não avalia o resultado da volta da criança ao convívio social como uma reintegração ideal. A relação entre os Movimentos se dá como segue: 1) *porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, promover a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada*; 2) *se eu posso dizer*. A partir disso vemos que o falante por não estar certo da informação que introduziu no discurso se utiliza da estrutura iniciada por *se* para atenuar essa informação.

Como se observa, a análise de dados mostra a necessidade de um olhar mais amplo para o contexto em que as ocorrências emergem, isto é, expande a análise do plano da relação entre orações para o plano da relação entre Movimentos. A partir disso, não há como pensar que essas estruturas podem constituir o fundo de outras estruturas que desempenham o papel de figura, uma vez que todas elas estabelecem importantes Funções no discurso. Tampouco podemos dizer que a relação que estabelecem com o contexto se resume à subordinação a uma oração principal.

Outro aspecto observado é que essas estruturas propiciam a ocorrência de *Atos Interativos*, assinalando não só o início e término de um Ato Discursivo, mas também início e término de um Movimento.

A observação dos dados revela que na maioria das construções há presença de Atos Interativos definindo a fronteira das subordinadas discursivas. Entretanto há maior concentração deles em construções que expressam transição entre assuntos e acréscimo de informação contrastiva. Os exemplos abaixo demonstram como se dá o uso de atos interativos nas diferentes Funções:

(17)

- a. então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, **embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é?**, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil, surpresas da fotografia)
- b. L1- e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu até hoje manter-se?
L2 -> bem, eh, naquel[...], na[...], naquele tempo, portanto, **como eu já antes tivera dito, não é?**, eu dormia hoje aqui, amanhã ali, às vezes, eh, portanto, dormia mesmo na rua assim ao ar livre. e mais tarde eu verifiquei que estava, estava, estava mesmo a caminhar muito mal, não é, estava que nem um menino de rua e no entanto eu tive de fazer o esforço, poder trabalhar um bocadinho para ver se conseguisse um tecto para mim (Ang97:JovemGaspar)
- c. L1 -> e a ligação das duas coisas, sei lá, é uma coisa que vem depois. primeiro vem a profissão, o emprego, o futuro. depois tem que vir o resto.
L2 - hum, hum. diz que tanto as mulheres como os homens realizam-se profissionalmente. no entanto, eh, para a mulher o realizar profissionalmente implica uma dupla... tarefa, **não é?, *porque em casa normalmente é a mulher que trabalha...***
L 1->ah, mas isso não pode continuar assim, pelo menos no mes[...], no meu ponto de vista. porque, se ambos trabalham fora de casa também têm que trabalhar os dois dentro de casa.
L2- hum, hum.
L1-> por isso não pode ser só da parte de uma pessoa, o trabalhar em casa. (PT96:MaridoIdeal)

A presença desses Atos Interativos delimita os Atos Discursivos representados pelas construções em foco e mostra que essas estruturas são unidades de informação à parte, constituindo relações entre camadas mais altas no NI.

Os Atos Interativos encontrados nas ocorrências foram: *não é?*, *então*, *mas* e *pois*, entre os quais o mais frequente é *não é?*, que serve como estímulo para o interlocutor, se quiser, reagir à informação apresentada, ou mesmo, tomar o turno.

Partindo das observações expostas acima acerca das propriedades que esses tipos de construção apresentam no NI, as Funções que cada tipo de construção desempenha serão denominadas segundo seu funcionamento no discurso:

- 1) Há Movimentos que contribuem para mudança de assunto, tendo então a função aqui denominada de *Transição*, que se manifesta no NM pela conjunção *porque*.
- 2) Há, por outro lado, Movimentos que inserem informação nova, considerada importante pelo falante não só por salvaguardar sua própria face, mas também e principalmente por acrescentar informação contrastiva acerca do conteúdo introduzido por ele no discurso. Por essa razão essa função será aqui denominada *Adendo*, codificada no NM pelas conjunções *embora (que)*, *apesar de (que)* e *mesmo (que)*.
- 3) Há ainda Movimentos usados para evocar uma informação já compartilhada em algum outro momento do desenvolvimento discursivo, tendo assim a função de lembrar o ouvinte ou resgatar de sua memória informações já apresentadas. O Movimento, nesse caso, apresenta a função *Resgate*, que é codificada no NM pela conjunção *como*.
- 4) Um último tipo de Movimento revela a insegurança do falante em relação ao que está sendo afirmado (ao conteúdo comunicado dos Atos do Movimento anterior), indicando uma preocupação metadiscursiva, em que o falante procura preservar a própria face. Isso se manifesta no NM pelo uso da conjunção gramatical *se*. A essa função denominamos *Salvuarda*.

Sendo assim, são aqui identificados quatro tipos de *subordinação discursiva* na relação entre Movimentos: *Transição*, *Adendo*, *Resgate* e *Salvuarda*, que são expressas no NM pela

conjunção apropriada, quais sejam: *porque (Transição)*, *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que) (Adendo)*, *como (Resgate)* e *se (Salvuarda)*.

4.2.2 Nível Representacional

Nesse nível de análise, observamos que todas as construções constituem Movimentos compostos de um ou mais Atos Discursivos que descrevem atos de fala assertivos (PÉREZ QUINTERO 2002:53), sendo, portanto, sempre *factuais*. Abaixo estão exemplos que trazem construções factuais com *como* e com *se*:

(18)

- a. a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer**, porque, eh, eu, aconteceu o problema do, dum menina, esqueço o nome, (Ang97:Meninos de Rua)
- b. -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)

Nesses dois exemplos reconhece-se a propriedade de factualidade pelo fato de ambos constituírem atos de fala assertivos, que são considerados pelo falante como reais, propriedade atribuída a construções com maior grau de sentencialidade e, por isso, com maior autonomia semântica.

Como as adverbiais independentes constituem Movimentos, o não-compartilhamento de participantes é frequente, o que indica maior autonomia e menor grau de integração entre as construções adjacentes, como demonstrado abaixo:

(19) -> não vamos dizer que é o pensamento moçambicano. É um sentimento de desportista. **porque toda a pessoa que vai para o campo espera ganhar.** (Moç97:SentimentoDesporto)

Verifica-se que na maioria dos casos não há identificação entre os participantes das construções adjacentes, como acontece no exemplo acima em que antes da construção encabeçada pelo *porque* reconhecemos que há referência a “um sentimento desportista” e, logo em seguida, o falante se refere ao termo “toda pessoa”, o que comprova maior autonomia da construção que comporta a conjunção.

Entretanto, nas situações em que há correspondência, mesmo assim, ainda sobressai o valor da informação que está sendo reintroduzida, como abaixo:

(20) portanto, eles que não venham com essas desculpas. agora o que eles deviam era sabê-lo poupar, que eles esbanjam o dinheiro. o dinheiro é lançado fora. e eles só têm vícios e... isso é que está mal. **porque m[...], há, há atletas que estão muito bem na vida,** e mesmo aqui em Famalicão, aqui não conheço nenhum que esteja mal, que aqui as pessoas conseguiam sempre dar-lhes emprego, tinha, todos bem. não conheço nenhum que acabasse aqui na miséria. também as pessoas não deixavam. (PT97:DesportoDinheiro)

Nesse exemplo, mesmo o falante fazendo referência a “eles” e depois retomando “atletas” na construção encabeçada por *porque*, observa-se o valor de autonomia semântica da construção em relação ao que a antecede, o que mostra que o domínio pragmático prevalece sobre o domínio semântico para esse tipo de fenômeno.

Essas construções, embora possam ser identificadas no Nível Representacional como Conteúdos Propositionais, não se determinam nesse nível. A propósito disso, cabe ressaltar que a análise dos critérios levantados no NR não revela descobertas tão produtivas como as encontradas no NI, o que reafirma o valor pragmático desse tipo de construção.

4.2.3 Nível Morfossintático

Esse tipo de construção representa, no NM, uma Expressão Linguística, definida como uma unidade que pode ser usada independentemente, em que se podem estabelecer, entre as orações ou sintagmas que a constituem, as seguintes formas de combinação: (i) equiordenação (quando há dependência mútua entre as unidades); (ii) cossubordinação (quando uma das unidades pode ocorrer independentemente, mas a outra não) ou (iii) coordenação (quando ambas as unidades podem ocorrer sozinhas, mas a combinação de ambas forma uma única unidade).

A análise dos dados revela que as construções aqui tratadas são casos de Expressões Linguísticas, mas sem elo de dependência morfossintática com outras construções anteriores ou posteriores, funcionando às vezes, como inserções, ou seja, como cortes sintáticos entre as porções textuais que a antecedem e a seguem, não representando casos de coordenação. Constituem, assim, unidades de sentido que não exibem dependência morfossintática, mas pragmática. O que mostra que o NM, assim como o NR, não é suficiente para explicar a abrangência desse fenômeno. O exemplo (21) demonstra o que se apresentou acima:

- (21) -> claro, também há os grupos, exacto. mas pareceu-me um bocado diferente daqui do Porto. é evidente que as pessoas de Lisboa também chegam aqui, e, e também têm essa sensação, não é, um bocado.
 - não, mas eu noto
 -> **embora reconheçam mais que há mais**
 - hum, hum.
 -> eh, que há o, um, digamos, há outro calor humano. (PT95:GrandesCidades)

Como se vê a construção acontece como um Movimento de reação ao que foi dito anteriormente, constituindo no NM uma Expressão Linguística que tem unidade de sentido sem depender morfossintaticamente de nenhuma porção textual anterior ou posterior. Observa-se,

portanto que as outras relações podem ser explicadas da mesma forma, pois todas constituem Movimentos.

A análise mostra ainda que, em sua maioria, as formas verbais são finitas no modo indicativo, o que demonstra a autonomia sintática dessas estruturas. Os exemplos abaixo atestam o que a análise de dados revela:

(22) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares que, **como sabemos**, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)

(23) -> o que é que a SIDA pode fazer, como é que se pode prevenir a SIDA.
 - hum.
 -> a SIDA é uma doença ainda que não tem cura.
 - hum.
 -> **embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue**, mas ainda não tem cura, sabemos qual é o perigo. a principal causa da SIDA é a morte, infelizmente.(GB95:SIDA)

(24) -> e, e uma pessoa conhece e assim
 - claro.
 -> pois. mas eu até penso que sim, que eles eram pessoas para, para irem assim também à missa, não sei, mas isso...
 - **porque, normalmente eles são, têm, são c[...], são cristãos, mas não são católicos.**
 -> pois. é isso. pois
 - pois.
 -> que eu tenho também ouvido... falar, sim. (PT97:BaseMilitar)

Nas ocorrências analisadas, os participantes, quando expressos, se apresentam em forma lexical, de pronome reto e até mesmo oblíquo, o que mostra que esse fator não é definidor das propriedades desse tipo de construção, já que as construções podem apresentar os participantes de qualquer forma e, ainda assim, manterem seu estatuto morfossintático autônomo. Isso nos faz crer que essas questões estão mais ligadas ao domínio textual, relacionadas com a coesão e coerência do discurso, mais uma vez determinadas pelo NI.

4.2.4 Nível Fonológico

Nesse nível de análise leva-se em conta a independência fonológica entre os segmentos envolvidos, que pode revelar o estatuto de independência das construções aqui tratadas.

Os segmentos analisados relacionam-se a um Enunciado no NF, maior unidade de análise desse nível da teoria, e relacionam-se aos *paratones* (BROWN e YULE, 1983:101, *apud* HENGEVELD, K., MACKENZIE, J. L, 2008), que constituem unidades estruturais do discurso falado relacionadas topicalmente e caracterizadas fonologicamente por apresentarem tom relativamente alto na primeira sílaba proeminente e tom baixo extra na sílaba tônica final, comumente seguida por uma pausa significativa (THOMPSON, 1994:65-6, *apud* HENGEVELD, K., MACKENZIE, J. L, 2008).

Os dados indicam quebra entoacional com pausa longa em todas as ocorrências, identificadora de Enunciados no NF, o que pode ser verificado tanto pela transcrição dos inquéritos, quanto pela audição das ocorrências analisadas. Além de pausa, tanto a tessitura quanto a velocidade da construção envolvida apresentam alteração, principalmente nos casos em há construções com *como* e com *se*.

A análise dos dados sob esse critério trouxe fortes evidências da autonomia prosódica dessas construções, o que pode ser observado na ocorrência abaixo, tomada como exemplo, em que se destacam na transcrição os sinais indicadores de pausa:

- (25) - acha que o homem facilmente pode entrar nas tarefas que eram, normalmente, d[...], especialidade da mulher?
 -> tem que se ir habituando aos poucos. **porque há homens que quando querem fazem as mesmas coisas que uma mulher, em casa.** quando eles não querem é que já é pior. mas acho que sim. acho que aos poucos conseguem. e mesmo, não digo, por exemplo, uma mulher pode cozinhar, não é, mas há outras coisas para além de cozinhar que se podem fazer em casa. e acho que é principalmente isso. (PT96:MaridoIdeal)

Nesse exemplo, a evidência de pausa é feita na transcrição com a utilização do ponto final (.). Isso identifica a autonomia prosódica desse trecho, comprovando seu estatuto de Movimento. Dessa forma, podemos relacionar a essa camada do NI a camada mais alta do NF, ou seja, a camada do Enunciado, em que as pausas são ainda mais longas e não podem ser confundidas com pausas hesitativas.

Em síntese, podemos congregiar as propriedades das Funções aqui discutidas conforme o quadro abaixo:

Quadro 4: Distribuição das Propriedades das Funções:

Nível de Análise	Crítérios				
Interpessoal	1. Papel no discurso	Transição	Adendo	Resgate	Salvuarda
	2. Presença de marcador discursivo	+/-	+/-	+/-	+/-
	3. Tipo de operador	porque	embora (que), apesar de (que), mesmo	como	se
	4. Camada	M	M	M	M
Representacional	5. Factualidade	+	+	+	+
	6. Identidade dos participantes	+/-	+/-	+/-	+/-
	7. Camada	p	p	p	p
Morfofossintático	8. Independência verbal	f	f	f	f
	9. Manifestação do participante principal do evento	p/l/Ø	p/l/ Ø	p/l /Ø	p/ Ø
	10. Camada	Le	Le	Le	Le
Fonológico	11. Quebra entoacional	+	+	+	+

Em virtude das informações acima levantadas podemos concluir que as estruturas investigadas compartilham propriedades de construções que se aproximam do polo (+) sentencial, indicando maior autonomia semântica, morfofossintática e fonológica em relação aos elementos anteriores e posteriores a elas, apresentando, por sua vez, dependência pragmática em relação a porções

textuais maiores que constituem Movimentos na interação, estabelecendo entre si relações de subordinação discursiva.

4.3 Distribuição das ocorrências com relação às Funções Interacionais

Entre as construções encontradas, as que apresentam as Funções *Transição* e *Adendo* formam o conjunto menos previsível em relação à forma da construção apresentada, enquanto construções que apresentam as Funções *Resgate* e *Salvuarda* acabam exibindo um formato mais cristalizado, como pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 5: Estrutura das ocorrências de subordinação discursiva

	Ocorrências	Função
1	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Como eu te disse</i> 2. <i>Como eu te falei</i> 3. <i>Como disse</i> 4. <i>Como eu já antes tivera dito</i> 5. <i>Como acabo de dizer</i> 6. <i>Como afirmou</i> 7. <i>Como eu estava falando</i> 8. <i>Como eu estava dizendo</i> 9. <i>Como digo (2x)</i> 10. <i>Como eu estou te dizendo</i> 11. <i>Como muitas vezes se diz</i> 12. <i>Como sabemos</i> 13. <i>Como o senhor sabe</i> 14. <i>Como sabe</i> 	RESGATE
2	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>Se eu posso dizer (2x)</i> 2. <i>Se não me engano</i> 	SALVAGUARDA
3	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também não tinha nada</i> 2. <i>mesmo que haja um teste a nível nacional</i> 3. <i>embora reconheçam mais que há mais</i> 4. <i>apesar de os presidentes não se comprarem</i> 5. <i>apesar de que com a minha irmã, tem coisas que eu não conto para a minha irmã</i> 6. <i>embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande,</i> 7. <i>embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue</i> 8. <i>embora que é de carácter nacional,</i> 	ADENDO

	9. <i>mesmo tendo relatos dos outros</i>	
4	<ol style="list-style-type: none"> 1. <i>porque agora já sei... muitas coisas sobre borboletas, que fui obrigado a col[...], comprar livros</i> 2. <i>porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias,</i> 3. <i>porque a parturiente terá de dar dores, acho que, de, de ter contracções</i> 4. <i>porque os pais até dizem "tantas horas, vem para casa"</i> 5. <i>porque às vezes é, é só mesmo... a embalagem, o interior...</i> 6. <i>porque eu quantas e quantas vezes eu digo ao meu marido "é impossível que seja tudo assim, porque isto, isto é uma pouca vergonha</i> 7. <i>porque, estão, também estão um bocado mais indefesos</i> 8. <i>porque, eh, tenho certas dúvidas se de facto se vive melhor na cidade do que no campo</i> 9. <i>porque em França, quando eu entrei na firma, havia uma linha bastante completa de homem, onde tinham um peeling,</i> 10. <i>porque m[...], há, há atletas que estão muito bem na vida</i> 	TRANSIÇÃO ²

Como se vê pela distribuição das ocorrências, as construções de *Resgate* e *Salvuarda* apresentam um formato mais previsível, se comparadas com as construções de *Transição* e de *Adendo*. Essa é uma revelação de extrema importância na determinação do uso desse tipo de estrutura, e se deve ao fato de que essas construções agem no discurso de forma a orientar as relações interacionais enfocando ora a organização discursiva, ora o monitoramento da interação (DIK, 1997b).

Em função do que foi acima relatado verificamos que as Funções de *Transição* e *Adendo* introduzem informação nova ao discurso, cada uma a sua maneira, o que acaba resultando em um formato com material linguístico menos previsível, já que contêm elementos mais atrelados ao conteúdo temático que apresentam, funcionando na *organização* e distribuição desses temas entre os Movimentos que constituem a interação, enquanto as Funções de *Resgate* e *Salvuarda* funcionam no *monitoramento* da interação, isto é, preocupam-se em situar os participantes da situação comunicativa frente às informações dadas no discurso, inserindo material linguístico de âmbito mais restrito, como se vê pelo uso de verbos *dicendi* e verbos de conhecimento, servindo

² Foram selecionadas para este quadro apenas dez das oitenta e oito ocorrências de Explicação detectadas no *corpus*.

à interação com contribuições que mostram a preocupação do falante com o domínio que o interlocutor consegue ter dos temas que se desenvolvem no discurso (DIK, 1997).

A partir dessa descoberta, temos mais evidências da atuação interacional dessas funções, que será mais bem detalhada no próximo capítulo, quando da proposição de sua fundamentação no NI da teoria.

4.4. Das diferentes subordinações discursivas

Tendo distinguidas as diferentes funções discursivas, cabe agora avaliar os resultados para cada uma das Funções, a fim de proporcionar um panorama do que se revela imperativo para a determinação de suas propriedades discursivas.

Nesse sentido, nossa proposta é analisar esses tipos de construções sem nos atermos somente ao nível sentencial, de modo a abranger um discurso maior do que a sentença, o que justifica o arcabouço teórico no qual se ancora esta pesquisa, o modelo da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008), abrindo diálogo com a Perspectiva Textual-Interativa (JUBRAN, 2006), principalmente para a descrição das funções discursivas do tipo de fenômeno estudado, e com a Gramática Funcional (DIK, 1997), no que se refere às considerações acerca da proposta de uma gramática funcional do discurso.

Para consolidar o percurso argumentativo que defende a ideia de que a determinação dessas estruturas se dá no plano discursivo, apresentar-se-ão abaixo constatações que sintetizam essa interpretação dos dados:

- (i) As construções aqui investigadas não apresentam uma oração principal com a qual desempenham uma relação semântica estrita de explicação, de concessão, de modo ou

de condição a ponto de serem chamadas de orações subordinadas adverbiais explicativas, concessivas, modais ou condicionais; logo, a elas não devem ser atribuídas essas denominações;

(ii) Se essas construções não expressam relação de dependência formal e semântica com orações principais imediatamente anteriores ou posteriores, logo as conjunções que as encabeçam e as construções que as acompanham devem ter um uso diferente no discurso.

(iii) O uso das conjunções e das construções em foco relaciona-se ao nível e à camada a que a construção pertence: quanto mais alta a camada, mais alto o nível em que o fenômeno se determina, ou seja, passamos de um fenômeno morfossintático a um fenômeno interpessoal;

(iv) Sendo determinada no NI, a dependência das construções em relação a porções textuais maiores acontece no âmbito do discurso, não no âmbito sentencial, o que aponta para uma subordinação com orientação discursiva.

No intuito de comprovar empiricamente o que foi acima explicitado, trazemos abaixo de forma mais detalhada apontamentos acerca das propriedades interacionais de cada uma das diferentes funções.

Levemos em conta o que propõe (i) acima, para analisar a ocorrência (26), que traz o uso do *porque* na variedade de Cabo Verde:

- (26) -> sim, por exemplo, há até, há alguns, por exemplo, há algumas espécies raras, dizem que, que, que s[...], que devem ser apanhadas logo ao, ao sair do casulo. porque senão perdem, eh, quebram as asas e então, eh, perdem qualidade. então, como no caso, por exemplo, dos que... colecionam o animal vivo, então esse animal tem que ser apanhado logo... ao sair da, do casulo
 - sim.
 -> para ficar completo.
 - ***porque* esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias, não é,**

-> exactamente, sim. mas é, hoje, por exemplo, eh, com a ciência avançada, como o senhor sabe, e, o animal pode ser filmado. e então é, é t[...], é toda essa maneira depois de reprodu[...], tentar reproduzir o animal. (CV95:Colecionismo)

Como se observa pela análise do trecho “*porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias, não é*”, não há relação adverbial de explicação entre ele e a oração imediatamente anterior ou posterior, demonstrando que a construção estabelece dependência em outro plano, que não o semântico ou o morfossintático.

A propósito disso, tomemos o item (ii) sob análise: o uso do *porque* é presumivelmente diferente, e aciona uma interpretação mais discursiva, já que não se acessa o sentido de explicação a que se chega em contextos de subordinação. O uso do *porque* em (26) desencadeia a instauração de um novo assunto, pois se observa que, antes do trecho “*porque esses selos, para serem feitos, eles baseiam-se em fotografias, não é*”, o assunto a ser tratado no discurso era outro.

A partir dessa constatação, verifiquemos como se estabelece o proposto em (iii): o emprego de *porque* se deve exatamente ao fato de o falante estar contribuindo com o desenvolvimento do discurso, instaurando uma nova informação que propõe mais um lance para se colocar em pauta na interação, o que identifica a construção encabeçada por *porque* como um Movimento, a camada mais alta do NI na GDF.

Sendo assim, o que se encontra, como apontado em (iv), é uma relação entre Movimentos, que podemos chamar de relação de *subordinação* por conta da dependência pragmática entre os assuntos instaurados durante a interação e de *discursiva* por se estabelecer no NI, com o papel de organizar o discurso anunciando a apresentação de um novo assunto a ser introduzido pelo falante.

Podemos associar essa instauração de uma nova cadeia temática a partir do uso de *porque* à segmentação tópica proposta por Jubran (2006), que identifica para esse tipo de contexto a presença de marcadores discursivos que têm função de prefaciadores, ou seja, funcionam como pistas indicando que está sendo instaurado um novo assunto no discurso.

A autora identifica essas mudanças temáticas no percurso discursivo no plano linear demonstrando a segmentação tópica do texto em diferentes assuntos que se organizam em uma sequência de articulações intertópicas, ou seja, relações de continuidade e descontinuidade entre tópicos, que abrangem: organização sequencial, mudança de tópico, adjacência, e descontinuidade, podendo a última ser representada por: perturbação da sequencialidade linear, suspensão definitiva do tópico, cisão de um tópico em partes, inserção de tópico paralelo, interpolação entre dois tópicos, descontinuidade de ambos, ou ainda expansão posterior de um tópico dado que passa ao primeiro plano com o desenrolar da conversação.

Em contrapartida, observe-se como se dá o emprego de *embora* em (27):

(27) -> o que é que a SIDA pode fazer, como é que se pode prevenir a SIDA.

- hum.

-> a SIDA é uma doença ainda que não tem cura.

- hum.

-> ***embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue***, mas ainda não tem cura, sabemos qual é o perigo. a principal causa da SIDA é a morte, infelizmente.(GB95:SIDA)

Mais uma vez o uso do *embora* no trecho “***embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue***” denota outra função que não a de subordinação morfossintática concessiva, que se relaciona com a concessão, mas parece estar mais vinculada a acrescentar uma informação para dar mais um lance no discurso, como alguma informação contrastiva importante que precisasse ser acrescentada ao conteúdo com uma motivação interacional.

Observe-se que, prosodicamente, temos uma pausa longa e troca de turno antes da instauração da informação apresentada pelo trecho em itálico. Da mesma forma, depois da construção com *embora*, ocorre, além de pausa, repetição da porção textual que antecede *embora*, como se a construção em si representasse uma ruptura entre o que a antecede e o que a segue. Isso indica que não há integração ou dependência com uma suposta oração principal, e sim outro tipo de dependência, a discursiva, em que a informação oferecida acrescenta uma nova contribuição ao discurso acerca do tema instaurado, dessa vez com o formato de uma inserção, que pode ser associada aos segmentos parentéticos descritos por Jubran (2006). Nas ocorrências em que há presença de Movimento iniciado por *embora (que)*, *apesar de (que)* e *mesmo (que)* observa-se a inserção de uma informação de valor contrastivo acerca do tema que já está se desenvolvendo no discurso, contribuindo para a evolução da interação.

Garcia (2010) relaciona esses casos ao que Crevels (2000a) denomina de Concessivas Textuais, uma vez que não modificam a oração principal, mas sim uma unidade textual inteira precedente, o que atesta a afirmação aqui levantada de que a relação existente nesses casos é de dependência pragmática, ou melhor, interpessoal, pois, como também identificado por Garcia (2010), o falante, nessas circunstâncias, “considera pertinente informar ao ouvinte o conteúdo comunicado na oração concessiva” (GARCIA, 2010: 151).

A autora expõe ainda que, na análise de seus dados, as orações que se pospõem às subordinadas discursivas de Adendo são geralmente introduzidas por *mas*, cuja função é indicar a retomada do fio discursivo, interrompido em função da inserção da oração concessiva, papel também exercido por *então*, conforme observa-se em (28) e (29) abaixo nos exemplos do *corpus* lusófono que trazem ocorrências com a presença do marcador *mas*:

(28) -> eu, eu, eu estive, eu estive na Bélgica há, em oitenta e seis, oitenta e sete, com dezoito, dez[...], dezoito, dezanove anos, quando vim para cá odiava isto. porque não tinha nada, não havia nada – **apesar de eu na Bélgica estar numa aldeiazinha, coitadinha, de três mil habitantes, que também**

não tinha nada *mas* tinha tudo o resto ao pé - eh, então odiava Angra. "quero-me ir embora, não gosto", não sei quê. agora espanto-me a olhar para Angra e a gostar. às vezes saio e olho para as, ah, tão giro, tão bonito, uma cidade tão linda e, eh, por isso acho, precisamente que ela o[...], oferece-me tudo o que eu quero.

(29) -> o que é que a SIDA pode fazer, como é que se pode prevenir a SIDA.

- hum.

-> a SIDA é uma doença ainda que não tem cura.

- hum.

-> **embora estamos a fazer largos estudos para ver se consegue**, *mas* ainda não tem cura, sabemos qual é o perigo. a principal causa da SIDA é a morte, infelizmente.(GB95:SIDA)

Como também apontado por Garcia (2010), a propriedade de oração inserida dessas construções, na língua falada, de acordo com a PTI (JUBRAN e KOCH, 2006), consiste em *inserções parentéticas*, ou seja, uma modalidade de inserção “definida como breves desvios de um tópico discursivo, que não afetam a coesão do segmento tópico dentro do qual ocorrem” (JUBRAN, 2006a, p. 303).

De acordo com Jubran (2006), os parênteses introduzem informações relacionadas à dimensão pragmática, já que materializam a atividade interacional no texto falado, função aqui reconhecida e definida como uma inserção que acrescenta alguma informação de contraste ao tema que já está se desenvolvendo no discurso.

As orações que surgem depois dos parênteses, por sua vez, podem apresentar várias marcas de reintrodução do tópico discursivo, como as que constatamos em nossos dados, quais sejam: (i) uso de conectivos ou de pronomes que atam a oração posterior à anterior ao parêntese, representados geralmente por *mas* ou, às vezes, por *porque*; (ii) uso de marcadores discursivos sequenciadores da interação, como *não é?*, e *eh* por exemplo; (iii) repetição de itens lexicais ou de sintagmas do segmento-contexto que antecede o parêntese e, por último, (iv) parafraseamento de trechos precedentes ao parêntese. Essa repetição ou paráfrase de estruturas anteriores e posteriores à inserção, em nossos dados, também são comuns, como se observa no exemplo (29) acima.

Vale mencionar ainda um estudo realizado por Tenani (1997) que revela a tendência dessas construções parentéticas coocorrerem com aumento da velocidade da fala e mudança de tessitura (geralmente mais baixa ou mais alta do que as porções textuais anteriores e posteriores). A autora sustenta ainda que ocorre mudança na direção da altura da sílaba final acentuada (curva descendente, em geral) e ocorrências de pausa, o que assinala a formação de um grupo entonacional (TENANI, 1997: 792).

Garcia (2010) defende que a construção é inserida devido ao julgamento feito pelo falante de que a “concessão” é relevante do ponto de vista informacional, já que o falante não expressa mais do que a sua intenção comunicativa para ser compreendido (HENGEVELD e MACKENZIE, 2008, p.60).

Defendemos que essa relevância do ponto de vista informacional levada em conta pelo falante emerge da função que essa construção desempenha no discurso, reconhecida aqui como função com orientação de organização discursiva, semelhante à assinalada por Jubran (2006) quando da identificação das classes parentéticas.

Jubran identifica quatro classes de parênteses, quais sejam: (1) com foco na elaboração tópica do texto; (2) com foco no locutor; (3) com foco no interlocutor; e (4) com foco no ato comunicativo. Nessa ordem, as quatro classes refletem graus sucessivos, em um *continuum* de menor explicitação verbal do interacional no texto e maior aproximação do tópico, passando por duas classes intermediárias em que é acrescida a presentificação do locutor e do interlocutor na materialidade textual, até chegar ao afastamento máximo do tópico e conseqüente aproximação maior do ato interacional (JUBRAN, 2006).

Identificamos nos dados grande semelhança entre o papel desempenhado pela Função de Adendo e da classe parentética com foco na elaboração tópica do texto, já que essa função não está de todo distante do tema que se desenvolve antes de sua inserção.

Além disso, Garcia (2010) ao discutir as funções discursivas que as orações concessivas podem desempenhar à luz de Barth (2000), mostra que os tipos de concessivas reconhecidas como “independentes” desempenham o papel de acrescentar uma informação, o que contribui para nossa proposta de atribuição de função interacional de Adendo aos casos aqui discutidos. De acordo com a autora, podemos identificar diferentes funções discursivas para as concessivas de acordo com a posição que ocupam (GARCIA, 2010: 163):

- (i) quando antecedem a oração que tomam como escopo, ou seja, constituem Conteúdos proposicionais, previnem possíveis objeções por parte do interlocutor;
- (ii) quando se pospõem à oração que tomam como escopo, ou seja, constituem Atos discursivos, podem desempenhar duas diferentes funções: correção do que foi dito anteriormente ou preservação de face;
- (iii) quando ocorrem independentes, ou seja, constituem Movimentos, desempenham a função de preservar a face ou introduzir informações novas contrárias ao que estava sendo dito.

Aqui, consideramos que mesmo nos casos em que a autora identifica função discursiva de preservar a face para as construções que denomina independentes, o que se observa é a introdução de informações contrárias ao que vinha sendo dito no discurso, o que identifica essa função como mais abrangente, como vemos abaixo no exemplo (30) de língua falada tratado pela autora:

(30) Doc.: problema básico né? 9[(inint.)]

Inf.: 9[então ele] chega LÁ numa calculadora ele acerta tudo só que na prova não vai ter calculadora né? então a gente:: infelizmente tem que tomar a calculadora **apesar de eu ser até favorá::vel né?** ao uso de calculadora de/ de repente numa prova dependendo da prova né? então:: tem que ensinar conta prá ele (AC-81-RP,209) (GARCIA, 2010: 162)

Identificamos, nesse exemplo, a Função de Adendo para o caso de subordinação discursiva destacado, que é identificado pela autora como uma concessiva independente com função de preservar a face.

Com respeito às construções iniciadas por *como*, vejamos o exemplo (31) abaixo:

- (31) L1- e aos treze anos lembra-se de algum drama, eh, como é que eram as noites, a sua sobrevivência e como é que conseguiu até hoje manter-se?
 L2 -> bem, eh, naquel[...], na[...], naquele tempo, portanto, **como eu já antes tivera dito**, não é, eu dormia hoje aqui, amanhã ali, às vezes, eh, portanto, dormia mesmo na rua assim ao ar livre. e mais tarde eu verifiquei que estava, estava, estava mesmo a caminhar muito mal, não é, estava que nem um menino de rua e no entanto eu tive de fazer o esforço, poder trabalhar um bocadinho para ver se conseguisse um tecto para mim (Ang97:JovemGaspar)

O trecho “**como eu já antes tivera dito**” não se refere a uma oração principal anterior, mas sim a algo que foi dito muito antes da oração que antecede o trecho, a ponto de o falante querer enfatizar novamente o conteúdo que dissera anteriormente. A essa relação de dependência pragmática também denominamos subordinação discursiva. Nesse caso, *como* também protagoniza o papel de prefaciando uma inserção, de maneira a oferecer uma contribuição ao discurso no sentido de monitorar a atenção do ouvinte para algo em específico que precisa ser ativado novamente na memória desse interlocutor. Há nesse uso, inclusive um apelo de se evocar o conhecimento compartilhado entre os dois interlocutores, instaurado durante a interação, por isso a atitude do falante de se remeter a esse conhecimento por meio da inserção de um Movimento com essa função.

Sendo assim, nas construções em que os Movimentos são encabeçados por *como* observamos a ocorrência da Função Resgate. Nesses casos há intenção por parte do falante de orientar o ouvinte a ativar em sua memória informações que já foram dadas no discurso ou

informações que sejam de conhecimento de mundo e que o falante imagina que o ouvinte compartilhe com ele (STASSI-SÉ, 2012).

Tendo em vista a intenção do falante de orientar o interlocutor, identificamos nesse uso a função de monitoramento da interação, que ocorre por meio de uma inserção parentética, nos moldes explicitados por Jubran (2006).

Entretanto, nesse caso, verificamos que a Função Resgate se identifica com a classe parentética com foco no interlocutor, já que o falante se preocupa em fazer o ouvinte acessar conhecimentos do discurso e do Componente Contextual para que se dê sequência na cadeia temática.

Esse uso faz referência ao que defende Kortmann (1997) quando da especificação das categorias semânticas constantes no estudo que desenvolveu sobre a subordinação adverbial nas línguas da Europa. O autor apresenta, dentro do âmbito Modo, a relação de Comentário/Acordo, em que a construção adverbial expressa o comentário do falante em relação ao conteúdo da oração principal, tipicamente com o objetivo de afirmar a verdade e a plausibilidade do conteúdo veiculado pela oração principal, em que a oração adverbial identifica a fonte da informação do falante ou expressa acordo com a opinião de alguém, como mostra o exemplo (32) abaixo do inglês:

(32) As you Said, George has no children. (KORTMANN, 1997: 88)
Como você disse, o Jorge não tem filhos.

Entretanto, no presente estudo, reconhecemos que essa função pode ser desempenhada por uma construção que não esteja necessariamente vinculada a uma oração principal, ou seja, pode ocorrer com orientação discursiva, em um domínio transfrástico, desempenhando uma função interacional, como mostrado em (33) abaixo:

(33) - *então, como eu estava falando, então*, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa. agora, depois tem os direitos, por exemplo, direito de montar uma fábrica, direito de, ah, é, assim, sabe, direito que envolve mais responsabilidade, mais coisa. então, a mulher não tinha, ah, os loucos e... dependia da idade, não é, no direito romano. que mais? ah! e tem muita coisa assim curiosa, sabe, que você fala "puxa, mas isso não está certo." então, tanto é que eles adoptam muito, tem leis que eles, tem caso de lei que a gente teve que estudar a lei mas que não vale mais porque o costume não aceitava a lei, sabe, (...) (Bra80:MundoDireito)

No caso acima, há a presença da pausa e da mudança na tessitura, além da presença de Atos Interativos nas adjacências da construção, o que comprova seu uso no domínio discursivo, servindo para relacionar porções textuais maiores do que orações.

Da mesma maneira também podemos pensar no uso do *se* em construções como (34) abaixo:

(34) -porque isso também é um dos nossos objectivos de, portanto, que é da instituição, proMovimentor a vida e os direitos da criança com vista à sua autonomia na sociedade e à sua reintegração na sociedade, porque nós já vimos de, devido um certo tempo, não é, as crianças já estão totalmente assim bem, eh, reintegrada, **se eu posso dizer**, nós vimos que, não é, eh, achamos conveniente reinseri-los para a família de, para as suas famílias. não é isso. (Ang97:Meninos de Rua)

Esse uso de *se*, para inserir uma espécie de atenuação em relação ao que foi dito anteriormente, não se refere a uma sentença anterior específica, mas a um Movimento inteiro anterior, o que comprova também seu carácter de subordinação discursiva. O falante, por meio da inserção da construção com *se*, avalia seu comentário como algo que pode causar algum tipo de estranhamento ao interlocutor, por isso introduz um segmento para atenuar o que foi dito, instaurando outro Movimento.

Mais uma vez existe uma tendência em se monitorar a interação, assim como no uso das construções com *como*.

Por outro lado, quando o falante utiliza *se* para iniciar um Movimento, sua intenção é atenuar um subato que, do seu ponto de vista, pode gerar discordância por parte do interlocutor.

Nesse caso, há uma função metadiscursiva, como em (34) acima, em que o falante revela preocupação com relação ao uso do termo “reintegrada”, introduzida no Movimento anterior ao iniciado por *se*, com o qual se relaciona discursivamente. O falante faz uso dessa construção com o objetivo de preservar sua face. O Movimento oferece a oportunidade de o próprio falante corrigir o conteúdo que está trazendo no discurso.

Nesse uso podemos observar o estatuto de autonomia da condicional “se eu posso dizer”, que, tanto quanto as modais acima descritas, também apresentam valor parentético, funcionando como um Movimento que gera uma reação por parte do interlocutor. Entretanto, desta vez, vemos que a função desse tipo de oração independente relaciona-se a uma estratégia de polidez (BROWN e LEVINSON, 1987).

Oliveira (2004a), ao analisar a estrutura “se eu não me engano”, defende que esse tipo de condicional licencia uma estratégia de descomprometimento, ao permitir que o falante demonstre sua incerteza em relação ao Conteúdo Proposicional veiculado pelo que a autora identifica como sua oração núcleo.

Para a autora, o falante coloca seu enunciado sob o domínio do valor de incerteza, descomprometendo-se com a verdade dessa proposição e, utilizando-se desse tipo de condicional para preservar sua face, caso seja constatada a não-verdade de seu enunciado, constrói o efeito de sentido de polidez (OLIVEIRA, 2004a).

A autora também defende que as condicionais “se não me engano” podem estar passando por um processo de gramaticalização, já que, ao analisar os aspectos formais desse tipo de construção, verifica que se realizam como uma espécie de expressão cristalizada, sendo possível, inclusive, observar algumas diferenças entre essas condicionais e o que ela denomina de “condicionais comuns”.

A ocorrência de “se eu não me engano” encontrada no *corpus* confirma a preocupação do falante em não se comprometer com o que enuncia, remetendo cataforicamente a um termo que a segue, como visto em (35) abaixo:

(35)- para qual cidade você foi?

-> eu fui para Porto Alegre mas, ah, eu fiquei em cida[...], hospedada numa outra cidade vizinha, **se não me engano** é Esteio, é perto de Canoas, é uma coisa assim, e, mas depois eu peguei, junto com o pessoal da, da Federal de São Carlos, nós fomos fazer os circuitos das, ah, das vinícolas, não é, então, Bento Gonçalves, toda aquela região de, ah, de vinícolas e tal, ah, a go[...]

Podemos assim observar que, diferentemente das construções com Função Resgate, que assumem formatos diferentes em cada uma das ocorrências levantadas, sempre se referindo ao que já foi dado no discurso, o formato das estruturas de Função Salvaguarda é sempre “se eu posso dizer” ou “se não me engano”, o que, de certa maneira, serve como indicativo de gramaticalização desses tipos de segmento.

Contudo, essas construções não se referem a uma oração principal em particular, como aponta Oliveira (2004a), mas sim a porções textuais maiores, que representam proposições presentes nos segmentos anteriores ou posteriores à construção iniciada por *se*, e que não se referem a uma oração específica, o que comprova que essa estratégia de polidez, aqui representada pela Função de Salvaguarda, não se restringe à relação entre sentenças.

Brown e Levinson (1987) entendem a polidez como uma atividade de preservação da face, pela qual é permitido ao falante atenuar os efeitos indesejados que um enunciado pode produzir durante uma situação comunicativa. Nesse sentido, o Movimento inserido parece atender às necessidades do falante em relação ao que ele mesmo projeta na interação com base nas informações pragmáticas que ele acredita que o ouvinte possui, remetendo-nos, desta vez, ao papel expresso pela classe parentética com foco no locutor (JUBRAN, 2006), diferentemente das inserções que constituem Adendo e Resgate.

Em função da discussão apresentada nesta seção, constatamos que a proposta de denominar esse tipo de relação entre Movimentos de *subordinação discursiva* parece ser suficiente para interpretar as ocorrências analisadas à luz dos critérios aqui discutidos, cabe agora fundamentar no modelo teórico norteador desta pesquisa as descobertas aqui encontradas, tarefa que executaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO V

CARACTERIZAÇÃO FUNCIONAL DA SUBORDINAÇÃO DISCURSIVA

Tendo em vista a análise das Funções Transição, Adendo, Resgate e Salvaguarda propiciadas pelo capítulo anterior, procuramos agora focar suas principais propriedades no NI para, a partir daí, determinar suas propriedades interacionais, na tentativa de levantar evidências para a proposta de uma escala de dependência pragmática, em que as diferentes Funções poderão ser distribuídas conforme seu grau de orientação discursiva.

Propõe-se aqui um redimensionamento do NI do modelo da GDF, uma vez que o domínio do fenômeno aqui investigado ultrapassa a camada do Movimento. Para tal propósito se faz imperativo levar em conta as contribuições de Kroon (1997), em que, ao tratar das funções exercidas por marcadores discursivos, discute problemas que podem ser encontrados pela GF durante a transição de uma abordagem que considera a gramática da sentença para outra, que leva em conta a gramática do discurso.

5.1 Propriedades das Funções Interacionais

Sabendo que um Movimento se define como uma contribuição autônoma para o andamento da interação (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 50), e que é caracterizado por seu efeito perlocucionário, ou seja, pode ser identificado como uma reação ou pode abrir possibilidade para outra reação, verificamos que a subordinação discursiva acontece,

necessariamente, entre Movimentos. Na GDF essa camada é reconhecida como uma camada mais alta do que a do Ato Discursivo, no NI, e pode consistir de um ou mais Atos Discursivos.

De acordo com Hengeveld & Mackenzie (2008), o caráter de completude de um Movimento na língua falada pode ser indicado entonacionalmente, e, nesse caso, o NF proposto pela teoria é sensível à extensão de cada Movimento indicado no NI (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 50).

Os autores também sugerem que Movimentos, assim como Atos Discursivos, podem desempenhar funções, e assumem que essas funções devem afetar sua expressão. Entretanto, os autores argumentam que essas funções somente podem ser investigadas em relação a segmentos mais longos do discurso em que se encartam (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 52), e, por essa razão, eles se abstêm de discuti-las e representá-las.

Sendo assim, este estudo enfoca justamente esses segmentos mais longos, investigando a Função expressa pelos Movimentos iniciados por *porque*, *embora (que)*, *apesar de (que)*, *mesmo*, *como*, e *se* em casos de subordinação discursiva.

O fato de que estruturas como as indicadas em (1), (2), (3), (4) e (5) abaixo são Movimentos direcionados por Funções Interacionais e não Atos Discursivos, dirigidos por Funções Retóricas, pode ser comprovado pelo que segue:

- i. A abertura de espaço para reação do interlocutor, evidenciada em (1) abaixo por meio do Ato Interativo [*sabe?*] e pela abertura de novo turno com o segmento [*sei*]:

- (1) - o ano passado, quando t[...], aproveitou-se um congresso de médico que não se foi, aí, em vez de nós irmos ao congresso, no meio do caminho eu disse "vamos a Minas." aí, lá fomos nós para Ouro Preto, Mariana e aquilo tudo. depois fomos a São João del Rei e Tiradentes. é o que eu te disse que adorei, mas adorei! **porque eu gosto muito de coisa antiga, sabe?**,
-> sei.
- a minha família, como toda família de Pernambuco, tem uma mania de coisas antigas, de casa, de móvel, meu pai foi fazendeiro, então, tem essa história toda aí, eu gosto muito, sabe, e eu achei, mas eu achei uma be[...], adorei! (Bra80:ArteUrbana)

- ii. Retomada do fio discursivo interrompido pela inserção do Movimento, como se observa em (2) com a repetição do segmento [*como eles valorizam*]:
- (2) então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é?, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil, surpresas da fotografia)
- iii. Presença de Atos Interativos, operadores e modificadores de Movimento no início ou no final do Movimento, como demonstram [*não é?*] em (2), acima, e [*então*] em (3), abaixo:
- (3) -> *então, como eu estava falando, então*, no direito romano, a mulher não tinha direitos. ela, ah, o di[...], o, a ca[...], a pessoa que ti[...], os que tinham capacidade de, de facto, que era capacidade de ter direitos de, direitos, assim, fora os direitos normais que todos têm que é direito de escola, educação, saúde, isso todos têm independente de ser débil mental, de ser... qualquer coisa. agora, depois tem os direitos, por exemplo, direito de montar uma fábrica, direito de, ah, é, assim, sabe, direito que envolve mais responsabilidade, mais coisa. então, a mulher não tinha, ah, os loucos e... dependia da idade, não é, no direito romano. que mais? (Bra80:MundoDireito)
- iv. Referenciação às pessoas do discurso, como no segmento [**como** (você) **afirmou**] em (4), que indica preocupação com a interação:
- (4) de facto, **como afirmou**, *eh*, a situação política, *eh*, condicionou a situação linguística. antes o ensino do português era oficial, apoiado pela, governo e igreja, hoje está completamente banido. a situação actual, o aprendizagem do português foi ainda feito pela igreja, até mil novecentos noventa e dois, no Externato São José, que foi encerrado depois de doze de Novembro (TL99:Regras)
- v. A presença de pausa e de distinções de tessitura nas fronteiras do Movimento, que ajudam a marcar o fim de um Enunciado e o começo do subsequente, representadas na transcrição do exemplo (5) pela vírgula:
- (5) a... ter contactos com as, com os rapazes, *eh*, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, *eh*, passe o termo. *eh*, nós protegíamos estas

crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer**, *porque, eh*, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome, (...) (Ang97:Meninos de Rua)

Esses aspectos podem ocorrer todos simultaneamente ou combinados. Contudo, a pausa, a mudança de tessitura e a abertura para reação por parte do interlocutor acontecem sempre simultaneamente.

5.2 Usos discursivos das relações adverbiais independentes nas variedades portuguesas: Funções interacionais dos Movimentos

Mediante os aspectos discutidos acima, cada uma das relações apresenta Funções Interacionais específicas, conforme a necessidade do falante de mostrar no discurso a transição de assuntos, ou a inserção de informações contrastivas para o tema tratado, ou de lembrar o interlocutor de conteúdos já apresentados no discurso ou de atenuar informações introduzidas na situação comunicativa, para preservar a face.

Como mencionado anteriormente, as relações interacionais acima discriminadas podem ser tratadas segundo duas perspectivas: da organização discursiva e do monitoramento da interação (DIK, 1997b). Dentro dessa perspectiva considera-se que os interlocutores monitoram a estrutura hierárquica do discurso por meio da sequência linear de sentenças por eles produzida, envolvendo três fatores principais que contribuem para esse monitoramento, são eles: (i) *fenômenos de transição*, em que F indica que há uma transição de uma fase para outra do discurso, sinalizando ou um ato de entrada, ou um ato de saída de uma unidade particular do discurso; (ii) *propriedades parentéticas*, que são possíveis somente dentro do espaço discursivo,

e nunca fora dele; (iii) *explicitação metacomunicativa*, em que os interlocutores fazem referência explícita ao tipo de estrutura hierárquica que está sendo criada no discurso.

Dik (1997b) apresenta uma estruturação do evento discursivo em camadas, identificando camadas mais altas, como a do Nível Interpessoal, e camadas mais baixas, como a do Nível Representacional. A primeira camada engloba todos os aspectos do discurso com referência (i) à interação entre sujeitos; e (ii) às atitudes emocionais ou críticas dos sujeitos bem como suas avaliações do discurso. A segunda camada inclui todos os elementos do discurso relacionados a (i) como o conteúdo do discurso é organizado; e (ii) como o conteúdo é transmitido. Assim, Dik (1997b) distingue diferentes estratégias que o falante pode aplicar na criação do discurso (VAN DIJK-KINTSCH, 1983 *apud* DIK, 1997b), quais sejam: (i) *estratégias interpessoais*, que compreendem tanto o *monitoramento da interação* (servem para criar condições de interação que precisam ser preenchidas para o discurso ser implementado) quanto a *especificação da atitude do falante* (que pertencem ao registro emocional/atitudinal em que o discurso ocorre); (ii) *estratégias representacionais*, que compreendem tanto a *organização discursiva* (servem para estabelecer a organização e a apresentação do conteúdo discursivo) quanto a *execução do discurso* (servem para expressar o conteúdo efetivo do discurso).

Para o autor, as unidades de análise pertinentes a cada uma das camadas do discurso são: no Nível Interpessoal, os Atos de Fala, representados por orações simples ou complexas, que podem ser combinados com outras sequências de Atos de Fala em um nível mais alto; e no Nível Representacional, as proposições e predicções, também contidas nas orações simples e complexas.

O autor propõe que essa perspectiva estrutural para a análise do discurso deve se somar a uma perspectiva funcional e relacional, que leva em conta as relações que servem para definir

tanto a integridade global como a integridade local do discurso (MANN & TOMPSON, 1987; MATTHIESSEN & THOMPSON, 1988).

Entretanto, ao contrário do que postula Dik (1997b), propomos a incorporação das duas estratégias de *organização discursiva* e *monitoramento discursivo* ao NI do modelo da GDF, já que ambas são determinadas nesse nível, como comprova a análise de dados efetuada, e se ligam ao componente contextual da teoria, servindo na descrição e explicação de diversos fenômenos de orientação discursiva.

Com isso assumimos que as Funções Interacionais podem ser, *a priori*, de dois tipos: 1) aquelas que estão voltadas para o plano do conteúdo, materializando na interação marcas discursivas que atuam no âmbito da organização das informações que compõem o conteúdo; e 2) aquelas que estão mais voltadas ao plano da interação, ou seja, ao entrosamento entre os participantes da situação comunicativa, que atuam no monitoramento que o falante faz do discurso, levando em conta as informações pragmáticas do ouvinte.

Essa proposta se identifica com um dos princípios da PTI, perspectiva com a qual este trabalho dialoga, que trata fenômenos que se distribuem entre funções (+) ou (-) textuais e (+) ou (-) interativas, isto é, observa-se uma visão integrativa entre estruturas e processamento de estruturas textuais, o que significa reconhecer a existência de regras que caracterizam a organização do texto e a sistematicidade da atividade discursiva.

Assim, propomos aqui um espaço no NI para se discutir a orientação da Função Interacional que Movimentos podem desempenhar nas situações de comunicação.

Dessa forma, entendemos que as Funções Transição e Adendo constituem *Funções Interacionais de Organização Discursiva*, enquanto as Funções Resgate e Salvaguarda constituem *Funções Interacionais de Monitoramento Discursivo*.

Cumpramos lembrar que a Função Interacional se diferencia tanto da Função Retórica como da Função Pragmática, determinadas igualmente no NI do modelo. A primeira representa aspectos formais das unidades linguísticas que refletem a estrutura global do discurso (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 46), mas ocorre entre Atos Discursivos (Ato nuclear e Ato subsidiário), relacionando-se fundamentalmente: (i) à maneira como os Atos Discursivos são ordenados para expressar a estratégia comunicativa do falante; e (ii) às propriedades formais dos enunciados que influenciam o interlocutor a aceitar os propósitos do falante. Já a segunda, ocorre dentro de um Ato Discursivo individualmente, e é atribuída a *Subatos* (de Atribuição e de Referência), ou ao *Conteúdo Comunicado* como um todo. São as funções pragmáticas de Tópico, de Foco, e de Contraste.

Tendo diferenciado o domínio das três funções que podem ser identificadas no NI, cumpre pontuar a diferença entre a Função Retórica e a Função Interacional, já que cada uma é atribuída a uma camada diferente no NI. A GDF postula que o Ato Discursivo com Função Retórica de Motivação é caracterizado pela posição depois do Ato nuclear, uma vez que ele representa a motivação do ato precedente: $Ato_1 + Ato_2_{Motiv}$. Da mesma forma, o Ato Discursivo de Concessão, ocupa a posição de Ato Subsidiário: $Ato_1 + Ato_2_{Conc}$.

Em contrapartida, observa-se neste estudo que as Funções Interacionais ocorrem entre Movimentos centrais e subsidiários, representando aspectos discursivos das unidades linguísticas, e refletindo uma dada orientação discursiva, que se manifesta na materialidade do texto falado por meio de pistas sinalizadoras, que organizam o discurso ou monitoram a interação. Temos, assim, uma relação de dependência entre Movimentos que desempenham diferentes Funções ao contribuir para o avanço do discurso: $M_1 + M_{2\Phi}$.

5.3 Escala de dependência discursiva: propriedades de maior dependência pragmática e menor dependência semântica

Tendo em vista as discussões acima apresentadas, tudo nos leva a crer que o papel das conjunções dentro dos contextos descritos é diferente daquele desempenhado dentro da subordinação adverbial, já que passam a assumir uma Função Interacional.

As Funções Interacionais, determinadas no NI, são codificadas no NM pelas mesmas conjunções que representam no NR as funções semânticas, entretanto, nos casos das Funções Interacionais, elas se instauram no NI indo diretamente para o NM, sem passar pelo NR.

Reconhecemos essas conjunções no NM como *conjunções lexicais*, ou seja, conjunções que participam na expressão do significado, conforme sustentado por Hengeveld & Mackenzie (2008: 354). Os autores as assinalam como responsáveis por restringirem as camadas com as quais podem combinar, e apontam que, como geralmente uma camada mais alta contém todas as camadas mais baixas, construções subordinadas podem ser classificadas em termos da camada mais alta que as contém (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008: 363), o que então favorece a proposta de a subordinação discursiva ocorrer entre Movimentos que assinalam diversas Funções Interacionais.

Sendo assim, as conjunções *porque, embora (que), mesmo (que), apesar de (que), como e se* apresentam o que parece ser um uso discursivo, isto é, um uso que não se aproxima de seu contexto mais prototípico de conjunção subordinativa, em que expressam as funções retóricas de Motivação e Concessão ou as funções semânticas de modo/conformidade e condição, entre uma oração subordinada e uma oração principal. Ao invés disso, indicam Funções Interacionais.

De acordo com Kroon (1997: 23), funções interacionais são aquelas atribuídas no nível do discurso, indicando a função de um Movimento em um *Exchange* interacional, diferindo-se das

funções retóricas por ocorrerem entre Movimentos e não entre Atos, como já mencionado anteriormente, e pelas propriedades que adquire enquanto tais.

Cumprido explicar que *Exchanges* são compreendidos aqui como porções textuais de maior extensão que os Movimentos. Kroon (1997) é quem equaciona essa noção, assinalando que *Exchanges* são unidades que consistem de pelo menos um Movimento iniciado por um falante A e de um Movimento de reação proferido por um falante B, em que o termo par adjacente pode ser aplicado.

Embora a GDF não contemple a camada do *Exchange* em sua arquitetura, também não menciona nenhum tipo de restrição a respeito do reconhecimento de camadas mais altas que possam levar em conta porções textuais maiores na tentativa de explicar fenômenos linguísticos de abrangência discursiva. Assim, propomos aqui que essa camada seja incorporada à arquitetura do modelo como uma camada mais alta do NI, denominada *Discurso*, consistindo-se de um ou mais Movimentos em monólogos estendidos ou em reações que constituam diferentes turnos, como parece ser necessário para explicar o uso discursivo das conjunções levadas em conta aqui.

Ao fazer isso, esta pesquisa traz uma explicação para o uso discursivo das conjunções aqui apontadas fora do domínio da subordinação adverbial, concentrando-se em outra perspectiva, o domínio da *subordinação discursiva* e da *relação interacional*, discutidas por Kroon (1997).

A autora propõe o conceito de “subordinação discursiva” para explicar as unidades do discurso que podem ocorrer como subsidiárias em termos dos propósitos conversacionais do falante com relação a unidades discursivas mais centrais do mesmo tipo (KROON, 1997:2). Segundo a autora, esse tipo de relação central-subsidiária pode ocorrer não só entre Atos Discursivos, mas também em um nível textual mais global entre Movimentos sucessivos de um

monólogo estendido (KROON, 1997:21), como parece ser o caso para alguns Movimentos apresentados aqui.

Já o conceito de “relação interacional” é definido por Kroon (1997) como aquele que ocorre entre Movimentos constituintes de um *Exchange*. De acordo com a autora, Movimentos que ocorrem nesse tipo de contexto, devem ter funções interacionais, enquanto Movimentos que ocorrem em contexto de subordinação discursiva apresentam Funções Retóricas.

Nossa proposta, entretanto defende que tanto os Movimentos que ocorrem em monólogos estendidos quanto os que ocorrem entre turnos estabelecem relações interacionais e, por isso apresentam subordinação discursiva.

Assim, além de levar em conta os conceitos de função interacional e subordinação discursiva, faz-se necessário incluir a noção de “estrutura temática”, que representa aqui o ponto de partida para a determinação da escala de subordinação discursiva que pretendemos propor para as relações aqui tratadas.

Como pode ser observado, os diferentes Movimentos aqui analisados, representados por diferentes funções, parecem se distribuir diferentemente em relação ao enfoque que privilegiam: ora voltando-se para o conteúdo da mensagem, ora para o locutor, ora para o ouvinte. Isso só pode ser determinado levando-se em conta a estrutura temática dos Movimentos envolvidos, já que é a partir dela que podemos identificar se houve maior ou menor desvio em relação às intenções pragmáticas de se organizar o discurso com respeito ao fio temático que o conduz ou em direção ao monitoramento dos participantes da situação comunicativa.

Interessa salientar que os Movimentos iniciados por *porque* marcam a transição entre estruturas temáticas diferentes, reforçando o argumento que reconhece sua natureza discursiva de focar o conteúdo temático, já *embora (que)*, *apesar de (que)*, e *mesmo (que)* se desviam do tema para acrescentar informação contrastiva em relação ao conteúdo, mostrando um enfoque

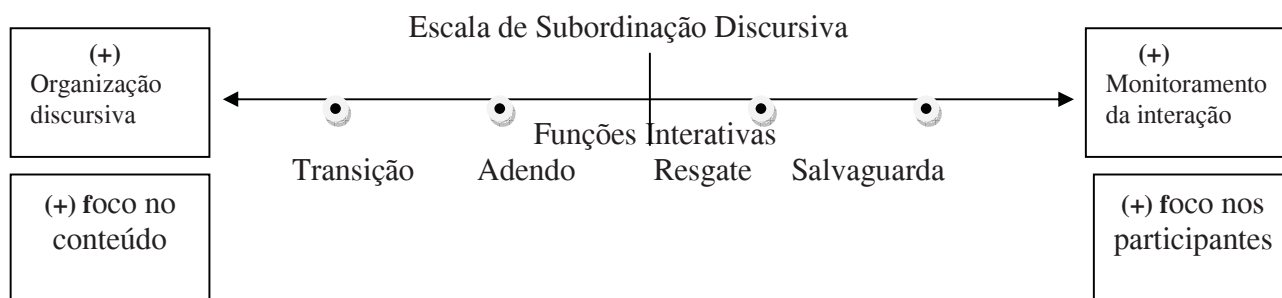
menor em relação ao tema se comparado com a relação estabelecida pelo *porque*. Diferentemente, *como* se desvia do tema para chamar a atenção do falante para algo que já foi falado e que é importante acordar na memória do interlocutor, assinalando maior enfoque no interlocutor, enquanto *se* desvia-se do tema para inserir um comentário atenuante do falante, que está preocupado em preservar sua face frente a algo que foi introduzido no discurso, conseqüentemente enfocando seu papel no discurso e chamando atenção para si.

Partindo dessas evidências, propomos que os três conceitos aqui enfocados – subordinação discursiva, função interacional e estruturação temática – sejam levados em conta pela GDF no NI. Assim, deve ser considerada uma outra camada, a que denominamos *Discurso*, para abrigar essas novas Funções Interacionais: Transição, Adendo, Resgate e Salvaguarda. Essas funções se diferem das outras funções desse nível: as Funções Retóricas que ocorrem entre Atos Discursivos e as Funções Pragmáticas, atribuídas à camada do Conteúdo Comunicado. Diferenciam-se também das funções semânticas, próprias do NR, quais sejam: Causa, Razão e Explicação¹, Concessão, Modo e Condição.

Dessa forma, identificamos que as construções aqui tratadas compõem uma escala que parte de usos mais articulados ao tema até chegar a usos mais articulados aos interlocutores, o que define a propriedade das construções de servir a uma orientação de maior organização discursiva ou maior monitoramento discursivo.

Assim consideramos que o domínio discursivo, determinante para esse tipo de construção, é hierarquicamente superior aos domínios representacionais, morfossintáticos e fonológicos, o que, por conseguinte, nos direciona para a proposição de uma escala de dependência discursiva em que importa evidenciar as propriedades dessas construções e não seu grau de subordinação discursiva, como ilustrado abaixo:

Figura 4: Escala de Subordinação Discursiva



Nessa escala todas as construções são subordinadas discursivas desempenhando uma determinada função interacional, a partir da qual se especifica sua proximidade do polo que demonstra a propriedade de organizar o discurso ou do polo que retrata a função de monitorá-lo.

Sendo assim, essa escala nos oferece um panorama do funcionamento das Funções Interacionais, em que se pode identificar entre os polos as funções que operam no plano do conteúdo (Transição), as que se afastam um pouco dela sem ainda focar diretamente o interlocutor (Adendo), passando pelas construções que privilegiam o ouvinte (Resgate), até chegarmos à que enfoca o falante (Salvuarda).

5.4 Implicações para a GDF

Neste trabalho mostramos que as conjunções *porque*, *embora (que)*, *apesar de (que)*, *mesmo (que)*, *como* e *se* apresentam uso discursivo, que extrapola o domínio da subordinação morfossintática e semântica, consistindo em funções Interacionais no NI. Quando representam Funções Interacionais, as conjunções assumem as propriedades de: (i) conectar pragmaticamente dois Movimentos na interação verbal; e (ii) promover a organização do discurso e o monitoramento da interação.

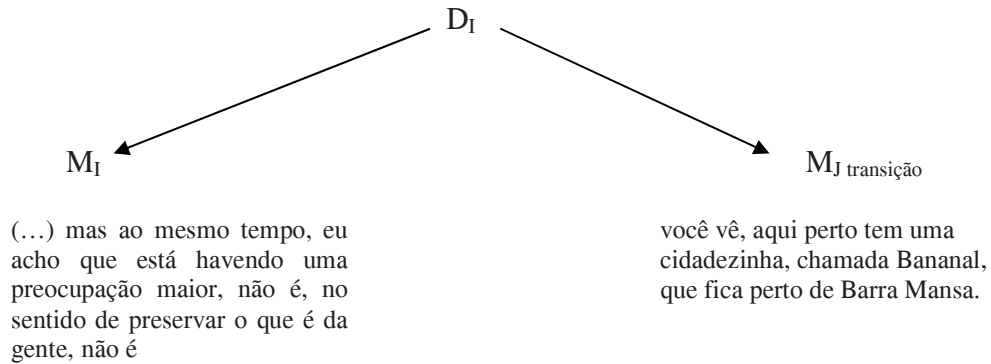
¹ Para maiores detalhes confira Sposito (2012).

A exemplo disso, a formalização abaixo de (13) em (13') demonstra como a Função Interacional de Transição opera no NI a partir do uso do *porque*:

- (13) - abandonada? mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. agora, vou te dizer um negócio, mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, **porque** você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa.
 -> não conheço.
 - é uma cidade que também tem muito coisas antigas. mas é uma tristeza, as pessoas do lugar não dão o menor valor, sabe, por exemplo, eles acham que coisa antiga é coisa velha. então botam para, arrebentam com o negócio, acham lindo fazer uma casa assim gênero planalto, é, palácio da alvorada... (Bra80:ArteUrbana)
- (13') (D_i: [(M_i - mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é,- (M_i)) (M_j: - você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa. - (M_j)) Transition] (D_i))

Inicialmente o tema dessa interação trata da “preservação de coisas antigas de forma geral” e o uso do *porque* engatilha o desenvolvimento de um tema mais específico, identificado como “a cidade de Bananal”, que, de acordo com o falante, parece ser repleta de coisas para serem preservadas. Essa transição de um tema geral para um assunto em particular é marcada pela presença de *porque*, que representa a Função Interacional de Transição, refletida na relação entre o Movimento (M_j) [*você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa*] e o Movimento anterior (M_i) [*mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é*]. Ambos os Movimentos integram um *Discurso* (D_i) que abrange todo o turno [*abandonada? mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. agora, vou te dizer um negócio, mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, **porque** você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa.*] A figura (5) abaixo representa esquematicamente a formalização acima representada em (13'):

Figura 5: Atribuição de Função Interacional na GDF



A formalização em (12') e o esquema em (5) acima trazem a unidade Discurso (D) integrando o NI da GDF, como uma camada hierarquicamente superior à camada do Movimento, que implica na reconsideração da organização hierárquica desse nível, que pode ser representada como segue:

(14)

(π D ₁ : [
(π M ₁ : [Discurso
(π A ₁ : [Movimento
(π F ₁)	Ato Discursivo
(π P ₁) _S	Ilocução
(π P ₂) _A	Falante
(π C ₁ : [Ouvinte
(π T ₁) _Φ	Conteúdo Comunicado
(π R ₁) _Φ	Subato Atributivo
] (C ₁) _Φ	Subato Referencial
] (A ₁) _Φ	Conteúdo Comunicado
] (M ₁) _Φ	Ato Discursivo
] (D ₁) _Φ	Movimento
	Discurso

Ao assumir a existência de uma camada mais alta que a do Movimento no NI, é necessário deixar aberta a possibilidade de operadores e funções diversas atuarem nessa camada, escopando porções textuais maiores do discurso, por isso decidimos levar isso conta no quadro

acima representado. Essa escolha nos pareceu bastante apropriada, já que pode servir de base teórica para futuros trabalhos que tratem de construções operando no domínio discursivo.

Hengeveld (1997), em um estudo sobre a coesão na Gramática Funcional, já prenunciava o reconhecimento de um nível de análise que remetesse ao discurso para explicar o uso, em textos escritos, de alguns elementos gramaticais que marcam fronteira entre parágrafos ou mesmo entre porções maiores que parágrafos.

O autor propõe um nível de análise denominado *Nível Retórico* para representar a função exercida por elementos gramaticais que relacionassem *Movimentos* (conceito ainda em desenvolvimento naquela época) ou unidades ainda maiores, denominadas pelo autor de *Discursos* (conceito que acabou não sendo utilizado na Gramática Discursivo-Funcional). De acordo com Hengeveld (1997), esse nível deveria conter variáveis para o discurso como um todo (D), para o tipo de discurso (T), e para os Movimentos (M) constituintes do discurso.

Para tal proposição o autor levou em conta o funcionamento de elementos gramaticais da língua *Koryak*, como o *va^εyuk*, definido pelo autor como um marcador de parágrafo, que introduz partes tematicamente coerentes do discurso narrativo, ou seja, Movimentos, ou como o *aeεo'ε*, palavra usada ao final de narrativas com o sentido de “fim”. Para o autor, esses elementos exercem função coesiva, exclusivamente observada em contextos narrativos, e relacionam porções textuais maiores que orações, devendo ser consideradas no Nível Retórico.

Dessa forma, vemos que a proposta aqui discutida pode ser uma ferramenta útil também para explicar fenômenos próprios de textos escritos, que envolvem a coesão e a coerência, e que em geral ficam à margem, justamente por relacionarem porções textuais que ultrapassam o domínio da oração.

Sendo assim, da mesma maneira que pudemos identificar como opera a Função Transição no NI, acima disposta, podemos também identificar as outras Funções operando, como demonstrado abaixo:

- (15) então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, **embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é**, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil, surpresas da fotografia)
- (15') (D_I: [(M_I,- pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles,- (M_I)) (M_J: - Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é? - (M_J)) Adendo] (D_I))
- (16) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares porque, **como sabemos, eh**, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)
- (16') (D_I: [(M_I,- inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares - (M_I)) (M_J: - sabemos, eh - (M_J)) Resgate (M_k - eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher- (M_k))Transição] (D_I))
- (17) a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer, porque, eh**, eu, aconteceu o problema do, dum menina, esqueço o nome, (...) (Ang97:Meninos de Rua)
- (17') (D_I: [(M_I,- eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado - (M_I)) (M_J: - eu posso dizer - (M_J)) Salvaguarda (M_k - eh, eu, aconteceu o problema do, dum menina, esqueço o nome, (...)- (M_k)) Transição] (D_I))

Como se observa pelas representações acima, os Movimentos com funções interacionais podem, inclusive, se inserirem uns nos outros, se tiverem propriedade parentética, como é o caso do exemplo (16), que carrega a função Resgate.

Sendo assim, da mesma maneira que no NI tivemos que incluir uma camada mais alta para abranger o fenômeno aqui investigado, o mesmo ocorre no NM, já que as Funções Interacionais são codificadas nesse nível por meio de conjunções lexicais.

Nesse sentido, propomos que as relações estruturais no NM ocorram entre Expressões Linguísticas, constituindo uma camada mais alta, aqui denominada *Texto* (Te). Dessa forma, há no plano morfossintático um tipo de subordinação, entre Expressões Linguísticas, na camada do Texto.

Importante ressaltar que a subordinação adverbial é entendida na GDF como um fenômeno que se dá numa relação de *constituência*, enquanto a subordinação entre Expressões Linguísticas se dá na relação entre unidades independentes morfossintaticamente uma das outras, que constituem um *Texto*. Dessa forma, as conjunções indicam uma relação que, no NI, é reconhecida como de *dependência* discursiva.

Há, assim, a seguinte representação para o NM:

(15)

(Te ₁ : [Texto
(Le ₁ : [Expressão Linguística
(Cl ₁ : [Oração
(X _{p1})	Sintagma
(X _{w1})	Palavra
] (Cl ₁)	Oração
] (Le ₁)	Expressão Linguística
] (Te ₁))	Texto

Levando em conta o que se apresentou acima, temos para o trecho abaixo em (18) a seguinte representação em (18'):

(18) - abandonada? mas eu acho que tud[...], dá, dá, dá uma sensação. em Ouro Preto, então, é muito, não é, é muito. agora, vou te dizer um negócio, mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é, **porque** você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa. (Bra80:ArteUrbana)

- (18') (Te_i: [(Le_i - mas ao mesmo tempo, eu acho que está havendo uma preocupação maior, não é, no sentido de preservar o que é da gente, não é,- (Le_i)) **porque** (Le_j: - você vê, aqui perto tem uma cidadezinha, chamada Bananal, que fica perto de Barra Mansa. - (Le_j))] (Te_i))

Da mesma forma podemos representar as outras relações de subordinação entre Expressões Linguísticas como segue:

- (19) então, ah, você perde esse referencial. então quem te guia realmente ali dentro são os mapas, não é, que foi a primeira coisa que nós fizemos quando chegamos lá, procurar onde era o serviço de turismo para poder pegar, pegar os mapas e tal, não é, ah, ver a questão de prá[...], de, do, d[...], assim, ah, ah, o quanto dete[...], ah, pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles, **embora Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é**, você vê como eles valorizam, como um, um turista chega lá, eles querem te mostrar "olha o rio Guaíba que co[...], passa ali, o nas[...], po[...], o nascer do sol é super, o poente é superlindo", não é (Brasil, surpresas da fotografia)

- (19') (Te_i: [(Le_i,- pelo menos para mim foi diferente ver assim como eles valorizam aquela cidade, como eles,- (Le_i)) **embora** (Le_j: -Porto Alegre seja uma cidade bem grande, não é? - (Le_j))] (Te_i))

- (20) -> inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares porque, **como sabemos, eh**, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (GB95:MulherAfricana)

- (20') (Te_i: [(Le_i,- inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares - (Le_i)) **como** (Le_j: - sabemos, eh - (Le_j)) **porque** (Le_k - eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher-(Le_k))] (Te_i))

- (21) a... ter contactos com as, com os rapazes, eh, os meninos de rua, bom, aquelas [...] eram consideradas, assim, como prostitutas, não é, posso assim dizer, eh, passe o termo. eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado, **se eu posso dizer, porque, eh**, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome, (...) (Ang97:Meninos de Rua)

- (21') (Te_i: [(Le_i,- eh, nós protegíamos estas crianças devido também ao, à boa parte de caridade que nós temos, não é, o amor, não é assim, bem, bem elevado - (Le_i)) **se** (Le_j: - eu posso dizer - (Le_j)) **porque** (Le_k - eh, eu, aconteceu o problema do, duma menina, esqueço o nome, (...) - (Le_k))] (Te_i))

Como se observa, é possível considerar no NM uma relação entre Expressões Linguísticas, já que a codificação das Funções Interacionais aqui discutidas ocorre, no NM, por meio das mesmas conjunções que codificam as Funções Semânticas e as Funções Retóricas.

Com isso demonstramos algumas das consequências teóricas que se originaram a partir dos resultados da investigação aqui realizada, centrada no plano discursivo, objetivando encontrar um lugar na GDF para as “construções adverbiais sem núcleo”, justamente por acreditarmos que elas sejam bem mais que isso, representando Movimentos com diferentes Funções Interacionais, utilizadas de maneira a conferir organização ao discurso ou monitoramento à interação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta inicial desta pesquisa era investigar as relações de (i) propósito, (ii) posterioridade temporal, (iii) anterioridade temporal, (iv) simultaneidade temporal, (v) causa, (vi) razão, (vii) explicação, (viii) adição, (ix) concessão, (x) condição e (xi) modo, entretanto, restringimos o escopo do estudo às relações de (i) explicação, (ii) concessão, (iii) condição e (iv) modo, uma vez que as outras relações não se realizaram como orações independentes dentro do domínio do *corpus* selecionado para a pesquisa, o que mostra que uma das hipóteses apresentadas inicialmente não se confirma. Assumimos aqui que a motivação para que essas relações semânticas não tenham ocorrido como independentes esteja ligada à natureza dessas relações, ou seja, é possível dizer que as relações adverbiais que atuam nas camadas mais baixas, tenderão a não aparecerem como adverbiais independentes.

Dessa forma, à luz da Gramática Discursivo-Funcional (GDF), procuramos apresentar uma explicação para a ocorrência de construções iniciadas por *porque*, *embora (que)*, *apesar de (que)* *mesmo (que)*, *como* e *se* em português fora do contexto de subordinação adverbial, assumindo diferentes papéis na interação.

Cabe lembrar que dentre os trabalhos que investigam construções desse tipo, nenhum outro, além de Garcia (2010), quando da descrição da relação adverbial concessiva independente em tese de doutorado sobre a relação adverbial concessiva, se utiliza do escopo da GDF para sua análise.

Para alcançar tal objetivo apresentamos no primeiro capítulo os pressupostos teóricos que ancoram esta pesquisa, oportunizando um breve panorama de como funciona o modelo teórico da

Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD & MACKENZIE, 2008), teoria base para esta investigação. Ademais, oferecemos os principais pressupostos da Gramática Funcional (DIK, 1997b), de suma importância para a fundamentação da proposta de se encontrar outra função que não a semântica ou a retórica para as construções aqui estudadas, e da Perspectiva Textual Interativa (KOCH & JUBRAN 2006), que muito contribuiu para o enfoque discursivo dado ao nosso fenômeno, com a qual este estudo dialoga no que diz respeito às noções de segmentação tópica e de parentetização.

No segundo capítulo apresentamos uma revisão bibliográfica acerca dos diferentes tratamentos dados ao nosso objeto, na tentativa de demonstrar que muito já se avançou na pesquisa dessas estruturas identificadas como orações subordinadas sem núcleo. É nesse capítulo que damos grande atenção aos estudos desenvolvidos por Decat (2011) na descrição pormenorizada das desgarradas no português, e Garcia (2010), na descrição das concessivas independentes no português brasileiro, que muito contribuíram para a descrição e explicação desse tipo de estrutura, estudos estes de fundamental importância para nortear nossa principal hipótese de pesquisa: de que as construções aqui investigadas não se tratam de casos de subordinação adverbial, mas sim de um fenômeno motivado discursivamente.

No terceiro capítulo, apresentamos uma metodologia objetivando levantar os dados e delimitar nosso objeto de pesquisa, na medida em que ele assumisse propriedades (+) sentenciais e (-) nominais. Isso foi feito com o objetivo de reafirmar seu estatuto de independência morfossintática e semântica. Para alcançar tal objetivo nos utilizamos dos pressupostos apresentados por Cristofaro (2003) quando da proposição de uma hierarquia implicacional com base em parâmetros como o de dessentencialização, adaptado de Leehmann (1988). Partindo de critérios que apontam para a direção da sentencialização (reafirmando o estatuto de autonomia sintática e semântica dessas construções) e que se adequam aos níveis de análise da GDF

(trazendo as propriedades assumidas por elas), conseguimos analisar os dados e levantar uma série de discussões e descobertas acerca dessas construções, além de propor algumas sugestões teóricas.

Dentre as discussões levantadas no quarto capítulo, está a interpretação que este trabalho ofereceu a esse tipo de fenômeno, com base nas propriedades identificadas a partir dos critérios de análise propostos: tais ocorrências, no NI, assumem propriedades de *Movimentos*, No NR são *Conteúdos Proposicionais*, no NF são *Enunciados* e no NM de análise atingem o estatuto formal de *Expressões Linguísticas*, ou seja, estruturas que se configuram como qualquer conjunto de pelo menos uma unidade que pode ser utilizado independentemente (HENGEVELD E MACKENZIE, 2008), o que oferece a esse tipo de construção, denominada pela literatura corrente como “não subordinada”, “desgarrada”, ou “independente”, uma categoria formal em que se inserir.

Esses resultados indicam que as relações adverbiais às quais se restringiu esta pesquisa constituem, minimamente, Atos Discursivos, o que, de certa forma, comprova duas das hipóteses teóricas deste trabalho, a primeira, que assume as construções em questão como estruturas independentes, que apresentam ilocução própria, envolvem o falante e o ouvinte e contêm um conteúdo comunicado, e a segunda, decorrente da primeira, que aponta que essas construções constituem Atos Discursivos Comunicativos, que se constituem de no máximo quatro componentes: uma ilocução (IL), que indica a finalidade do ato verbal, um falante (F), um destinatário (D) e um conteúdo comunicado (C).

Dessa forma, sabendo-se que orações adverbiais independentes, ou desgarradas referem-se a um mesmo tipo de fenômeno que emerge no nível da organização do discurso entre porções textuais maiores, mais que na relação de “(in)dependência” entre orações, propõe-se aqui a

abordagem das construções sem núcleo iniciadas por *porque*, *apesar de (que)*, *embora (que)*, *mesmo (que)*, *como* e *se* em um nível diferente de subordinação, orientada discursivamente.

Mostramos, a partir do capítulo quatro, que esses usos podem ser compreendidos como Funções Interacionais de Transição (*explicação*), Adendo (*concessão*), Resgate (*modo/conformidade*) e Salvaguarda (condição), determinados no NI da teoria, atribuídos a Movimentos, que imprimem um marca discursiva, como exposto abaixo:

1. A Função Transição contribui para mudança de assunto e se manifesta no NM pela conjunção *porque*.
2. A Função Adendo envolve Movimentos que inserem informação nova, considerada importante pelo falante não só por salvaguardar sua própria face, mas também e principalmente por acrescentar informação contrastiva acerca do conteúdo introduzido por ele no discurso, codificadas no NM pelas conjunções *embora (que)*, *apesar de (que)* e *mesmo (que)*.
3. A Função Resgate envolve Movimentos usados para evocar uma informação já compartilhada em algum outro momento do desenvolvimento discursivo, tendo assim a função de lembrar o ouvinte ou resgatar de sua memória informações já apresentadas, e é codificada no NM pela conjunção *como*.
4. A Função Salvaguarda revela a insegurança do falante em relação ao que está sendo afirmado (ao conteúdo comunicado dos Atos do Movimento anterior), indicando uma preocupação metadiscursiva, em que o falante procura preservar a própria face, manifestando-se no NM pelo uso da conjunção gramatical *se*.

No quinto capítulo, mostramos que as Funções Interacionais podem atuar tanto na organização discursiva como no monitoramento da interação; o que determina sua orientação é a proximidade em relação à organização do conteúdo temático apresentado ou a proximidade em

relação ao monitoramento dos participantes da interação. Assim, propomos nesse capítulo uma escala de subordinação discursiva. Essa escala nos oferece um panorama do funcionamento das Funções Interacionais, em que podemos identificar entre os pólos as funções que operam no plano do conteúdo (Transição), as que se afastam um pouco dela sem ainda focar diretamente o interlocutor (Adendo), passando pelas construções que privilegiam o ouvinte (Resgate), até chegarmos naquelas que enfocam o falante (Salv guarda).

Mostramos também que a atribuição de Função Interacional a esse tipo de construção leva a uma implementação teórica essencial na GDF, que é a consideração de porções textuais maiores na análise de fenômenos orientados discursivamente. Assim, sugerimos a incorporação de outra camada ao NI da teoria, a camada do Discurso (D), que é mais alta do que a camada do Movimento e representa a relação entre dois ou mais Movimentos de um mesmo turno ou de diferentes turnos formando uma unidade discursiva mais abrangente.

Sendo assim, identificamos também outra consequência teórica, a necessidade de se considerar o acréscimo de mais uma camada no NM, mais alta que a Expressão Linguística, a camada do Texto (Te). Essa necessidade surge do fato de as Funções Interacionais serem codificadas no NM por meio das mesmas conjunções lexicais utilizadas na subordinação adverbial, uma vez que nesse nível temos a relação entre Expressões Linguísticas que constituem um Texto.

Ademais, identificamos que a existência de uma camada mais alta no NI ressalta uma importante questão, que é a possibilidade de considerar que Movimentos, conectados por Funções Interacionais, podem ser discursivamente dependentes uns dos outros, em representações subjacentes na GDF. Essa descoberta levanta uma importante discussão sobre as relações de dependência entre unidades linguísticas, e, a partir disso, concluímos que a melhor sugestão é abordar a noção de subordinação no domínio de porções textuais maiores do discurso.

Em função disso, nós propomos para esse tipo de subordinação que se dá no plano do discurso, a categoria de *subordinação discursiva*, que nos parece bastante apropriada não apenas para os casos aqui investigados, mas para quaisquer outras conjunções que possam ter propriedades semelhantes de conectar Movimentos com diferentes Funções Interacionais.

Nesse sentido, nossa maior contribuição nesse domínio parece ser a o fato de que Movimentos dependentes pragmaticamente uns dos outros pela presença de Funções Interacionais são casos de subordinação sim, porém, em outro nível, o discursivo e devem ser tratados na teoria da GDF no NI.

Por meio das descobertas aqui discutidas e das consequências teóricas resultantes da análise qualitativa exaustiva aqui demonstrada, procuramos explicar e situar essas construções dentro do modelo teórico que ancora esta pesquisa, de modo a apresentar contribuições que ampliam esse modelo na tentativa de atender a fenômenos de orientação discursiva.

Com isso, esperamos que essas proposições teóricas continuem a ser empiricamente testadas por trabalhos que levem em conta outras conjunções operantes no NI enquanto Funções Interacionais, fazendo com que a noção de subordinação discursiva possa ser consolidada dentro da literatura que trata da subordinação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALI, M. Said. **Grammatica Secundaria da Língua Portuguesa**, 2ª Ed. SP: Melhoramentos, 1927.

AUGUSTO, M. R. A., BERLINCK, R. A., SCHER, A. P. Sintaxe. **Introdução à linguística: domínios e Fronteiras**, v.I / Fernanda Mussalin, Anna Cristina Bentes (orgs.) SP: Cortez, p. 207-44, 2001.

BARLOW, M.; KEMMER, S. **Usage-based models of language**. Stanford, 2000.

BARTH, D. "That's true, although not really, but still": expressing concession in spoken English. In.: KUHLEN, E.C. & KORTMANN, B. (eds) **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, p. 411-37, 2000.

BECHARA, Evanildo. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Ed. Lucerna, 2000.

_____. **Moderna gramática portuguesa**. 37ª ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BROWN, G., & YULE, G. **Discourse Analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. **Politeness: some universals in language usage**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

BUTLER, C. S. Focusing on focus: a comparison of functional grammar, role and reference grammar and systemic functional grammar. **Language Sciences**, Amsterdam, v. 27, n. 6, p. 585-618, Nov. 2005a.

_____. Functional approaches to language. In: BUTLER, C. S.; GÓMEZ-GONZÁLEZ, M. L. A.; DOVAL-SUÁREZ, S. M. (Ed.). **The dynamics of language use: functional and contrastive perspectives**. Amsterdam: John Benjamins, p. 3-17, 2005b. (Pragmatics & Beyond, 140).

_____. **Structure and function: a guide to three major structural-functional theories**. Part 1: Approaches to the simplex clause. Amsterdam: John Benjamins, 2003a.

_____. **Structure and function: a guide to three major structural-functional theories**. Part 2: From clause to discourse and beyond. Amsterdam: John Benjamins, 2003b.

_____; HENGEVELD, K. Functionalism. In: KABATEK, J.; KORTMANN, B. (Ed.). **Theories and methods in linguistics** (Wörterbücher der Sprach-und Kommunikationswissenschaft). Berlin: Mouton de Gruyter, 2009. Disponível em: <<http://www.home.hum.uva.nl>> Acesso em: 23 fev. 2009.

BYBEE, J. From usage to grammar: The mind's response to repetition. In: **Language**, p.711-33, 2006.

_____; Hopper, P. **Frequency and the emergence of linguistic structure**. Amsterdam, 2001.

CASTILHO, A. T. de **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

_____. Apresentação. In JUBRAN, C.C.A.S. & KOCH, I.G.V. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v I, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006, p. 7-25.

CHAFE, Wallace L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W.L. (Ed.) **The Pear Stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production**. Norwood: Ablex, 1980.

_____. **How people use adverbial clauses**. In: Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society, 10, 1984, Berkeley. Proceedings. . . Berkeley: Berkeley Linguistics Society, p.437-49 1984.

_____. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN & THOMPSON (Ed.) **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p. 1-27, 1988.

_____. **Discourse, consciousness, and time: the flow and displacement of conscious experience in speaking and writing**. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

ČERMÁK, F. Prague School of linguistics today. In: **Linguistica Pragensia**, p. 1-15, 1995.

CONTINI-MORAVA, E.; GOLDBERG, B.S. **Meaning as explanation: Advances in linguistic sign theory**. Berlin, 1995.

CONTINI-MORAVA; KIRSNER, R.S.; RODRÍGUEZ-BACHIOLLER, B. **Cognitive and communicative approaches to linguistic analysis**. Amsterdam, 2004.

CREVELS, M. **Concession: a typological study**. Dissertation, Amsterdam: University of Amsterdam, 2000a.

CRISTOFARO, S. **Subordination**. Oxford: University Press, 2003.

CUNHA, C., LINDLEY CINTRA, L. F. **Nova gramática do português contemporâneo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DANCYGIER, Barbara. **Conditionals and prediction**. Time, knowledge and causation in conditional constructions. Cambridge: Cambridge University Press, Cambridge Studies in Linguistics, v. 87, 1998, 214p.

DECAT, M. B. N. **Leite com manga, morre!:** da hipotaxe adverbial no português em uso. São Paulo: PUC, 1993. (Tese. Doutorado em Linguística Aplicada ao Ensino de Línguas).

_____. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da Noção de ‘unidade informacional’. **Scripta**, Belo Horizonte, PUC-MINAS, v. 2, n.4, 1º sem., p. 23-38, 1999.

_____. Uma abordagem funcionalista da hipotaxe adverbial em português. **Revista Série Encontros** (Descrição do Português: abordagens funcionalistas), ano XVI, n.1, Araraquara, SP: UNESP, p. 299-318, 1999a.

_____. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: aposição rumo ao ‘desgarramento’. **Scripta** (Linguística e Filologia), v.5, n.9, Belo Horizonte: PUC Minas, 2º sem, p. 104-118, 2001a.

_____. A articulação hipotática adverbial no português em uso. IN: DECAT *et al* **Aspectos da gramática do português: uma abordagem funcionalista**. Campinas, WP: Mercado de Letras, 2001b, (Coleção Idéias sobre Linguagem).

_____. Oralidade e Escrita: a articulação de cláusulas no processo de retextualização em português. **Veredas** (Revista Estudos Lingüísticos), v. 8 n. 1 e 2, Juiz de Fora, Jan./Jun., p. 79-101, 2004.

_____. A gramática da focalização em português: estruturas “desgarradas”. XV Congresso Internacional da ALFAL. Projeto de Pesquisa Gramática do Português. Montevideu, 18 a 21 de agosto de 2008: www.mundoalfal.org/ProjCamacho.htm

DIK, S. C. **The Theory of Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. **The Theory of Functional Grammar**. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997b.

_____. On the semantics of conditionals. In: **Layers and Levels of Representation in Language Theory**, Nuyts, Jan, A. Machtelt Bolkestein and Co Vet (eds.), 233 ff, 1990.

_____. Formal and semantic adjustment of derived constructions. In: Bolkestein *et al.* (eds). **Predicates and terms in Functional Grammar**. Dordrecht/Cinnaminson: Foris, p. 1-28, 1985.

_____. HENGEVELD, K. The hierarchal structure of the clause and the typology of perception verb complements. **Working Papers in Functional Grammar**, n. 37, 1990.

FÁVERO, L.L., ANDRADE, M. L. C. V. O., AQUINO, Z. G. O. O par dialógico pergunta-resposta. In.: JUBRAN, C.C.A.S. & KOCH, I.G.V. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v I, Campinas, SP:Editora da Unicamp, 2006.

FERREIRA, M. B. **Cláusulas condicionais: uma abordagem funcional discursiva**, 2007. Dissertação (Mestrado em Letras Vernáculas) Faculdade de Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GARCIA, O. **Comunicação em Prosa Moderna**, Editora Fundação Getúlio Vargas, 10ª Ed., 1982.

GARCIA, S. T. **As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da Gramática Discursivo-Funcional**, 2010. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística). Unesp Câmpus de São José do Rio Preto.

GIVÓN, T. **Functionalism and grammar**. Amsterdam, 1995.

_____. **Syntax: A Functional-Typological Introduction**. V. II. Amsterdam/Philadelphis: Jons Benjamins Publishing Company, 1990.

_____. **English Grammar**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1992.

GÓIS, Carlos. **Método de análise (léxica e lógica) ou sintaxe das relações**. 20.ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1955, 192 p.

HAIMAN, J. **Iconic and Economic Motivation**. *Language*, n.59, v.4, p.781-819, 1983.

_____. & THOMPSON, S.A. “Subordination” in Universal Grammar. In: **Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 10, 1984, Berkeley. *Proceedings*. . . Berkeley Linguistics Society, p. 510-523, 1984.

HALLIDAY, M.A.K.; MATTHIESSEN, C.M.I.M. **Construing experience through meaning: A language-based approach to cognition**. London, 1999.

_____. **An Introduction to functional grammar**, 3rd ed. revised by C.M.I.M. Matthiessen. London, 2004.

_____ & HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

_____ **An introduction to functional grammar**. London: Edward, Arnold Publishers, 1985.

HARRIS, M. Concessive clauses in english and romance. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S.A. (Ed.). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins, p. 71-99, 1988.

HAYES, BRUCE ‘The prosodic hierarchy in meter’, in Paul Kiparsky and Gilbert Youmans (eds.), **Rhythm and Meter**. Orlando, FL: Academic Press, p. 201–60, 1989.

HENGEVELD, K. Illocution, mood, and modality in a Functional Grammar of Spanish. *Journal of Semantics* 6.3/4, 227-269, (1988b).

_____. Cohesion in Functional Grammar. In: CONOLLY, H. J., VISMANS, R. M., BUTLER, C. S., CATWARD, R. A. (Eds.). **Discourse and Pragmatics in Functional Grammar**. Berlin, New York: Mounton de Gruyter, 1997.

_____ & MACKENZIE. **Functional Discourse Grammar: A typologically-based theory of language structure**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

- HOPPER, P.J. Emergent Grammar. In: Tomasello, M. (ed.), **The New Psychology of Language**. Vol. 1. Mahwah, NJ, p. 155-75, 1998.
- HUDSON, R.A. **Language networks**: The new Word Grammar. Oxford, 2007.
- HUFFMAN, A. **The linguistics of William Diver and the Columbia School**. In: WORD, 52/1: 29-68, 2001.
- JESPERSEN, O. **La philosophie de la grammaire**. Trad. Anne-Marie Léonard. Pref. Antoine Culioli. Paris: Les Éditions de Minuit, 1971, 513p.
- JUBRAN, C.C.A.S. & KOCH, I.G.V. **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**, v I, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- JUBRAN, C.C.A.S.. A perspectiva textual interativa. In.: JUBRAN; KOCH (orgs.) **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. Parentetização. In.: JUBRAN; KOCH (orgs.) **Gramática do português culto falado no Brasil**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- _____. Uma gramática textual de orientação interacional. In.: **Descrição, história e aquisição do português brasileiro**, Pontes, 2007.
- KATO, M. A. **O Aprendizado da Leitura**. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- KOCH, I. V. **Introdução à Linguística Textual**: trajetória e grandes temas. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- KÖNIG, E. Concessive clauses. In: ASHER, R. E. (Ed.). **The encyclopedia of language and linguistics**. Oxford: Pergamon, v. 2, p. 679-81, 1994.
- KORTMANN, B. **Adverbial Subordination**: A Typology and History of Adverbial Subordinators Based on European Languages. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- KROON, CAROLINE. **Discourse Particles in Latin** (Amsterdam Studies in Classical Philology 4). Amsterdam: Gieben, 1995.
- _____. Discourse markers, discourse structure and Functional Grammar. In: CONOLLY, H. J., VISMANS, R. M., BUTLER, C. S., CATWARD, R. A. (Eds.). **Discourse and Pragmatics in Functional Grammar**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997.
- KUHLEN, E.; KORTMANN, B. (Eds.) **Cause, condition, concession, contrast cognitive and discourse perspectives**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 2000.
- KURY, A. G. **Novas lições de análise sintática**. 7ª. Ed. São Paulo: Ática, 1999.

LANGACKER, R. W. **Concept, Image, and Symbol: The Cognitive Basis of Grammar**. Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1991.

LEHMANN, C. Towards a typology of clause linkage. In: HAIMAN & THOMPSON (Ed). **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p.181-225, 1988.

LIMA, A. Funções textual-discursivas das ‘orações adverbiais sem matriz’, **VEREDAS**. Juiz de Fora, v. 8, n.1 e 2, p. 53-62, 2004.

_____. **Relações hipotáticas adverbiais na interação verbal**. 2002. 190f.

LUFT, Celso Pedro. **Gramática resumida**. Porto Alegre, Globo, 1978.

_____. **Novo Manual de Português**. São Paulo: Globo, 2001.

LYONS, J. **Introduction to Theoretical Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

_____. **Semantics**. Volumes I and II. Cambridge University Press, 1977.

MACKENZIE, J. L. Nominalization and valency reduction. In: Bolkestein, A. M. et al. (eds). **Predicates and terms in Functional Grammar**. Dordrecht/Cinnaminson: Foris, p. 31-51, 1985.

MATEUS, M.H.et. al. **Gramática da língua portuguesa**. 7a. ed. Lisboa: Editorial Caminho, 2003.

MATTHIESSEN, C. & THOMPSON, S. The Structure of discourse and “subordination”. In: HAIMAN & THOMPSON (Ed). **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, p.275-329, 1988.

MITHUN, Marianne. How to avoid subordination. In: **Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society**, 10, 1984, Berkeley, Proceedings . . . Berkeley: Berkeley Linguistics Society, p. 493-509, 1984.

NEVES, M. H. de Moura. As construções concessivas. In: NEVES, M.H.M. (org.) **Gramática do português falado**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, v. VII (Novos Estudos), 1999.

_____. As construções causais. In: NEVES, M.H.M. (org.) **Gramática do português falado**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP; Campinas: Editora da Unicamp, v. VII (Novos Estudos), 1999b.

_____. **Gramática de usos do português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

_____. **A gramática: história, teoria e análise, ensino**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

_____, BRAGA, M. L. e DALL'AGLIO-HATTNER, M. M. As construções hipotáticas. IN: ILARI, R. & NEVES, M. H. de Moura. (orgs) **Gramática do Português Culto Falado no Brasil**: classes de palavras e processos de construção. vol. II, Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2008.

NESPOR, Marina AND VOGEL, Irene. **Prosodic Phonology**. Dordrecht and Riverton, NJ: Foris, 1986.

OLIVEIRA, T. P. de. **A manifestação da polidez nas orações condicionais**. 2004. 135 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2004a.

_____. **As conjunções e orações condicionais no português do Brasil**. 2008. 155f. Tese (Doutorado)-Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2008.

PAIVA, M. C. Empregos do “porque” no discurso oral. **D.E.L.T.A.** 11(1), 1995, p. 27-40.

PEZATTI, E. G A relação adverbial explicativa nas variedades do português. (Apresentação de Trabalho/Comunicação) In.: II SIMELP, 2009.

_____. & LONGHIN-THOMAZI, S. R. A coordenação. In: Dermeval da Hora; Camilo Rosa Silva. (Org.). **Para a história do português brasileiro**: abordagens e perspectivas. João Pessoa: Ideia Editora Universitária, v. VIII, p. 135-37, 2010.

PÉREZ QUINTERO, M. J. P. Adverbial Subordination in English: A Functional Approach. In: **Language and Computers**: Studies in Practical Linguistics, no. 41. Amsterdam: New York, 2002.

RAMAT, P. and RICCA, D. Sentence adverbs in the languages of Europe. In: AWERA, J.; BAOILL, D. P. (eds). **Adverbial constructions in the languages of Europe**. Berlin; New York: Mouton de Gruyter, p. 187-275, 1998.

RUIZ DE MENDOZA IBÁÑEZ, F.J.; MAIRAL USÓN, R. Levels of description and constraining factors in meaning construction: An introduction to the Lexical Constructional Model. In: **Folia Linguistica** 42, p. 355-400, 2008.

SAID ALI, M. **Gramática secundária da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1969.

SILVA, A.G. **Orações Modais**: uma proposta de análise, 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SILVEIRA BUENO, **Dicionário escolar da língua portuguesa**. 4ed. Rio de Janeiro: MEC, 1963.

SPOSITO, C. C. 2012. **Construções adverbiais de Causa, Razão, Explicação e Motivação na lusofonia**: uma abordagem discursivo-funcional. Dissertação. (Mestrado em Estudos Linguísticos – Área de concentração: Análise Linguística). Unesp, Câmpus de São José do Rio Preto.

STASSI-SÉ, Joceli Catarina. A subordinação em discussão: relações adverbiais Explicativas independentes na lusofonia. **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas**, Évora, Portugal, p. 45-66, 2010.

_____. *Como muitas vezes se diz, como digo, como estava falando*: um estudo da parentetização em variedades portuguesas faladas. **Guavira Letras**, Três Lagoas, v.12, n.1, p. 73-87, jan./jul. 2012.

SWEETSER, E. E. Conjunction, coordination, subordination. In.: SWEETSER, E. E. **From Etymology to Pragmatics**: metaphorical and cultural aspects of semantic structure. Cambridge, Cambridge Universe Press, 1990.

TENANI, L. E. O fenômeno da parentetização na fala. **Caderno de Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 26, p. 787-93, 1997.

THOMPSON, S. A. Subordination and Narrative Event Structure. In: TOMLIN, Russel S. **Coherence and grounding in discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1987, p.435-54.

_____. (Ed). **Clause Combining in Grammar and Discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988, p.181-225.

_____. Linking intonation units in spoken English. In: HAIMAN & THOMPSON (Ed). **Clause combining in grammar and discourse**. Amsterdam: John Benjamins Publishing, 1988, p. 1-27.

_____. Aspects of cohesion in monologue, **Applied Linguistics** 15: 58-75, 1994.

_____ & LONGACRE, R. E. Adverbial Clauses. In: SHOPEN, T. (ed). **Language typology and syntactic description**. Cambridge: Cambridge University Press, Vol. 2 – Complex Constructions, 1985.

_____. Subordination in formal and informal discourse. In.: SCHIFFRIN, D. (ed) *Meaning, form, and use in context: linguistic applications*. Washington: Georgetown University Press, 1984.

VAN VALIN, R.D. Jr. *Exploring the syntax-semantics interface*. Cambridge, 2005.